

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM JORNALISMO**

ELAINE SCHMITT

**O GOLPE CIVIL MILITAR E O JORNALISMO NO INTERIOR: ANÁLISE
DO DISCURSO PRODUZIDO PELA IMPRENSA DE UNIÃO DA
VITÓRIA/PR E PORTO UNIÃO/SC EM 1964**

**PONTA GROSSA
2017**

ELAINE SCHMITT

**GOLPE CIVIL MILITAR E O JORNALISMO NO INTERIOR: ANÁLISE DO
DISCURSO PRODUZIDO PELA IMPRENSA DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR E
PORTO UNIÃO/SC EM 1964**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Jornalismo da Universidade
Estadual de Ponta Grossa, área de concentração
Processos Jornalísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Janz Woitowicz

**PONTA GROSSA
2017**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Schmitt, Elaine
S349 O golpe civil militar e o jornalismo no interior: análise do discurso produzido pela imprensa de União da Vitória/PR e Porto União/SC em 1964/ Elaine Schmitt. Ponta Grossa, 2017.
168f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo - Área de Concentração: Processos Jornalísticos), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Karina Janz Woitowicz.

1.Processos jornalísticos. 2.História do jornalismo. 3.Análise de discurso. 4.Imprensa do interior. 5.Golpe civil militar. I.Woitowicz, Karina Janz. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Jornalismo. III. T.

CDD: 070.9

ELAINE SCHMITT

**GOLPE CIVIL MILITAR E O JORNALISMO NO INTERIOR: ANÁLISE DO
DISCURSO PRODUZIDO PELA IMPRENSA DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR E
PORTO UNIÃO/SC EM 1964**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre na Universidade Estadual
de Ponta Grossa (UEPG), Área de Jornalismo

Ponta Grossa, 16 de maio de 2017.

Karina Janz Woitowicz
Doutora em Ciências Humanas
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Antônio Hohlfeldt
Doutor em Linguística e Letras
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Felipe Simão Pontes
Doutor em Sociologia Política
Universidade Estadual de Ponta Grossa

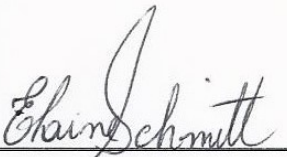
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, **ELAINE SCHMITT**, CPF nº 047.059.549-39, RG nº 5460528, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado “**O golpe civil militar e o jornalismo no interior: análise do discurso produzido pela imprensa de União da Vitória/PR e Porto União/SC em 1964**”, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 16 de maio de 2017.



ELAINE SCHMITT
RA nº 3100115006018

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio, pelo privilégio de poder estudar e por me ensinarem, de diversas formas, que o caminho do conhecimento e do aprendizado é essencial para uma vida plena.

A professora Karina Janz Woitowicz, por orientar e compartilhar seu conhecimento em longas conversas, leituras e correções, importantes para o amadurecimento da pesquisa e do meu desenvolvimento como pesquisadora.

As professoras que tive o prazer de conhecer em Ponta Grossa e em União da Vitória, por me inspirarem e mostrarem que o mundo acadêmico é cheio de mulheres brilhantes. Aos professores, pelos debates e pelas conversas interessantes que contribuíram sempre para esta pesquisa.

Ao professor Felipe Simão Pontes por dividir referências bibliográficas, musicais, por escutar angústias e estar sempre disposto a responder questões pertinentes à pesquisa e ao professor Antônio Hohlfeldt, que teve papel fundamental para o amadurecimento da escrita e aprimoramento deste trabalho.

À irmandade que tive a felicidade de formar em Ponta Grossa ao longo desses dois anos de estudo, que me ajudaram a enfrentar os aborrecimentos, e compartilharam tantas noites, conversas, comidas, pores-do-sol e alegrias.

Quero viver num mundo sem excomungados. Não excomungarei ninguém. Não diria, amanhã, a esse sacerdote: “Você não pode batizar ninguém porque é anticomunista”. Não diria ao outro: “Não publicarei o seu poema, o seu trabalho, porque você é anticomunista”. Quero viver num mundo em que os seres sejam simplesmente humanos, sem mais títulos além desse, sem trazerem na cabeça uma regra-, uma palavra rígida, um rótulo. Quero que se possa entrar em todas as igrejas, em todas as tipografias. Quero que não esperem ninguém, nunca mais, à porta do município para o deter e expulsar. Quero que todos entrem e saiam sorridentes da Câmara Municipal. Não quero que ninguém fuja em gôndola, que ninguém seja perseguido de motocicleta. Quero que a grande maioria, a única maioria, todos, possam falar, ler, ouvir, florescer. Nunca compreendi a luta senão como um meio de acabar com ela. Nunca aceitei o rigor senão como meio para deixar de existir o rigor. Tomei um caminho porque creio que esse caminho nos leva, a todos, a essa amabilidade duradoura. Luto pela bondade ubíqua, extensa, inexaurível. De tantos encontros entre a minha poesia e a polícia, de todos esses episódios e de outros que não contarei porque repetidos, e de outros que não aconteceram comigo, mas com muitos que já não poderão contá-los, resta-me no entanto uma fé absoluta no destino humano, uma convicção cada vez mais consciente de que nos aproximamos de uma grande ternura. Escrevo sabendo que sobre as nossas cabeças, sobre todas as cabeças, existe o perigo da bomba, da catástrofe nuclear, que não deixaria ninguém nem nada sobre a Terra. Pois bem: nem isso altera a minha esperança. Neste momento crítico, neste sobressalto de agonia, sabemos que entrará a luz definitiva pelos olhos entreabertos. Entender-nos-emos todos. Progrediremos juntos. E esta esperança é irrevogável.

Pablo Neruda

RESUMO

A presente pesquisa propõe-se a observar como a imprensa do interior abordou o golpe civil militar que eclodiu em 1964 no Brasil, por meio da análise do discurso produzido pelos jornais *O Comércio* (União da Vitória/PR) e *Caiçara* (Porto União/SC). Com base no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, que auxiliou no recorte e na interpretação dos enunciados coletados (no período que compreende os meses de janeiro a dezembro de 1964), foi possível evidenciar as formações discursivas que orientaram a produção jornalística, em que os sentidos em torno do nacionalismo, do anticomunismo e da religiosidade contribuíram para a legitimação da ideologia vigente. O estudo, ao compreender aspectos do processo produtivo da imprensa, defende uma abordagem do jornalismo como mecanismo de construção social da realidade e como um potente aparato para constituir o imaginário social, que contribui para cristalizar determinados sentidos na história de um país

PALAVRAS-CHAVE: Processos jornalísticos; História do jornalismo; Análise de Discurso; Imprensa do interior; Golpe civil militar.

ABSTRACT

The present research proposes to observe how the press of the interior approached the civil military coup that broke out in Brazil in 1964, through an analysis of the discourse produced by the newspapers *O Comércio* (União da Vitória / PR) and *Caiçara* (Porto União / SC). Based on the theoretical-methodological reference of the Discourse Analysis of French Line, which helped in the clipping and interpretation of the statements collected (during the period from January to December of 1964), it was possible to highlight the discursive formations that guided the journalism production, in which the senses around nationalism, anticommunism and religiosity contributed to the legitimation of the current ideology. The study, during the understanding aspects of the productive process of the press, defends an approach to journalism as a mechanism for social construction of reality and as a powerful apparatus to constitute the social imaginary, which contributes to crystallize certain meanings in the history of a country.

KEY WORDS: Journalistic processes; History of journalism; Discourse Analysis; Press from the interior; Military coup.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Mapa com linha que divide os municípios de Porto União e União da Vitória.	45
FIGURA 2	Reprodução da capa do Jornal <i>O Comércio</i> , edição nº 1, de 11 de junho de 1931	50
FIGURA 3	Reprodução da capa da edição nº 842, de cinco de abril de 1964.	54
FIGURA 4	Demonstração das mudanças de expediente propostas pelo jornal durante o ano de 1964.	55
FIGURA 5	Demonstração das mudanças de expediente propostas pelo jornal durante o ano de 1964.	55
FIGURA 6	Demonstração das mudanças de expediente propostas pelo jornal durante o ano de 1964.	55
FIGURA 7	Reprodução da capa do Jornal <i>Caiçara</i> , edição nº 1, de agosto de 1953.	61
FIGURA 8	Reprodução da capa do Jornal <i>Caiçara</i> , da primeira parte da edição nº 125, de abril de 1964	65
FIGURA 9	Terceira publicação da coluna “Tópicos” do jornal <i>Caiçara</i> , publicada na terceira parte da edição nº 128 de julho de 1964.	67
FIGURA 10	Recorte de 24 de maio de 1964/página 2/Jornal <i>O Comércio</i>	117
FIGURA 11	Recorte de 26 de abril de 1964/página 2/Jornal <i>O Comércio</i>	118
FIGURA 12	Recorte de 9 de agosto de 1964/página 9/Jornal <i>O Comércio</i>	118
FIGURA 13	Recorte de 16 de agosto de 1964/página 3/Jornal <i>O Comércio</i>	118
FIGURA 14	Recorte do Jornal <i>O Comércio</i> de 5 de abril – <i>press release</i>	121
FIGURA 15	Capa do jornal <i>El Espectador</i> no dia 1º de abril, edição nº 20.261, que trouxe em destaque o início do golpe civil militar brasileiro	159
FIGURA 16	Capa do jornal <i>El Tiempo</i> (dia 1º de abril de 1964 - edição nº 18.229)	163

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Quantidade de publicações do jornal <i>O Comércio</i> do ano de 1964	53
QUADRO 2	Distribuição geográfica de <i>press releases</i> do jornal <i>O Comércio</i> – 1964	56
QUADRO 3	Quantificação de material colaborativo publicado no jornal <i>O Comércio</i> durante o ano de 1964 que tinham relação com a política brasileira	59
QUADRO 4	Quantidade de publicações do jornal <i>Caiçara</i> durante o ano de 1964	64
QUADRO 5	Resultado da primeira coleta feita no jornal <i>O Comércio</i> , dividida em classificações temáticas, do ano de 1964:	73
QUADRO 6	Resultado da primeira coleta feita no jornal <i>Caiçara</i> , dividida em classificações temáticas, do ano de 1964	74
QUADRO 7	Lista de nomes e adjetivos utilizados pelos jornais <i>O Comércio</i> e <i>Caiçara</i> para referir-se ao universo comunista:	128
QUADRO 8	Listagem de títulos de matérias publicadas na capa do jornal <i>El Espectador</i> sobre o golpe civil militar brasileiro	160
QUADRO 9	Listagem de títulos de matérias publicadas na capa do jornal <i>El Tiempo</i> sobre o golpe civil militar brasileiro	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA IMPRENSA E O GOLPE DE 1964: CONTROLE, CENSURA E DISPUTAS DE PODER	19
1.1 A IMPRENSA BRASILEIRA DO SÉCULO XX	19
1.2 O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 E O JORNALISMO BRASILEIRO	26
1.3 CENSURA E AUTORITARISMO NO JORNALISMO: UMA TRAJETÓRIA ATÉ 1960	31
1.4 CAMINHOS ALTERNATIVOS DA IMPRENSA SOB O PERÍODO GOLPISTA.....	38
2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A IMPRENSA DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO: SURGE <i>O COMÉRCIO</i> E <i>CAIÇARA</i>	41
2.1 JORNALISMO DO INTERIOR: CONCEITOS E DEFINIÇÕES	41
2.2 UNIÃO DA VITÓRIA, PORTO UNIÃO E A IMPRENSA	46
2.3 O COMÉRCIO: O ANCIÃO SEMANAL	50
2.3.1 O COMÉRCIO NO ANO DO GOLPE.....	54
2.3.2 OS <i>PRESS RELEASES</i> , AS AGÊNCIAS E AS NOTÍCIAS LOCAIS.....	57
2.3.3 OS COLABORADORES	58
2.4 O <i>CAIÇARA</i> : O MENSAL DENUNCIADOR.....	62
2.4.1 O JORNAL EM 1964: OPINIÃO E CRÍTICA	64
2.4.2 RENÉ AUGUSTO E A CRÔNICA “TÓPICOS”.....	67
2.4.3 NOVOS DISCURSOS SOBRE O MESMO ACONTECIMENTO E O OUTRO LADO DA HISTÓRIA.....	69
3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	72
3.2 ANÁLISE DE DISCURSO: BREVE HISTÓRICO INTRODUTÓRIO	75
3.3.1 IDEOLOGIA E PODER	79
3.4 NO JORNALISMO: CONSTRUÇÃO, SUJEITO E ENUNCIADO.....	81
3.4.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E MATERIALIDADE NO JORNALISMO	91
3.4.2 O SENTIDO SOCIAL DO JORNALISMO	96
4 ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO GOLPE NOS JORNAIS <i>O COMÉRCIO</i> E <i>CAIÇARA</i>	102
4.3 O NACIONALISMO	103
4.4 O COMUNISTA COMO INIMIGO.....	117
4.5 A RELIGIOSIDADE.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
APÊNDICE 1	155
5 O GOLPE VISTO DE FORA: UM OLHAR SOBRE A IMPRENSA COLOMBIANA	156
5.1 INÍCIO E DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA E NA COLÔMBIA.....	156
5.2 O GOLPE CIVIL MILITAR BRASILEIRO NA GRANDE IMPRENSA COLOMBIANA	158
APÊNDICE 2	167
6 ARQUIVO DIGITAL.....	167

INTRODUÇÃO

É março de 1964 e, no Brasil, o Presidente da República João Goulart pronuncia seu famoso discurso sobre reformas de base, direito a voto para analfabetos e melhorias trabalhistas. Em seguida, participa do 40º aniversário da aeronáutica, no Clube do Automóvel, e sugere a união e o respeito entre os militares do país. Um dia depois, o General Kruel envia suas tropas de Minas Gerais até o Rio de Janeiro e dá início ao golpe civil militar – um longo período da história brasileira que desencadeou a repressão e desdobrou-se em diversas mudanças legislativas e judiciárias que atingiram estruturas do Brasil inteiro. Em meio a este cenário político estava a imprensa, tão aliada e tão censurada pelo governo em questão.

É neste recente contexto histórico, carregado de sentidos a serem explorados pelo meio acadêmico, que surge o objeto desta pesquisa. Um momento em que o Brasil esteve composto por “revolucionários”, “comunistas”, “golpistas”, “democráticos” e criando polarizações entre certos e errados, bons e ruins, perigosos e fiéis, corruptos e honestos. Entretanto, este mesmo Brasil viu surgir silenciados e silenciadores, mandados e mandatários, torturados e torturadores. Tais dualidades revelam posições, lugares de fala, de ações e de significados construídos socialmente que, ao longo do tempo, promoveram a história que hoje é contada.

Quanto às nomenclaturas utilizadas para se referir ao movimento de 1964, que levou à deposição do Presidente João Goulart, é possível encontrar variações que revelam determinadas posições. Para este estudo, optou-se pelo conceito de “golpe civil militar”¹, exposto desde o título. O uso do termo reforça o sentido ilegítimo do processo e também a atuação de empresários, imprensa e demais setores da sociedade civil no desencadeamento de um regime ditatorial em todo o país. Por outro lado, será comum encontrar a palavra “revolução”, principalmente em publicações e documentos datados do período, para remeter ao acontecimento. Esta utilização foi frequentemente usada por aqueles que entenderam o movimento como benéfico para o Brasil, conforme será possível verificar na análise proposta pela presente pesquisa.

O jornalismo, enquanto prática criada e desenvolvida por sujeitos sociais e históricos, é também construção. Uma construção baseada em técnicas, condutas e

¹ Segundo Melo (2013), o revisionismo feito em relação ao “golpe civil militar” de 1964 teve início na década de 1990, com o fortalecimento de uma democracia baseada em princípios neoliberais e do interesse de pesquisadores críticos em propor uma revisão sobre o termo.

objetivos próprios do campo e das inúmeras experiências jornalísticas. Relacionar estas experiências com um determinado contexto histórico, político e social, no qual o discurso jornalístico foi produzido, pode revelar nuances sobre os interesses do veículo, a ideologia dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento da prática e a produção de sentidos que os textos carregam. Com estas observações, é possível também trazer alguma clareza aos fatos e questionar construções de sentido que foram, ao longo dos anos, se cristalizando na história.

Com o início do golpe civil militar, foram muitos os jornais brasileiros que demonstraram imediato incentivo à nova administração do país, colocando-se a favor de uma “revolução democrática” necessária para conter o avanço comunista. Esse incentivo ideológico pode ser encontrado em jornais da grande imprensa, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Folha de S. Paulo*, *Última Hora* ou *Tribuna do Paraná*, entre outros. No entanto, na pequena imprensa interiorana, onde o jornalismo é praticado sob outros modelos econômicos e operacionais, a deposição de João Goulart também tematizou capas e tornou-se produção de muitas edições que viriam a ser publicadas, com maior frequência, depois de 31 de março de 1964.

A pesquisa dedica-se à compreensão dessa imprensa do interior, posicionada em localidades que estão espalhadas por todo território brasileiro. Como recorte geográfico, ela abrange a região do extremo norte de Santa Catarina, onde está localizada a cidade de Porto União, e o extremo sul paranaense, onde está a cidade de União da Vitória. Durante o período temporal recortado para o estudo, houve, na região, dois jornais impressos: *O Comércio*, fundado em Porto União, e *Caiçara*, fundado em União da Vitória. Ambas as cidades fazem divisa que é simbolizada pelo trilho do trem e, devido ao seu cotidiano híbrido, os serviços oferecidos e produtos sociais e culturais de um município sempre circularam amplamente no outro. Por esse motivo, a análise discursiva proposta por esta pesquisa abrange todas as publicações feitas pelos dois jornais citados, no ano de 1964.

Barbosa (2011, p.18) diz que há diversas formas de considerar a História e de visualizar sua relação com a comunicação. Como sugestão, considera-se que é preciso ir além dos veículos e de seus produtores, uma vez que essa história deve revelar o processo comunicacional envolvido em múltiplas relações narrativas. São processos que

apresentam “[...] complexos circuitos de comunicação existentes no passado e que podem, a partir dos rastros que chegam no presente, ser mapeados”.

A divisão dos capítulos busca organizar a trajetória de um acontecimento histórico que é essencial para a imersão no tema proposto, de análise discursiva de jornais produzidos em 1964, e promover a sistematização dos caminhos tomados na elaboração do material, como procedimento metodológico e teórico. Dessa forma, os capítulos contribuem para a exploração de um período repleto de sentidos e desdobramentos que marcaram a história e a sociedade brasileira, que trouxe mudanças irreversíveis para a mídia, para a política e para outros setores do país. De forma ampla, a pesquisa se esforça em produzir conhecimento sobre o jornalismo enquanto um campo consolidado e legitimado, bem como prática social que envolve esferas de produção, circulação e recepção de notícias. Quais conteúdos foram produzidos nesse período pela imprensa do interior e quais sentidos seus discursos carregaram? Esta é a problemática que move o estudo.

Quanto à divisão dos capítulos, a primeira parte dedica-se à imprensa brasileira do início do século XX e busca rememorar a trajetória histórica do campo jornalístico durante uma parcela de sua existência. Cronologicamente, chega-se à década de 1960, na qual está inserido o acontecimento chave da pesquisa. Para a imprensa, foram muitas as alterações ao longo da década, como as mudanças legislativas, o início do golpe civil militar, a instauração dos Atos Institucionais e a criação da imprensa alternativa, fatos que também serão abordados no capítulo.

A segunda parte traz o objeto empírico da pesquisa e também discute as características da imprensa do interior. Ainda com sentido histórico, o capítulo explora o desenvolvimento do jornalismo na região de União da Vitória e Porto União e traz referências que constituem a história das cidades desde seu surgimento. A trajetória dos jornais *O Comercio* e *Caiçara*, desde que foram fundados, até a década de 1960, ganha maior destaque e oferece a possibilidade de entender a organização de suas redações e de suas páginas no momento em que o país começa a viver um golpe civil militar. Após revelar o conteúdo e o formato destes jornais, é feita uma espécie de atualização do tema, que tenta abordar os novos discursos produzidos por novos canais de comunicação sobre a existência de comunistas na região e da participação da imprensa na caça a esses sujeitos.

O terceiro capítulo trata dos caminhos teórico-metodológicos sob os quais esta pesquisa foi desenvolvida. São abordados conceitos de discurso e enunciado, bem como suas possibilidades de construção do sentido, uma vez que estão inseridos no universo do jornalismo e do ato de informar. O percurso teórico se move pelas contribuições de Orlandi (2010) e Pêuchex (2008), que embasam a utilização da Análise de Discurso de linha francesa, e de Foucault (1998), que fornece importantes conceituações sobre o poder do discurso. Nesse momento, explora-se ainda os conceitos de ideologia, silenciamento e historicidade, ao mesmo tempo em que se propõe o entrelaçamento de tais discussões com debates sobre jornalismo, tanto como prática desenvolvida a partir de critérios e regras de escolhas, como em seu potencial papel como construtor da realidade. Por último, são apresentados os passos tomados no desenvolvimento da pesquisa para constituir o *corpus* de análise. Nesta etapa, expõe-se de que forma ocorreu o recorte de todo o material presente nos dois jornais durante o ano de 1964 e quais critérios foram utilizados para se chegar à coleta realizada. Depois do relato sobre como o material foi categorizado e avaliado, na intenção de trazer os recortes de maior relevância para o estudo e para a observação dos discursos construídos pela imprensa, chega-se à apresentação das três categorias de análise que serão exploradas no capítulo seguinte: o discurso nacionalista, o discurso anticomunista e o discurso religioso.

O quarto capítulo trata centralmente da análise das três categorias discursivas mencionadas. Os recortes escolhidos são trabalhados de forma cronológica e ajudam, também, a contar os desdobramentos do dia 31 de março de 1964, em uma leitura que relaciona constantemente texto, contexto e condições de produção dos discursos. Com isso, diversos autores são acionados para enriquecer e embasar o debate sobre as construções que foram feitas pelos dois jornais escolhidos para este estudo.

O apêndice 1 foge da esfera nacional e busca em outro país da América Latina, a Colômbia, um olhar sobre o golpe civil militar brasileiro. Para isso, foi feita uma análise pontual das capas de dois jornais colombianos (*El Tiempo* e *El Espectador*) durante três meses de 1964.

Espera-se que o percurso proposto neste estudo contribua para a compreensão sobre a função social do jornalismo, além de seu extenso potencial de exercer influência sobre a sociedade. Vislumbrar tais processos de produção, durante o primeiro ano do regime militar, para além da grande imprensa, possibilita também a ampliação do conhecimento acerca deste episódio que é parte da história do Brasil, e que trouxe

transformações ao modo de fazer e compreender um jornalismo marcado por determinadas vozes e tomadas de posições.

1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA IMPRENSA E O GOLPE DE 1964: CONTROLE, CENSURA E DISPUTAS DE PODER

É importante entender o modo como a imprensa se configurou no país para caracterizar a produção jornalística no período do golpe civil militar, bem como a relação que estabeleceu com o sistema político. Os apontamentos históricos que compõem o capítulo buscam demarcar os períodos de consolidação da imprensa brasileira, referenciando a trajetória do jornalismo a partir de estudos da área. O diálogo entre autores que se dedicam à história da mídia propõe a compreensão da relação histórica entre imprensa e capitalismo e entre imprensa e sistemas de poder político e contribui para a observação dos jornais no período determinado – o golpe civil militar brasileiro de 1964.

1.1. A IMPRENSA BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Historicamente, o século XX foi marcado por definições nos parâmetros de profissão que estruturaram o jornalismo como um lugar de fala reconhecido e autorizado. Trata-se de um período em que se constituíram grandes empresas com ingerência no poder político e autonomização reconhecida em relação aos campos político e literário (BARBOSA, 2011, p.19).

Na primeira metade do século, foram diversas as mudanças ocorridas no campo jornalístico, principalmente nos grandes centros e capitais, que sofreram o impacto dos avanços tecnológicos nos processos de produção. Essa transformação, no entanto, deve ser compreendida na especificidade de cada região, uma vez que as cidades vivenciaram o processo de desenvolvimento de diferentes modos. Em um país com 26 estados federais, de tamanha diversidade cultural, econômica e produtiva, a observação dos estágios de desenvolvimento do jornalismo revela casos singulares que, em certa medida, provêm de trajetórias localizadas no tempo e no espaço. Assim, em muitos lugares, mesmo após as efetivas transformações em termos de profissionalização ocorridas nas primeiras décadas do século XX, as empresas continuaram a praticar um jornalismo parecido com o que era produzida no século XIX: de um homem só, efêmero, com poucas páginas e repleto de textos opinativos.

O Brasil, em meados do século XX, vivia o fim da escravidão e o início da imigração europeia, com a vinda de milhares de estrangeiros que também influenciaram na forma de produzir da imprensa. Além disso, o exército havia enviado tropas para a I Guerra Mundial; eclodia nos estados do Paraná e Santa Catarina a Guerra do Contestado e São Paulo vivia a Revolução Paulista na tentativa de depor o Presidente da República Artur Bernardes (BUENO, 2012).

Em relação à imprensa, os artefatos tecnológicos que chegaram aos jornais do século XX nos grandes centros modificaram a forma de produção nas redações, causando reflexos, também, no discurso com que se autorreferenciavam, que buscava introduzir o país em um novo patamar. Os jornais tornaram-se ícones da modernidade, de um país que queria ser “símbolo de um novo tempo” e construíram, também, a imagem de um jornalismo conformador da realidade e da atualidade, que só foi possível com tal avanço tecnológico. Quanto à impressão, as inovações permitiram reproduzir ilustrações e fotos, além de uma maior agilidade no cumprimento de tarefas. Do ponto de vista editorial, ocorreram mudanças no teor das notícias publicadas e na forma como eram distribuídas. Com isso, valorizou-se o caráter imparcial das notícias, o que levou à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião (BARBOSA, 2011).

Outro aspecto parte das transformações desse jornalismo, que transita de uma imprensa artesanal para industrial (SODRÉ, 1999), é o da influência capitalista sobre a prática. Começou a figurar no setor uma crise resultante da influência desempenhada pelos meios de comunicação em massa. Dessa forma, a função e a importância da imprensa no cumprimento dos objetivos do capitalismo cresceram e fortaleceram a lógica de dominação, que dispensava o uso de força, pelo exercício da propaganda, do convencimento (SODRÉ, 1999, p. XII).

Dividida por fases, a imprensa do século XX pode ser entendida a partir de uma classificação que acompanha o processo de desenvolvimento industrial: da imprensa artesanal para uma outra, preocupada “predominantemente” com seus financiadores:

A fase inicial era de imprensa artesanal, que tivera início com o alemão que multiplicou o texto bíblico; a fase seguinte seria a da imprensa industrial, quando o aparelhamento dos jornais apresentou proporções desmedidas, com grandes oficinas em funcionamento acelerado. Na forma, havia outra diferença: a imprensa artesanal vivia da opinião dos leitores e buscava servi-la; na imprensa industrial já isso não acontecia, o jornal dispensa, no conjunto, a opinião dos leitores e passa a servir aos anunciantes, predominantemente. (SODRÉ, 1999, p. XIII)

Com a industrialização ocorrida no início do século XX, emerge um novo comportamento no jornalismo, que admite o lucro como prioridade, além de adquirir características de especialização e divisão de trabalho no interior das oficinas. Tais reflexões ajudar a entender o jornalismo enquanto processo um transpassado por influências e transformações técnicas e sociais. Observa-se que os interesses particulares, alcance da lucratividade, por exemplo, passaram a disputar espaço com outros fatores, como o da diminuição de dependência das habilidades manuais, que fez surgir um modelo de jornalismo como negócio, com métodos de produção, distribuição e gerenciamento de preço, mercadoria e público (DE LUCA, 2011), categorias interessantes para analisar a imprensa do interior.

As influências para transformação no campo² surgiram de diversos fatores, como a instauração do regime republicano, o desenvolvimento tecnológico, o fim da escravidão, o avanço da imigração, a extensão da malha ferroviária, a prosperidade trazida pelo café e o desenvolvimento urbano. Seus efeitos foram intensos, o que causou modificações e o aparecimento da grande imprensa, caracterizada pela utilização da publicidade como fonte essencial de recursos; maior tiragem e alcance do público; início de vendas por assinatura; e aumento de equipes especializadas (DE LUCA, 2011). Com isso, a relação entre emissores e receptores se alterou e uma nova, agora entre emissores e anunciantes, se fortaleceu. Essa transição esteve ligada, ainda, ao avanço das relações capitalistas e à ascensão burguesa do período: “a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte, (SODRÉ, 1999, p. 275).

Com tantas transformações decorrentes, a década de 1920 exhibe três cenários que estruturaram o novo momento da imprensa: da constituição dos primeiros conglomerados de imprensa; da fundação da primeira revista ilustrada brasileira, *O Cruzeiro*; e da explosão de um “jornalismo de sensações”. Do ponto de vista textual, tais notícias carregavam marcas singulares: “[...] alicerçadas nos fatos anteriores ao próprio acontecimento, contém duas histórias, a do crime ou da tragédia e a de seus antecedentes, que englobam outras histórias semelhantes” (BARBOSA, 2011, p.21).

Nesse momento, o conteúdo dos jornais começou a expor uma nova ordenação, com notas, reportagens, entrevistas, crônicas, seções para o público feminino, esportes,

² A Teoria dos campos, proposta por Pierre Bourdieu, reconhece a existência de pluralidade de mundos sociais, de diferentes capitais a estruturar cada um destes campos e compreende dinamicamente a inter-relação entre as estruturas objetivas e mentais nas sociedades modernas e contemporâneas (TAVARES, 2015).

lazer, vida social e cultural, crítica literária, assuntos policiais e internacionais; passou a existir uma divisão mais clara entre textos informativos e opinativos e incorporou cor e imagem. Além disso, houveram entraves de caráter político, socioeconômico, cultural e educacional oriundos de uma estreita vinculação que os jornais mantinham com a política. A situação revela como a aura de porta vozes dos meios de comunicação e dos jornalistas passaram a ter capital simbólico único ao fazerem parte do Estado. Se tornou inegável, a partir dessa compreensão, uma aproximação entre os meios de comunicação e as instâncias de poder (DE LUCA, 2011).

A simbiose apresentada no conjunto dos dois campos (jornalismo e política) mostrou, muitas vezes, uma sobreposição de interesses políticos aos empresariais, nas escolhas estratégicas das empresas, que concedeu maiores “proximidades, acordos e relações conjuntas entre homens do governo e os homens de imprensa do que divergências” (BARBOSA, 2011, p.23).

Em 1930, a instrumentalização da imprensa por meio do Estado tornou-se ainda maior e conferiu poder político aos jornais por sua potencialidade de formação simbólica. Esse Estado simbólico dependeu fundamentalmente da imprensa para amplificar suas ações de “pompa e governança”:

Os jornais disseminavam ideias, mas também transportavam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de outra realidade. Ao mesmo tempo em que materializavam o Estado, tornando pública a sua simbologia e ideologia política – a ideologia estadonovista –, narravam ações, criando contextos, referendavam convenções que passavam a ser interpretadas de múltiplas formas (BARBOSA, 2011, p. 24).

No mesmo período, devido à conjuntura política, o país começou a viver uma fase de dificuldades, pontilhada por movimentos militares de rebeldia e campanhas políticas de extrema violência. O movimento que irrompeu em 3 de outubro de 1930, sob diversos aspectos, surpreendeu o Governo que começou a agir por meio de numerosas pressões. A derrubada da República Velha fez ascender o movimento tenentista. Enquanto Getúlio Vargas comandou o governo brasileiro, a reorganização do Estado configurou novas dinâmicas nas camadas sociais e fez surgir uma nova ordenação econômica (SODRÉ, 1999; MUNTEAL, 2005). Em relação à comunicação, houve cerceamento da liberdade de expressão de jornais, revistas, cinema e rádio, este meio importante no período devido seu grande alcance, motivado pelo alto índice de analfabetismo brasileiro. A presença de censores nas redações passou a ser uma

realidade em diversas redações do país e a criação de órgãos específicos destinados à propaganda e ao controle de informação demonstrou que o Estado tinha consciência do alcance social que os meios de comunicação podiam exercer. No âmbito regional, as transformações políticas nacionais também causaram reflexos. Conforme será explorado mais adiante, algumas experiências demonstram como a imprensa do interior igualmente produziu conteúdo e posicionou-se favorável ou contrária às mudanças que ocorreram na política brasileira.

Inicialmente, a "revolução" instaurada por militares trouxe a possibilidade de melhorias para grande parte da população e foi institucionalizada de forma corporativa. Entretanto, o passar do tempo trouxe instabilidades e, em 1932, a Revolução Constitucionalista irrompeu em São Paulo, conquistando pequenos avanços políticos como a promulgação de uma nova constituição para o país. Diversos líderes do movimento foram presos e deportados para Portugal.

Em 1935, Vargas manteve-se no poder e proibiu as atividades da Aliança Nacional Libertadora (ANL), constituída pelo tenentismo que restou fiel à liderança de Luís Carlos Prestes. Seus seguidores passaram a ser perseguidos pelo Estado. Alguns anos mais tarde, 1939, o presidente criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), como centralizador de serviços de propaganda e publicidade governamental, que se tornou instrumento de coerção da liberdade de expressão. O órgão também tinha o objetivo de evitar qualquer divulgação contrária aos planos elaborados pelo Estado Novo e exaltar atividades promovidas pelo governo. Segundo Lenharo (1986), 60% das matérias dos jornais eram fornecidas pelo DIP. O restante era censurado. Vargas percebeu na imprensa e nos meios de comunicação de forma geral um potencial dispositivo de controle e mudança de opinião pública, um “sacerdócio cívico”:

Os jornais eram, então, utilizados para a reprodução dos discursos, difusão das notícias oficiais, enaltecimento das realizações do regime, principalmente pela utilização de Vargas e seus assessores próximos na imprensa da época, em um fenômeno que se estendeu até a queda do Estado Novo, em 1945. (MUNTEAL, p. 62, 2005)

O momento é marcado pelo investimento nos meios de comunicação, que visou a criação e difusão de uma imagem positiva do regime. No artigo 122 da Constituição de 1937, a imprensa foi considerada um serviço de utilidade pública e houve a alteração na sua relação com o Estado, que tornou obrigatória a inserção de comunicados do governo nos jornais (DE LUCA, 2012).

Para Barbosa (2011), o período instaurado em 1930, até 1937, deve ser categorizado como fundamental para a consolidação de um Estado autoritário. Com essa realidade, as empresas jornalísticas que não aderiram ao regime sofreram as consequências e, muitas, foram fechadas. Em decorrência de um enrijecimento de controle de informação, as notícias sofriam hierarquização da Agência Nacional e eram divulgadas com determinações de espaço e página. Toda situação era recompensada em forma de premiações, subvenções e favores a jornais, editoras, companhias cinematográficas e teatrais, feitas pelo órgão (MUNTEAL, 2005). Com a importação do papel, que era vendido pelo governo aos jornais brasileiros, muitas vezes o corte da subvenção funcionou para pressionar veículos que não se adequavam às orientações impostas pelo próprio governo, implicando em dificuldades frequentes à imprensa. A prática tornou-se outra maneira de condicionar a imprensa sob controle governamental, junto ao corte de subsídios e a suspensão da publicidade (BARBOSA, 2011; DE LUCA, 2012). A isenção de taxas alfandegárias na importação do papel para jornais capazes de “interpretar e defender as causas nacionais” articulou-se, também, como uma estratégia de recompensa.

O novo modelo de “nação” fez com que muitas pessoas envolvidas no ofício da imprensa oscilassem entre o apoio inicial ao regime, instalado em 1930. O descontentamento decorrente de uma série de fatos que sufocaram a crença nas promessas que haviam sido feitas cresceu com o passar do tempo. Assim, muitos sentiam-se desconfiados com um modelo autoritário que começava a administrar e apoiar o movimento constitucionalista em São Paulo. Além disso, a gestão de Getúlio Vargas também começou a sofrer questionamentos (MUNTEAL, 2005). Com a elaboração da Constituição de 1946, novas questões surgem para o setor da imprensa, como a determinação de que as empresas jornalísticas deveriam ser somente nacionais. Mas é somente uma década mais tarde que foi realizada a primeira tentativa de levar ao Congresso o problema do controle estrangeiro exercido sobre a imprensa brasileira. A partir de então o jornalismo consolidou-se como poderoso instrumento do sistema político, com potencial de transformar-se em instrumento de alienação, desviando-se inteiramente dos seus fins originários e aproximando-se cada vez mais da lógica capitalista, preocupada com outras finalidades: “A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital” (SODRÉ, 1999, p.408).

Dessa forma, o jornalismo esteve diante de caminhos divergentes: alguns guiados por interesses particulares; outros, dispostos a cooperar com as orientações do Estado, passaram a agir como servidores e cumpriram a função que lhe foi incumbida: porta-vozes de um sistema autoritário.

Ao mesmo tempo em que censuravam matérias e interferiam no conteúdo da informação, os governos militares financiavam a modernização dos meios de comunicação. Isso se explica porque, para eles, essa modernização era parte de uma estratégia ligada à ideologia da segurança nacional. A implantação de um sistema de informação capaz de “integrar” o país era essencial dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos. (ABREU, 2002, p.15)

Entre as redações que lutaram contra as intensas mudanças sofridas na configuração da produção jornalística, agora oprimida pela censura prévia aos meios de comunicação, existiram, em contrapartida e maior número, jornais que não somente compartilhavam da nova ordem social, mas que trocaram seus valores de notícia e reponsabilidades por grandes investimentos financeiros, o que colaborou para construir uma imprensa cada vez mais vinculada ao capitalismo e essencial para promulgação de uma ideologia nacionalista e anticomunista, ideais que já vinham sendo explorados pelo Estado.

Outro fator que compôs o rol de novas características do jornalismo ,a partir dos anos 1950, diz respeito à produção do discurso jornalístico, que passou a preocupar-se com a objetividade de forma mais consciente: “A mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para o campo, lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2011, p. 26). Com isso, vê-se somado ao caráter de dependência das empresas de comunicação em relação ao Estado, o início de uma influência por parte da hegemonia estadunidense sobre o jornalismo brasileiro, que deixou de seguir o modo de produção europeu que havia sido adotado anteriormente. As mudanças são expressas em vários aspectos como apresentação gráfica, conceito de primeira página, normas de estilo para redação e edição, publicação de pesquisas de opinião, gerenciamento das redações e estruturação de Departamento de Pesquisa (BAHIA, 1990; SILVA, 1991). Nesse momento foi criado, também, o programa de rádio *Repórter Esso*.

Posteriormente às mudanças trazidas pelo período estadonovista e seus desdobramentos, na década de 1960, o Brasil e outros países da América Latina

enfrentam as consequências de uma forte mudança política. A configuração do jornalismo neste momento histórico específico, resultado de uma trajetória de vinculação da imprensa com o poder, e a herança de práticas autoritárias que interferem no trabalho jornalístico, indicam o lugar da imprensa nas disputas sociais de determinada época e lugar.

1.2 O GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 E O JORNALISMO BRASILEIRO

A década de 1960 foi, de forma generalista, caracterizada por mudanças políticas, sociais e culturais no mundo inteiro. Diversos países, como Estados Unidos, viveram neste período o desencadeamento da contracultura, com a expansão da liberdade, a ascensão dos movimentos estudantis e sociais como o feminista e o ambiental, a criação de vertentes musicais críticas como *rock*, a exploração do uso das drogas como forma de transgredir a consciência e a revolução sexual (ROSZAC, 1972).

No Brasil, Jânio Quadros assumiu o poder com 5,6 milhões de votos, usando uma vassoura como símbolo, de modo a “varrer” toda a corrupção brasileira e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito vice-presidente, uma vez que a Constituição de 1946 não vinculava a escolha do presidente ao vice. Em 1964 já assume, mas com parlamentarismo (GASPARI, 2002).

Esta trajetória governamental, no entanto, foi interrompida no ano seguinte, em 1964, com a tomada do poder pelos militares sob a organização de uma política de desestabilização que envolveu diversos fatores, entre eles a participação de empresas nacionais e transnacionais, do governo americano e de setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra (BORGES, 2007; PRIORI, et al. 2012). A justificativa para a atitude militar, de tomada do poder e modificação de suas estruturas, foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional, que era ministrada na Escola Superior Guerra e tinha por objetivo desenvolver treinamento de pessoal de alto nível para o exercício de direção e planejamento da segurança nacional (ALVES, 1984).

Outro fato decisivo para articulação militar foi o discurso proferido no dia 30 de março pelo Presidente no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, que fora transformado em um auditório que reunia a entidade parassindical monitorada pelo Partido Comunista. No evento promovido pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da

Polícia Militar, João Goulart demonstrou apoio à “Revolta dos Marinheiros”³. A escolha por não punir os militares envolvidos na revolta trouxe instabilidades à autoridade militar (GASPARI, 2002):

O presidente disse a parte decisiva de improviso, nervoso, agressivo: “A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos”.

[...] “Quem fala de disciplina, senhores sargentos, que a alardeia, quem procura intrigar o presidente da República com as Forças Armadas em nome de disciplina, são os mesmos que, em 61, em nome da disciplina e da pretensa ordem e legalidade que eles diziam defender, prenderam dezenas de sargentos”.

[...] “A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo, entre os que comandam e os que são comandados”. (GASPARI, 2002).

Na mesma madrugada o general Mourão, de Juiz de Fora, começou a organizar a sublevação militar que desencadearia a deposição de João Goulart e o começo do movimento ditatorial brasileiro. Um período que duraria 21 anos.

De acordo com Borges (2007), o período que compreende toda a experiência do golpe civil militar brasileiro pode ser dividido em três fases. A primeira refere-se ao *processo revolucionário*; que teve início em abril de 1964 até a publicação do Ato Institucional nº5 e que ainda tinha em debate o prolongamento ou não de um estado ditatorial: “De início, general Castello Branco estava convencido de que a “revolução” deveria ser uma intervenção transitória, mas foi atropelado pela corrente dos chamados duros, que exigia um processo revolucionário permanente” (BORGES, 2007, p.22).

A segunda fase é marcada pelo endurecimento de sistemas de “segurança”, que vai do AI-5 até a liberação política iniciada pelo governo Geisel, que revogou o ato. “É nessa fase, principalmente durante o governo do presidente Médici, que se vão conhecer mais profundamente os desatinos da comunidade de segurança e informação do regime militar, na qual a tortura de presos políticos era prática usual” (BORGES, 2007, p.22).

E a terceira, que trouxe o reajuste do *processo revolucionário* (BORGES, 2007), iniciado por Geisel e levado adiante por João Figueiredo, foi reconhecida pelo abrandamento da censura e do reajustamento na área de segurança.

³ Episódio que reuniu marinheiros na sede do Sindicato dos Metalúrgicos (RJ) no dia 25 de março de 1964. A resistência foi feita contra a ordem de prisão emitida pelo ministro da Marinha, Sílvio Mota, aos marinheiros que realizaram a comemoração de aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, uma entidade considerada ilegal (GASPARI, 2002).

Priori (et al., 2012) amplia a observação do período, dividindo-o em três momentos, destacando o afastamento de atores relacionados ao presidente deposto do poder e o desmonte do aparelho democrático:

O primeiro ciclo foi originado em meio à turbulência do golpe de 1964 e teve, como base, principalmente, a retirada do âmbito político de pessoas vinculadas ao governo deposto de João Goulart. Fisicamente, a repressão recaía apenas sobre os trabalhadores e camponeses que, aos olhos dos militares, poderiam acabar desenvolvendo um foco de combate e resistência contra o governo oficial. O segundo ciclo (1965-1966) desmontou o aparelho democrático do Estado, como as eleições diretas, o pluripartidarismo e a existência de organizações sociais livres. Finalmente, o terceiro ciclo realizou “amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes (PRIORI, et al.. 2012, p.201).

A imprensa enfrentou nesse momento uma nova realidade, decorrente, principalmente, do movimento político que acontecia na época e que, cada vez mais, cerceava a liberdade de comunicação. Leal e Hohlfeldt (2014, p. 385) apontam que, entre os meios de comunicação, especialmente a imprensa foi cooptada, ou obrigada a trabalhar a favor do regime ditatorial. A intervenção direta do poder, na mídia, tinha como objetivo construir uma opinião pública favorável aos militares e à sua forma de governar. Por outro lado, a face violenta do regime foi cuidadosamente invisibilizada: “Naquele panorama o jornalismo levava aos brasileiros um discurso quase unânime e favorável ao governo, discurso que era entendido como verdadeiro pela sociedade, o que muito contribuiu para a imagem positiva alcançada pelos militares junto à população brasileira”.

Para Abreu (2002, p.13), a “[...] imprensa de maior prestígio e circulação” foi um dos suportes estratégicos do movimento militar para a derrubada do regime constitucional e recebeu grandes investimentos para que houvesse uma campanha publicitária de promoção ao Estado. Além disso, a maioria dos proprietários de jornais encampava as ideias partilhadas pelo partido da União Democrática Nacional (UDN), que era contrário ao Presidente João Goulart.

[...] Toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como rádio e televisão. Os editores do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março [...] foram esclarecedores até nos títulos: “Basta!” e “Fora!”, [...]. Foi a última “operação” montada pela imprensa empresarial em nosso país. (SODRÉ, 1999, p.410)

Abreu (2002) também faz referência aos editoriais publicados no jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Segundo a autora, o jornal era identificado com as classes médias conservadoras e com o pensamento liberal⁴. Com isso, o regime militar reconheceu, igualmente, a importância dos meios de comunicação massivos e sua capacidade na difusão de ideias, e ainda sua função como criador de um “estado emocional coletivo”:

E a convergência de visão quanto ao projeto de desenvolvimento capitalista para o país desdobra-se em uma convergência de interesses, o que se dá por meio da ideia da “integração nacional”, ponto central da realização da ideologia da Segurança Nacional e casa das transformações promovidas pelos governos militares na área da comunicação. (ORTIZ, 1994, p. 117)

Os investimentos para promoção do governo tiveram seu início ainda em 1962, quando foram gastos pelo menos 400 mil dólares em propaganda voltada à classe militar. “As empresas *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Diários Associados* formaram no Rio de Janeiro a Rede da Democracia, estuário das produções do IPES⁵ e atividades da ADEP⁶” (LARANJEIRA, 2014, p.79).

Um dos poucos jornais contrários à instauração do regime foi *Ultima Hora*, de São Paulo, que apoiou as reformas de base propostas por João Goulart e as reivindicações de sindicatos e movimentos de esquerda. Os veículos de comunicação que começaram a demonstrar um posicionamento contrário ao golpe civil militar sofreram tratamento severo por parte do Estado:

Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa; [...] os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura [...]; numerosos jornalistas foram presos, torturados e exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados. (SODRÉ, 1999, p.435)

Dentre as diversas mudanças que aconteciam na imprensa durante os anos 1960, o avanço técnico dos meios de comunicação permitiu inovações de criação e também maior agilidade e alcance de informação, possível pela melhoria nas formas de diagramação, impressão e distribuição do material. Os investimentos feitos no setor

⁴ Outros meios de comunicação, como o rádio, também manifestaram apoio à saída de Goulart, conforme GASPARI (2002, p.96): “Às oito da manhã a rádio Nacional transmitiu o *Repórter Esso*, “*testemunha ocular da história*”. Era o principal noticiário radiofônico do país e oferecia a súplica do oficialismo: Jair Dantas Ribeiro assumira o comando das operações contra a rebelião, Goulart recebera uma delegação de industriais e comerciantes no Laranjeiras e divulgara uma nota oficial contando com “a fidelidade das Forças Armadas”. Tudo fantasia. Até a previsão do tempo: “instável, com chuvas, melhorando no decorrer do período”. O chuveiro da tarde terminou em temporal à noite”.

⁵ Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

⁶ Associação dos Defensores Públicos.

foram fruto de uma negociação entre ambos interessados (empresas de comunicação e Governo). E os motivos que estreitaram essa relação são variados, como o benefício de investimentos que estavam sendo feitos na modernização de algumas empresas. Este fator foi suficiente para sustentar uma contrapartida dos veículos de comunicação em relação à divulgação do Estado. Além disso, houve o reconhecimento, por parte de muitos civis, de um sistema justo, progressista, de paz e ordem, que era também compartilhado por alguns diretores de jornais. Isso facilitou a colaboração com o novo sistema (LEAL; HOHLDELDT, 2014).

Se antes havia empresas que pleiteavam o liberalismo econômico e lutavam pela liberdade de expressão, inscritas em um contexto histórico de enfrentamento ao patriarcalismo militar-coronelistas da Primeira República e ao autoritarismo do Estado Novo, no ano em que inicia o golpe civil militar o que se observa é uma “[...] afinidade ideológica com o sistema supraestruturado nos elitismos burocráticos” (LARANJEIRA, 2014, p. 163). Assim, outros interesses se sobrepuseram ao dever e vontade em ter livre comunicação.

Empresas e profissionais da comunicação proclamam-se baluartes críticos do poder encoleirados a ordenamentos político-financeiros. Reforçam o *gatekeeping* ideológico sob a falácia da desideologização funcional. Agem como gendarmes do capital financeiro e seguranças do sistema na contenção das fendas vindicatórias emanadas dos substratos sociais. Superexcitam os anseios dos camarotes e esterilizam as falas das vielas e becos. (LARANJEIRA, 2014, p.169)

Seja por repressão, por interesses lucrativos ou por identificação ideológica, foram muitos os jornais brasileiros utilizados como peças importantes para a implementação e longa duração do golpe civil militar. A repressão levou a prisões e perseguições e a demissão de jornalistas tornou-se prática frequente. Diante de diversos fatores explorados, como a coerção de jornalistas e exploração da censura como um sistema para amedrontar e oprimir determinados discursos, é possível atestar que a declaração de um golpe suspende a garantia dos direitos dos cidadãos, bem como o direito à livre comunicação, que passam a ser completamente negados.

A Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão, de 1789, define, no artigo 11, que “[...] livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar escrever, imprimir livremente, respondendo pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei” (MATTELART, 2009, p.35). Entretanto, a existência da Declaração não quer dizer seu

cumprimento. E as definições desse “abuso de liberdade”, que poderia ser punido, de acordo com a Lei, também não são claras. No governo brasileiro ditatorial, vivenciado entre 1964 e 1985, as leis mudaram rapidamente e se tornavam cada vez mais repressivas. Era um tempo perigoso para tentativas de livre expressão.

Com a edição de 18 atos institucionais, sendo o AI-5 o “coroamento do arcabouço autoritário”, o golpe civil militar extinguiu a garantia dos direitos humanos, inclusive de militares que se opuseram ao regime. Muitos foram colocados na reserva, perderam direito à pensão e se tornaram desertores, impedidos de conseguir novos empregos. Somado a isso, já no primeiro ano ditatorial, 49 juízes de direito foram cassados e em apenas um ano houve 10 mil prisões no Brasil, sendo 4 mil somente no Rio de Janeiro, e cerca de 500 sindicatos foram fechados (LARANJEIRA, 2014).

Entre corroborados e opositores, os jornalistas de 1964 foram agentes importantes na cristalização de uma história brasileira contada a partir da imprensa. Muitos incentivaram o avanço militar como forma de solucionar dificuldades observadas na segurança e na economia do país. Outros afastaram-se de tais construções desde o início do processo do golpe. Uma terceira parcela passou de um perfil ao outro, no decorrer do tempo. Laranjeira (2014, p.174) observa em certa parte da imprensa uma tomada de consciência tardia sobre seu próprio comportamento: “A grande imprensa demoraria anos para descobrir as causas das inconvenientes dores na coluna e articulações: curvatura cervical das atividades da ordem unida e lesão por esforço repetitivo de continências”.

Junto à modernização e às diversas transformações ocorridas na imprensa brasileira na segunda metade do século XX, a censura foi extrema e marcou a atividade jornalística durante o processo. De acordo com Barbosa (2011, p.27), o silêncio trazido pela censura neste período alterou o conteúdo de muitos jornais diários, que precisaram abandonar gradativamente o papel de amplificadores e construtores desses enredos, afastando-se dos protagonistas e deixando de ser eles mesmos personagens do campo político.

1.3 CENSURA E AUTORITARISMO NO JORNALISMO: UMA TRAJETÓRIA ATÉ 1960

“As palavras são múltiplas, mas os silêncios também o são”.

Eni Orlandi (1992, p.29)

A experiência brasileira com a censura deve ser compreendida em suas diversas fases e relacionada aos contextos históricos específicos em que ocorreu. Seria abrangente demais, e inviável nesta pesquisa, retomar essa trajetória desde o seu início⁷. Por isso, é feita a escolha por debater o tema em um recorte temporal que abrange parte do século XX. Para entender a complexidade do tema seria necessário, ainda, desmontar os discursos fundamentados em memórias influenciadas por ideologias e romantizações, principalmente no que diz respeito à década de 1960, para reestruturar os acontecimentos que foram cristalizados na história e sobrepor o senso comum, que busca polarizar os fatos entre bom e ruim; certo ou errado.

No Brasil, a censura aplicada pelo regime militar pode ser compreendida a partir de dois momentos. A primeira experiência, observada nos anos 1930 e 1940 sobre base legal, chamou-se censura de “diversões públicas” (FICO, 2012, AQUINO, 1999). Amparada pela lei e aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro, esta censura teve forte apoio social, institucional e também de associações públicas, que se dirigiam à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) cobrando a censura de programas televisivos, cartazes de filmes, etc. Esse período revela como a censura teve não somente o apoio, mas a participação popular, que acreditava na necessidade de um controle moral sobre determinadas produções e ações que pudessem ofender uma ordem tradicional e fortemente influenciada pela religião.

A partir da consciência sobre a participação social no controle de produções, faz-se um salto ao segundo momento de censura a ser explorado, o da “utopia autoritária” (FICO, 2012), que foi vivenciada durante o golpe civil militar. Neste período houve o fortalecimento de um objetivo comum entre militares e civis, que embora convivessem com diferenças, acreditavam que determinadas políticas levariam à subversão e à corrupção, impedindo o Brasil de tornar-se uma potência mundial. No intuito de “proteger o país”, estes grupos organizaram a implementação de uma série de ações de origem punitiva, que visava promover a utopia autoritária e afastar a corrupção e a subversão. Estas ações foram desenvolvidas a partir de uma legislação já citada, nominada de atos institucionais.

Com o primeiro ato deu-se início à cassação e suspensão de direitos políticos. Ao final de seu prazo de vigência, o segundo ato foi extraído e previu mais prisões e

⁷ Durante o Período Colonial brasileiro, a Coroa Portuguesa proibiu qualquer atividade de imprensa, sendo todas as tentativas de instalação tipográficas de 1706 e 1946 violentamente debeladas. A ordem de proibição temia, principalmente, a impressão de material que pudesse insuflar brasileiros contra a Corte, (FERNANDES, p. 106, 2008). Este foi o início de uma história marcada pela censura.

suspensões de mandato. Em 1967, a Constituição foi modificada pela proposta do Ato Institucional nº4. Por meio do AI-4, o Presidente Castello Branco convocou o Congresso Nacional para a votação e promulgação do projeto de uma nova Constituição que revogava definitivamente a Constituição de 1946.

Após edição do Ato Institucional nº 5, ocorrida em dezembro de 1968, instituído sem prazo de validade, a implementação de um projeto de reforma social brasileira pertencente à “utopia autoritária” teve sua força de ação elevada. Com a inserção do ato, diversos grupos montaram sistemas específicos para atender às próprias demandas repressivas, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) e o Serviço de Informação do Gabinete (Sigab), que tinha a tarefa de centralizar as demandas de autoridades ofendidas ou polemizadas pela imprensa⁸. Em seu radicalismo, alguns grupos estavam interessados em prender, eliminar e matar aqueles que eram considerados subversivos. De acordo com Leal e Hohlfeldt (2014, p.390), o apoio da linha dura das Forças Armadas e de grupos defensores do regime fez com que houvesse intensificação na repressão policial-militar contra grupos de oposição. Dentre os grupos repressores estava o Comando de Caças Comunistas (CCC), considerado, antes mesmo da instituição do Ato, um grupo de extrema direita.

Além de conceder poderes extraordinários ao Presidente da República e suspender diversas garantias constitucionais, sua implementação também fortaleceu a chamada linha dura do regime. Houve aprimoramento do aparato repressivo com as instalações do Doi-Codi por todo país e uma maior autonomia à estrutura clandestina de repressão dos ministérios militares e dos Departamento de Ordem Política e Social (Dops), supervisionado pelo Serviço Nacional de Informação. Entre 1964 e 1969, foi decretado um total de 17 atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares (LARANJEIRA, 2002).

No que se refere ao discurso jornalístico, foi possível perceber rapidamente a ação da censura ou do silêncio das informações (ORLANDI, 1992). Este tipo de silêncio aparece livre do sentido *passivo* e *negativo*, da maneira como foi atribuído nas

⁸ Esta prática censória era muito específica, segundo Fico (2012, p 72): “havia uma pauta em termos proibidos cuja publicação nos jornais era proibida, e esses temas eram informados dessa forma. O chefe de redação avisava aos jornalistas e os assuntos não saiam”.

esferas sociais e culturais, e considera a relação do *não-dizer* com a história e a ideologia⁹.

Ao mesmo tempo em que matérias censuradas interferiam no processo de produção de notícias, militares financiavam novos equipamentos e prédios como parte de uma estratégia ligada à ideologia de segurança nacional, pois a implantação de um sistema de informação capaz de *integrar* o país tornou-se essencial. Somando aos grandes investimentos, naquele momento a imprensa já possuía dependência da publicidade para se manter em plena atividade. Entre seus maiores anunciantes, estavam diversos órgãos estatais. Assim, a dívida dos jornais favorecidos tornava-se cada vez maior em relação ao Governo militar, que incentivava, implementava e assegurava a continuidade ideológica no funcionalismo público (LARANJEIRA, 2014; ABREU, 2002; RIBEIRO, 1999).

[...] pode-se afirmar que pensar em uma relação imprensa x militares no período é pensar em um processo ambíguo e conturbado, pois, ao esmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar suas matérias, interferindo assim no conteúdo das informações e naquilo que deveria ou não ser esquecido e/ou lembrado. (BONSANTO, 2014, p.55)

A publicidade foi um sistema utilizado não apenas como garantia de cooperação por parte dos meios de comunicação, mas também como órgão repressor. Com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas, a propaganda política “vendeu a imagem de um Brasil otimista, de um Brasil grandioso e de um Brasil habitado por uma população suja, burra, que não sabia votar” (FICO, 2012, p.70). Ao lado da publicidade, o Estado desenvolveu sua atividade econômica, por meio de investimentos em bens de consumo coletivo e também firmou seu caráter autoritário, como um dos maiores anunciantes. Estes anúncios institucionais e de serviços, que envolveram também estatais, trouxe mais visibilidade ao governo em diversos níveis demográficos (TASCHNER, 1992).

Eram vários os modos de operação da imprensa, durante o período, para driblar situações que representavam dificuldades ao setor. Por trás de escolhas e posicionamentos havia interesses particulares, empresariais e a censura, que precisa ser compreendida como um fato produzido *pela história*. De acordo com Orlandi (1992, p.11), o conceito de censura deve compreender todo processo de silenciamento que

⁹ Para Orlandi (1992, p.20), a ideologia se produz “[...] justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história”. Ao considerar o discurso como lugar desse encontro, é na materialidade específica da ideologia que melhor podemos observar esse ponto de articulação.

impõe limites aos agentes no percurso de sentidos. “[...] Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras”. A preocupação com esses sentidos ocultos em uma camada mais profunda da produção jornalística, para além do *implícito*, pode revelar *lacunas na história dos veículos* que constituem passagens importantes na compreensão de seu processo de produção: “[...] O estudo do silenciamento (que já não é silêncio mas “põe em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do *implícito*” (ORLANDI, 1992, p.11-12).

O habito de calar vozes dissonantes foi uma forte tática do regime ditatorial brasileiro. A prática trouxe repressão aos sindicatos, movimentos estudantis, proporcionou cassações e extinguiu partidos políticos, dando espaço para organizações militares, civis, religiosas, entre outras, que buscavam elevar o projeto de uma pátria “ordenada, tradicional e democrática”. Para compor esse processo de apreensão do sentido do silêncio, Orlandi (1992, p.21) aponta a necessidade de conceber a língua como materialidade linguística, em que se manifestam as relações de forças e de sentidos que refletem os confrontos ideológicos.

Muitos episódios marcaram a história do jornalismo brasileiro no que se refere à censura (seja explícita ou a autocensura). Em janeiro de 1975, por exemplo, os órgãos de repressão do regime lançaram ofensiva contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que vivia na clandestinidade e teve seus membros perseguidos. No dia 26 de outubro do mesmo ano, Wladimir Herzog foi encontrado morto. O jornalista, então diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo, compareceu ao Doi-Codi para depor sobre acusações de envolvimento com o PCB, foi preso e, em seguida, “[...] segundo a versão oficial, foi encontrado morto na cela, onde teria cometido suicídio” (ABREU, 2002, p. 24). Apesar de a censura prévia à imprensa nunca ter sido claramente sancionada, seus efeitos foram sentidos na forma da autocensura e também na instalação de censores em diversas redações (TASCHNER, 1992).

Para Leal e Hohlfeldt (2014), todas as medidas governamentais que caçaram a liberdade da imprensa e individuais tinham como objetivo impedir críticas relacionadas às ações do governo e a tudo que contrariava interesses militares:

Os agentes da censura estavam presentes nas redações de jornais, revistas, estações de rádio e TV, para vetar a veiculação de quaisquer matérias contrárias à ditadura militar. O povo brasileiro conviveu com uma única verdade permitida: a oficial, ou seja, a dos governantes. E, de certo, o noticiário político foi o que mais sofreu medidas repressivas. (LEAL; HOHLDELDT, 2014, p.392-393)

No fim de seu governo, o general Geisel enviou ao Congresso uma proposta de emenda Constitucional para revogar o AI-5. Porém, permaneceu em vigor a Lei de Segurança Nacional, que atribuía ao ministro da Justiça competência para suspender impressos caso houvesse crime contra a segurança nacional, e definia alguns crimes de imprensa. Durante o governo do general João Baptista Figueiredo, em 1983, já no final do golpe, foi abolida a interferência da Lei de Segurança Nacional no tocante à legislação de imprensa, no dia 14 de dezembro, pela lei 7.170. A imprensa somente recuperou suas garantias de livre expressão no primeiro governo civil, após 20 anos, com a promulgação da nova constituição. Desde a vigência da constituição de 1988, a imprensa brasileira passou a fazer inúmeras denúncias envolvendo políticos, empresários, policiais, militares etc, relacionados com negócios considerados ilícitos e que mereciam o exame da Justiça (ABREU, 2002, p.47).

Dividida entre sofrendores, censurados, cooperadores e privilegiados, a imprensa brasileira tornou-se peça fundamental de denúncia e de poder de disseminação ideológica de um regime autoritário. Muitos profissionais perceberam, na situação, a oportunidade de aumentar seu lucro e poder, enquanto muitos foram torturados e mortos por publicarem - ou tentarem - vestígios de negociatas e crimes executados pelos militares. Com isso, a orquestração militar, ocorrida dentro das redações de jornais e de outros meios de comunicação, forjou um consenso nacional em torno da aceitação das ações do governo, uma vez que havia maiores dificuldades em acessar informações alternativas. Orlandi (1992, p.75) confere a essa situação o conceito de “política do silêncio”, em que, ao dizer algo, se apagam outros sentidos possíveis, porém indesejáveis em uma situação política dada. Assim, foi colocado em ação um plano de construção de uma “revolução” benéfica:

O militarismo brasileiro utilizou-se do poder [...], explorando tanto seu potencial negativo de repressão, como se aproveitando de sua face positiva através da utilização dos mecanismos de educação, informação e comunicação, que foram direcionados para ressaltar os pontos que interessavam aos que formavam o pensamento político militar na época. (LEAL; HOHLDELDT, 2014, p. 394)

Os processos existentes na censura indicam modos relevantes do funcionamento do silêncio. Ao proibir determinadas palavras, se proíbem determinados sentidos e se estabelece um jogo de relação de força pelo qual configura-se o quê, do *dizível*, não deve ser dito quando se utilizar a palavra. A situação imposta pela censura bloqueia as manifestações do sujeito pela “[...] decisão de um poder de palavra fortemente regulado”, presente em regimes autoritários: “No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito” (ORLANDI, 1992, p.81).

Entretanto, foram exploradas outras formas de significar o proibido, dando origem à *retórica da resistência* (ORLANDI, 1992, p.83). Quando analisados os jornais brasileiros pós 1964, encontra-se este tipo de prática que, de diferentes maneiras, conferiu significado à censura imposta. Alguns *vazios*, como a publicação da meteorologia para o 14/12/1968, no *Jornal do Brasil*; as receitas de bolo do *Jornal da Tarde*; os poemas de Camões no *Estadão*; utilizados conscientemente, passaram à proibição. Na supressão dos vazios, jornalistas precisavam substituí-los por outro conteúdo:

Para não apagar completamente os traços da censura, os editores substituíam esses vazios por receitas de cozinha ou fragmentos do poema épico Os Lusíadas de Camões. Os leitores, habituados a seus jornais, sabiam atribuir (ou antes "devolver") outros sentidos a esses textos por sua localização: página, lugar, dimensão, natureza da *receita*, etc. O gesto de ler adquiriu um sentido histórico muito particular nesse momento. (ORLANDI, 1992, p.118)

Essa historicidade, inscrita na textualidade, possibilita a validade de sentidos para toda uma sociedade, pois eles vão além do senso comum. A motivação para levar ao público uma verdade que era, por vezes, paga com a própria vida. Dessa forma, foi inevitável uma desilusão política para a geração de jornalistas que iniciou sua vida profissional durante o regime:

Essa geração, nascida no pós-guerra, tinha envolvimento com organizações políticas e escolheu a profissão como uma forma de intervenção social e participação política. [...] Esses jornalistas se mobilizaram em torno da luta pela garantia das liberdades democráticas, pelos direitos dos cidadãos, contra a ditadura, em defesa da classe operária e dos oprimidos. (ABREU, 2002, p.53)

A censura, em seus diversos modos, fez do jornalismo uma prática importante a ser utilizada e explorada durante o período do golpe civil militar, que apresenta muitas

nuances e indica uma variedade de fatores que contribuíram para o progresso de um projeto nacionalista e anticomunista que buscou mascarar a alteridade social ao construir a imagem de uma sociedade harmônica e livre de conflitos (AQUINO, 1999). Dentre estes fatores, o entendimento de um jornal como empresa ajuda a revelar algumas escolhas que foram tomadas no período, pois compreende a imprensa como uma instituição regida pela lógica do lucro. “Existe na imprensa de indústria cultural a preocupação com a chamada “missão da imprensa em informar e formar a opinião pública”?” (TASCHNER, 1992, 118).

Ao mesmo tempo em que a imprensa influenciou e sobrepuiu a ascensão de um golpe, ela também foi influenciada. Seja pela preocupação com seu desenvolvimento econômico, seja pela experiência com a censura, o jornalismo brasileiro viveu transformações e se obrigou a adaptar seu modo de produção ao sistema governamental vigente, com o intuito de favorecê-lo ou rechaçá-lo.

1.4 CAMINHOS ALTERNATIVOS DA IMPRENSA SOB O PERÍODO GOLPISTA

Dentre tantos jornalistas engajados ao regime militar, ou ainda censurados e calados pelos militares que passaram a conviver dentro das redações para fiscalizar a informação, houve aqueles que tomaram outro rumo. Foi o da imprensa alternativa, que teve como um de seus principais objetivos denunciar violações dos direitos humanos e criticar o modelo econômico e político¹⁰.

Para Kucinski (1991), o conceito de alternativo institui quatro significados essenciais à imprensa citada: 1) algo desligado das políticas dominantes; 2) opção entre duas coisas que se excluem reciprocamente; 3) única solução para uma situação emergente e; 4) o profundo desejo das gerações dos anos 60 e 70 em tornarem-se protagonistas das transformações sociais. Movida por forças interligadas à esquerda política havia, ainda, por parte de intelectuais e jornalistas, a procura por um espaço alternativo à grande imprensa e à universidade para discutir o que estavam vivendo.

Duas vertentes deram início à proliferação desses jornais, que passaram a ser fiscalizados com atenção ainda maior e terminaram com muitas perseguições e assassinatos: uma delas tinha suas raízes na valorização do nacionalismo e marxismo, e

¹⁰ Em uma busca pelo termo no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, encontra-se uma diferenciação entre imprensa alternativa, que optaria por uma “posição editorial renovadora, independente e polêmica”; e imprensa nanica, um tipo de imprensa alternativa com estrutura empresarial modesta e poucos recursos financeiros.

suas páginas eram tomadas por movimentos populares de reivindicação e protestos, que discutiam os caminhos da revolução, táticas e estratégias de oposição; de outro lado, havia um jornalismo voltado à crítica dos costumes e à ruptura cultural que era fortemente ligado ao movimento contracultural estadunidense:

Os protagonistas da imprensa alternativa dos anos 70 constituíam, assim, uma subcultura que se distinguia do grosso dos jornalistas e intelectuais pela sua disposição contestatória, pela sua propensão ao ativismo, pela sua intransigência intelectual e, em certa medida moral, pela sua afinidade com os motivos ideológicos que moviam os ativistas políticos. (KUCINSKI, 1991, p. 5)

Grinberg (1987, p.18) indica como elemento essencial à mídia alternativa a ideia de que esta seja uma “opção frente ao discurso dominante”, complementada pelo controle e propriedade coletiva do meio, participação na escolha temática e na produção de mensagens, bem como a ambivalência dos papéis emissor-receptor e a multidirecionalidade dessas mensagens. Outra grande diferença que a imprensa alternativa deve apresentar em relação à mídia hegemônica é sua falta de pretensão em obter lucro com suas práticas, pois não se propunham a objetivos mercantis. Ao quebrar com a lógica do lucro que moveu a grande mídia a partir de sua industrialização, este tipo de jornalismo buscou na resistência a força matriz de sua prática. A convivência com a censura pode desencadear também novas formas de se fazer jornalismo e trazer experiências interessantes (TASCHNER, 1992).

Outra forma de pensar o “alternativo” é debatida por Downing (2002, 49), como *midia radical*, e consiste em um modelo de contra-informação que concede à mídia o papel de romper o silêncio, refutar mentiras e fornecer verdades. Suas práticas são desenvolvidas principalmente sob regimes opressores e reacionários, que utilizam da censura e do controle de informação para manutenção de uma ideologia.

Com razão de resistência, a imprensa alternativa brasileira de 1960 sofreu declínio conforme se aproximava o fim do regime militar. Porém, a existência desse fenômeno para além do momento conturbado em que teve seu ápice reflete no imaginário de uma imprensa alternativa que não se constituiu simplesmente para intelectuais, jornalistas e ativistas políticos, ela seria maior e mais rica:

Nem a ditadura podia sozinha explicar a riqueza do fenômeno alternativo, a diversidade de manifestações ou a tentativa [...] de criar todo um “modelo ético-político”, com formas e estratégias próprias, que se confrontaria com o sistema dominante muito mais no campo permanente da tentativa de construção e uma contra hegemonia ideológica, do que no campo conjuntural da resistência à ditadura. (KUCINSKI, 1991, p. XXV)

Foram cerca de 150 títulos que, divididos em gerações, constituíram o ciclo alternativo do jornalismo brasileiro. Entre eles, esteve *O Pasquim*, *Movimento*, *Pif-Paf*, *Opinião*, *Resistência*, *Ex*, *Repórter*, *Lampião da Esquina*, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *O Berro*, *Politika*, *De Fato*, *Jornal de Debates*, *Flor do Mal*, *Coojornal*, *Em Tempo*, *Folha da Semana*, *O Sol*, *Poder Jovem*, *Amanhã*, *O Bondinho*, *Versus* e *Maria Quitéria*. A maioria dos colaboradores e diretores desses jornais eram cartunistas, satíricos e libertários (KUCINSKI, 1991). Durante seu apogeu, os jornais alternativos foram comparados com experiências anteriores, como da imprensa panfletária, dos pasquins e da imprensa anarquista, que tinham como objetivo maior resistir a uma hegemonia comunicativa e produzir discurso em forma de humor, sátira, ilustração, ironia e denúncia de um governo que sempre buscou a verticalidade de informação e a construção maquiada de uma realidade conveniente.

É reconhecida a relevância da imprensa alternativa como espaço de resistência política e articulação entre os movimentos sociais do período, entretanto optou-se por fazer uma referência pontual a estas produções por não se tratar do foco da investigação. A publicação de livros sobre a história dos jornais (como o *Movimento*, o *Pasquim*, o *Coojornal*, entre outros) tem contribuído para o registro e a memória do jornalismo alternativo.

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A IMPRENSA DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO: SURGE *O COMÉRCIO E CAIÇARA*

2.1 JORNALISMO DO INTERIOR: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

São muitos os estudos acerca do período histórico ditatorial brasileiro que expõem a trajetória da grande imprensa ou, ainda, que exploram a imprensa alternativa como expressão criativa para driblar a censura e a repressão do período. A imprensa do interior, entretanto, traz menos experiências de pesquisa e produz, ainda, pouca discussão no meio acadêmico, mesmo tendo sua influência na cristalização da história regional e nacional. Segundo Vieira (2002, p.122), os grandes veículos sempre seduziram mais os pesquisadores, os críticos e os profissionais, que ignoram a quantidade de meios de comunicação do interior. Com número significativo de produções em todo o território brasileiro, os veículos dedicados à cobertura jornalística regional possuem uma grande quantidade de empregados e possuem maior sobrevivência quando comparados com jornais que ganham destaque na grande imprensa ou que são localizados em grandes centros. É possível perceber, também, que a baixa produção acadêmica sobre jornalismo do interior pode estar relacionada ao fato de que a maior parte das escolas de comunicação está localizada nas capitais ou em grandes cidades. Com isso, tendem a refletir o contexto em que se situam (BUENO, 2013). Por ser distante, esse tipo de jornalismo é também visto como uma realidade superada por três setores que poderiam estar interessados em sua exploração:

Para os alunos, ele representa um retrocesso de produção jornalística, um universo que está perdido no passado, um exemplo de provincianismo e de subdesenvolvimento profissional ou mesmo cultural. Para os professores, constituem um modelo caduco do processo jornalístico, que não incorporou as tendências modernas deste ramo de negócios. Para os profissionais, configuram um mercado que não propicia remuneração compensadora, nem *status* (BUENO, 2013, p.60).

No debate sobre este jornalismo demograficamente localizado, sua potência também é pontuada. Devido à proximidade, ele pode ampliar a qualidade de produção e reintroduzir rotinas associadas aos desejos e necessidades reais da população. Essa proximidade¹¹, examinada como uma das características do jornalismo do interior,

¹¹ A proximidade, para Camponez (2002, p. 199), tem a ver com realidades sociais que nos rodeiam e os serviços que dispomos em nossa vila ou aldeia, tendo o poder de modificar o conteúdo das mensagens.

resulta de relações mantidas entre os veículos e os cidadãos, e caminha junto a uma espécie de “responsabilidade aguda”, que é efeito da convivência mais efetiva entre jornalistas e população e que poderia, por exemplo, ampliar o prestígio do repórter ou complicar seu convívio na localidade em que vive, de acordo com aquilo que este publica ou deixa de publicar (BUENO, 2013).

Ao considerar que veículos de comunicação são produtores de sentidos, é preciso levar em conta a existência de um processo produtivo que é dado, também, pela interação. Esta noção de mundo, que passa a ganhar sentido quando é entendida no âmbito *comum*, torna necessária a compreensão de um processo em que as relações são complexificadas a um nível de reciprocidade, e que ao mesmo tempo produz alteridade e comunicação (VIEIRA, 2002, p.128). Além da interação, outras características destacadas nos estudos sobre um jornalismo que foge à grande imprensa colaboram para que haja distinção entre *imprensa regional* e *imprensa nacional*.

Antes de avaliar as características que compreendem cada um dos termos citados, serão exploradas as formas de compreender a organização e as operações estratégicas destes veículos, em um olhar que os difere, primeiramente: “Assim, teríamos de ter em conta questões como a sede territorial da publicação; o seu âmbito de difusão e cobertura; a vocação e intencionalidade da publicação, o tratamento dado aos conteúdos; a percepção do jornal sobre o autor; e a relação com as fontes de informação institucionais (CAMPONEZ, 2002, p.109).

O conteúdo dessa pesquisa volta-se para este lugar, onde situações ocorrem segundo lógicas culturais e sociais próprias que são constituídas por particularidades e condicionadas também pela geografia, quando comparado aos meios de grandes centros. É nessa ligação conceitual entre a sua localização territorial e a territorialização de seu conteúdo que a imprensa do interior vai construir sua razão de existência e estabelecer suas especificidades, uma vez que a prática desenvolvida nesse ambiente ultrapassa a reprodução de padrões comuns aos grandes centros: “Suas estruturas, suas rotinas, seus agendamentos, sua recepção e até mesmo os efeitos provocados pela informação de atualidade exibem, nesse âmbito, dinâmicas consideravelmente diferentes das identificadas em cenários nacional ou internacional. O lugar, por certo, condiciona o fazer jornalístico” (ASSIS, 2013, p.3).

Essa realidade, segundo o autor, só pode ser apreendida pela imprensa local e por uma abordagem segmentada de públicos.

Somada às características já levantadas nesse modelo de jornalismo, a influência de decisões e ações pessoais eleva seu caráter de “artesanal”, conforme será explorado mais adiante, que é sustentado pela ampla percepção de amadorismo dentro das redações. Esta particularidade deriva de atuações motivadas pela “paixão ao jornalismo” e falta de capacitação profissional. Sem a submissão às exigências, orientações e padrões técnicos já estabelecidos pelo campo jornalístico por meio de manuais e do cumprimento de muitos anos de desenvolvimento, os jornalistas do interior constroem modelos, formatos e linguagens influenciados pelo desenvolvimento político, econômico e cultural da própria região que habitam. A estruturação feita a partir de necessidades próprias destas empresas jornalísticas traz a percepção de que os veículos do interior são únicos em sua trajetória e organização, o que exige um profundo conhecimento de sua história, relações construídas e percepção de rotinas para compreender os objetivos e a função social que possuem. Para Oliveira (2012), é preciso acrescentar a essa atividade jornalística diferenciada a dimensão técnico/tecnológica como outra fonte influenciadora.

Assim, o território é visto como uma construção balizadora e referencial, definida por e para a sociedade, o que traz destaque ao seu papel social. A partir disso, o veículo recebe influência e torna-se um influenciador da região onde está instalado. Uma região que é caracterizada pela questão de proximidade, representação, confiança e necessidade de consumir o conteúdo produzido por estes jornais.

Outro ponto importante para a discussão faz referência à relação de pertencimento e de representação vivida por estes meios de comunicação, que se tornam vetores para uma região e se mostram capazes de produzir imagens de uma continuidade territorial cujos dados são critérios arquitetados para entidades que exploram este mesmo território¹². “Um jornal pode, em dada medida, ser considerado um centro motor da informação” (OLIVEIRA, 2012, p. 57). Camponez (2002, p.113) relaciona a proximidade a uma “transversalização”, trazida ao jornalismo produzido no interior. Nesse sentido, existe um esforço para comunicar conteúdos considerados pertinentes aos leitores, determinados pelos valores-notícia, ao mesmo tempo em que se busca a fidelização do público. A proximidade estabelecida nessa atividade, então, admite a percepção de certos contextos que não seriam possíveis em outro lugar e, a

¹² Camponez (2002, p. 118) chama isso de *proximidade mais próxima*, que é gerada por formas circunscritas de comunicação, em virtude dos sentimentos de pertença a uma comunidade ou região.

partir daí, define uma organização de elementos valorativos, como novidade, atualidade, relevância e negatividade.

Bueno (2013, p.47) propõe uma classificação para examinar mais especificamente três tipos básicos de veículos jornalísticos do interior: o jornal local “quase artesanal”, o *jornal local estruturado* e o *jornal regional*: “Os dois primeiros têm como limite de circulação a cidade ou o município em que mantêm a sua sede, e o terceiro objetiva exercer sua influência numa determinada região, abarcando, portanto, com sua circulação e cobertura, algumas cidades ou municípios”. O autor alerta, ainda, para a possibilidade de haver elementos dos três conjuntos em um só veículo do interior. Entre eles havia, também, as seguintes classes independentes: classe dos elementos do jornal como empresa; classe dos elementos do jornal como produto final da empresa e a classe dos elementos que pertencem à relação jornal/comunidade.

Na primeira classificação (empresa), a imprensa regional apresenta um número mais elevado de funcionários que se distribuem entre vários setores e especializações. Costuma estar respaldada em um conjunto diversificado de anunciantes e, juridicamente, configura-se como uma sociedade anônima (BUENO, 2013, p. 48-49).

Já a imprensa “quase artesanal” não possui separação entre redação e setor comercial, derivada, principalmente, da baixa quantidade de funcionários. Ademais, seriam raros os casos em que o funcionário (não jornalista) ou o responsável (sócio ou proprietário) estão efetivamente familiarizados com o negócio jornalístico. O baixo quadro funcional qualificado remete a uma realidade comum nesses órgãos, em que a vontade de levar um jornal adiante está mais relacionada a um ideal, orgulho ou tentativa de prestígio social, do que preocupação com o sentido social do ofício (BUENO, 2013, p.51).

O terceiro tipo básico, o jornalismo local, reduz a realidade da mídia “quase artesanal” e, igualmente, busca apoio de propaganda oficial para sobreviver. Assim, estes meios passam, muitas vezes, a ser apropriados por famílias tradicionais que conciliam seus interesses políticos e empresariais com a prática jornalística, a fim de manter seu poder local (BUENO, 2013, p. 52-53).

Quanto ao jornal como produto de consumo, haveria divergências relacionadas ao conteúdo. A imprensa regional é marcada pela incorporação de comentaristas e colunistas especializados e pela publicação de notícias nacionais e, até, internacionais. Na imprensa local e “quase artesanal”, o cenário diverge. Raramente há cobertura

nacional e suas colunas sociais assumem um tom “piegas”, escancarando a intenção de louvar determinadas autoridades ou celebridades locais, sempre identificadas com famílias de prestígio local ou próximas dos proprietários dos jornais (BUENO, 2013, p.54). Distante de uma estrutura baseada em técnicas jornalísticas elaboradas, a imprensa “quase artesanal” vale-se de textos opinativos, laudatórios e literários. “Os títulos, na imprensa artesanal, são antes opinativos e elogiosos que informativos, e vigora também o chamado “nariz de cera” no lugar do *lead* tradicional” (BUENO, 2013, p.56).

A partir de então, compreende-se a imprensa do interior como cenário de um jornalismo que é produzido com particularidades em sua organização e estrutura, provenientes da demarcação territorial e da realidade que a circunda. É, também, um recorte geográfico no qual a cultura, a tecnologia, a economia e a história se manifestam com peculiaridades que devem ser consideradas em qualquer investigação de fenômenos sociais (ASSIS, 2013). Com a apresentação de uma realidade diferente da grande imprensa, seja em relação à circulação ou às próprias condições de produção, este tipo de imprensa preocupa-se, conforme Camponez (2002), em “contar vida miudinha”, que é ignorada pela grande mídia por não possuir a capacidade de abarca-la, e também construir sentidos aos acontecimentos que constituem a história de uma localidade, de uma região e de uma nação.

O interior brasileiro também foi palco das mudanças constitucionais trazidas pelo golpe civil militar e discutiu em suas publicações os diversos acontecimentos que marcaram a história do Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Produzidos a partir das especificidades já discutidas sobre imprensa do interior, somadas a posicionamentos políticos e ideológicos que marcaram a veiculação de notícias da imprensa brasileira durante o período ditatorial, os jornais em 1964 revelam formas de significar um momento de intensas transformações do país.

A partir destas referências, a presente pesquisa busca entender como se construiu o registro histórico de um Brasil que está além de suas grandes cidades, que é muito amplo no que diz respeito ao território e à cultura, e que promoveu produção jornalística de um período histórico repleto de construções e sentidos a serem explorados. Para decifrar os sentidos presentes na cobertura do jornalismo sobre o golpe de 1964, é importante, contudo, remontar o cenário de que se fala (cidades de União da Vitória/PR

e Porto União/SC) e a trajetória dos dois jornais que compõem o objeto deste estudo: *Jornal do Comércio e Caiçara*.

2.2 UNIÃO DA VITÓRIA, PORTO UNIÃO E A IMPRENSA

O interior a ser descoberto neste estudo localiza-se na região sul do Brasil. São as cidades vizinhas de Porto União e União da Vitória, entendidas por muitos moradores como um só lugar, onde a circulação cotidiana apaga a linha divisória imaginária, que é representada pelo trilho de trem. Conforme a obra *Guia informativo de Porto União 1968/69*, “[...] não se pode falar em uma das duas cidades sem citar a outra”, cidades estas que um dia foram, legalmente, consideradas uma só.

Figura 3: Mapa com linha que divide os municípios de Porto União e União da Vitória.



Fonte: Google Maps/Organização: Elaine Schmitt

As cidades de União da Vitória e Porto União são produtos de penetrações efetuadas na região sul do Paraná, realizada pelos primeiros povoadores dos Campos de Palmas, Paraná, que visavam facilitar os meios de transporte e as vias de comunicação entre o interior e a cidade de Curitiba. Em 1880, o fazendeiro Francisco Inácio de Araújo Pimpão determinou que seu filho Amazonas de Araújo Marcondes passasse a residir em determinado ponto das margens do rio Iguaçu. O lugar escolhido foi a atual União da Vitória: “Ali se estabeleceu êle, ficando como adquirente das mercadorias

transportadas por jangadas ou balsas que verificou, desde logo, ser um meio de transporte obsoleto e antiquado” (SANTOS, 1969, p.11).

Em seguida, Amazonas comprou o primeiro vapor de sua nova empresa de transporte fluvial, batizado de *Cruzeiro*. Com a nova aquisição, foi possível navegar entre Porto União da Vitória e Porto Amazonas, o que levou ao maior desenvolvimento do lugar. A fixação de residentes ficou marcada pelo lançamento de “alicerces da civilização e tradição união vitoriense” (FERREIRA, 2006):

A 17 de novembro de 1769, por ordem do Governador General da Capitania de São Paulo, partiu dos Campos de Curitiba, o Capitão Antônio da Silveira Peixoto com o objetivo de explorar as regiões do Sul e Oeste da então 5ª Comarca de São Paulo. Navegando o Rio Iguaçu, Silveira Peixoto atingiu a localidade onde hoje se acha a cidade de União da Vitória, e aí fundou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória (SANTOS, 1969. p.12).

Anterior a este acontecimento, Ribeiro (1967) descreve como a primeira bandeira interessada em “fundar estabelecimentos” na foz do Rio Iguaçu a do tenente Domingos Lopes Cascais, em 1768. Porém, quem levou mérito como fundador da cidade de Porto União da Vitória foi Silveira Peixoto¹³. Com isso, Porto de Nossa Senhora da Vitória foi estabelecido na região e delimitou o Município de Porto União:

Antônio da Silveira Peixoto saiu do porto de Nossa Senhora da Conceição de Caiacanga, atual Porto Amazonas, e desceu o rio do registro até o primeiro salto, aonde deu princípio a estabelecer-se, chamando àquela paragem Porto de Nossa Senhora da Vitória. O primeiro salto era o Salto Grande, hoje submerso pela represa de Foz do Areia, então o porto seria onde hoje está Porto União e não em União da Vitória (VEIGA LOPES *apud* FERREIRA, 2006, 329).

O Entreposto de Nossa Senhora da Vitória, que em 1772 teve o comando do Sargento-mor Francisco José Monteiro, serviria como ponto de partida para futuras explorações territoriais.

Após o povoamento dos campos de Palmas, em 1842, Pedro de Siqueira Cortes é encarregado de encontrar ligação terrestre entre Palmas, Paraná, e os Campos Gerais, região que compreende mais de vinte municípios localizados ao sul de São Paulo, do centro-oeste do Paraná e do norte de Santa Catarina. A exploração levou ao conhecimento do vau do rio Iguaçu, que se tornou passagem de animais e de porto de embarque e desembarque de pessoas que preferiam o trânsito fluvial para condução de suas cargas, além da importação de sal destinado ao gado dos campos de Palmas. O local foi chamado de Porto da União (FERREIRA, 2006, p.329).

¹³ Não foram encontradas explicações para este acontecimento na bibliografia disponível.

Dessa forma, quando Amazonas Marcondes chegou ao local, já ali estavam 18 famílias instaladas, dedicando-se ao desenvolvimento e ao trabalho de cultivo de terras. É com sua chegada à região que a cidade começa a surgir, ao trazer grande número de contratados catarinenses para constituir sua civilização. No mesmo momento, Palmas passa à categoria de vila e Porto União da Vitória à de freguesia. Os novos moradores, chegados em 1881, eram colonos alemães procedentes do Vale do Itajaí, Santa Catarina, e Rio Negro, Paraná, que se dedicavam principalmente à agricultura.

Com o desenvolvimento elevado, o decreto nº 54 de 17 de março de 1890 transformou a Freguesia de Porto União da Vitória em Vila e, sequencialmente, desmembrou-o de Palmas, tornando-o Município. Cinco anos mais tarde, foi inaugurada a primeira estação ferroviária, com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande: “Devido ao tratado de limites celebrado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, a cidade ficou dividida em duas, passando a parte que tocou ao Paraná a denominação de UNIÃO DA VITÓRIA e a pertencente a Santa Catarina, PÔRTO UNIÃO, em 20/10/1916” (SANTOS, 1969, p.14).

Segundo Matulle (2016), o primeiro registro de imprensa que se tem notícia, na região é o semanário *O Rebate*, fundado em 1905 por Cícero França. Em 1908, é fundado *O Iguassu*. Além destes, também encontramos *Missões* (1915), *O Riso* (1915), *O Pharol* (1919), *A Imprensa* (1920), *A União* (1920), *O Clarão* (1921), *A Voz do Sertão* (1926), *O Paraná* (1927), *O Libertador* (1929), *O Liberal* (1929), *A Nota* (1930), *A Voz do Oeste* (1930) e *Terra Livre* (1931)¹⁴.

Em 1929, surge, ainda, o jornal *O Rasto*, fundado por Hermínio Milis. Entretanto, a folha teve pequena duração, o que levou à fundação de um novo jornal, *O Comércio*, que desde 1931 permanece atuante na região, salvo pequenas paralisações.

Onze anos depois, em 1942, o Grupo Curi funda a quarta emissora de rádio do Paraná, a Rádio Difusora União Ltda., de União da Vitória. A emissora transmite programas sertanejos, avisos, noticiário, programas esportivos e um serviço de jornalismo que acompanha os acontecimentos de União da Vitória, Porto União e região. Segundo Carneiro (1991, p.175), a emissora possuía a mais moderna instalação do sul, no que diz respeito a equipamentos e acústica: “Com a sua torre, instalada no ponto mais alto das cidades, o Morro de Santa Maria, a aparelhagem moderna e a altura ideal, obtém som puro e nítido”.

¹⁴ Informação disponível na Hemeroteca Digital Catarinense, pelo link: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/cidades/portouniao.html>, acessado em 16/07/2016.

Segundo site oficial da emissora, esta foi pioneira em União da Vitória e teve os empreendedores Abílio Holzmann e Manoel Machuca, de Ponta Grossa, como seus fundadores: “Era um momento de expansão dos negócios. Depois da inauguração da PRJ-2, emissora precursora em Ponta Grossa, as cidades vizinhas de União da Vitória e Porto União foram alvos para investimentos e aberturas de novas oportunidades”¹⁵. Entre seus colaboradores, esteve o jornalista René Augusto, o responsável pelo maior “jornal falado”. Na mesma época, a *Rádio União* exibia programas semanais, produzidos pelo Departamento de Produção Lulu Augusto, diretora da emissora e irmã de René.

Em 1953, surge o jornal impresso *Caiçara*, fundado por Maria da Luz Augusto, com a ajuda de seu pai, Dídio Augusto que, décadas antes, havia fundado *O Município*. Com edição em União da Vitória, sua distribuição, na década de 1990, era, de acordo com Carneiro (1991), em média, de 1.500 exemplares semanais.

A Rádio Colmeia veio em seguida, no ano de 1955, com Otávio Rotille. Sua administração é feita em parceria com os diretores João Darcy Rogeri e Afonso Medeiros. A empresa também pertenceu a Ervin Bonkoski e, mais tarde, aos prefeitos de União da Vitória e Porto União, respectivamente, Domício Scaramella (PTB) e Victor Buch Filho (PSD). Posteriormente, em 1967, João Carlos Côas adquire a emissora, sendo seu proprietário até hoje (Secretaria Municipal de Educação, 2014). Conforme Carneiro (1991), diversos programas se consagraram ao longo de muito tempo devido ao sucesso que obtiveram na emissora, como "Cordialidades sonoras", "Velhos tempos", "Registro social", "Amanhecer no Sertão" e "Hora alemã". No papel jornalístico, havia o Jornal Falado Ford, que permaneceu durante cerca de 20 anos no ar e foi transformado em "Jornal Colmeia".

Na década de 1960, período selecionado para a análise desse estudo, União da Vitória tinha o total de 40.000 habitantes e sob seu comando estava o Prefeito Domício Scaramella (Partido Trabalhista Brasileiro). Porto União, que primeiro foi chamada de Nossa Senhora da Vitória, era administrada por Victor Buch Filho (Partido Social Democrático) e contava com uma população de 28.500 habitantes.

No que diz respeito ao jornalismo, em 1961, outro jornal é criado na região, *A Fôlha*. De acordo com Ribeiro (1967), a produção feita por jovens despertou apreço de “todas as classes” da região:

¹⁵ Link da fonte: <http://www.vvale.com.br/radiouniaoam/historico/> Acessado em: 28/06/2016

Nascido de um ideal, um punhado de jovens fizeram surgir, e hoje figurar com destaque na imprensa catarinense e paranaense, o jornal “A Fôlha”. Considerado que é por todas as classes, devido o seu alto gabarito e imparcialidade, já completou o seu sexto ano de atividades, dedicando dia por dia seu trabalho a favor desta laboriosa e progressista região. (RIBEIRO, 1967, p.73)

De propriedade da Fundação Sagrado Coração de Jesus, é fundada, em 1966, a *Rádio Educadora*, pelo ex dono da Rádio Colmeia, Ervin Bonskoski. Com localização em União da Vitória, a emissora costumava atender aos ouvintes durante toda sua programação e mantinha convênio com a Prefeitura Municipal da cidade vizinha, Porto União, o que, segundo Carneiro (1991), permitia a divulgação de notícias e outros assuntos de interesse da administração.

Em sequência surgiu o jornal *Folha do Contestado*, em abril de 2001¹⁶, e o retorno do título *O Iguassu*, fundado em 2003, em Porto União. Este é considerado o primeiro jornal diário da região (SME, 2004).

2.3 O COMÉRCIO: O ANCIÃO SEMANAL

O jornal *O Comércio* foi fundado no dia 11 de junho de 1931, pelo professor e jornalista Hermínio Milis, na cidade de Porto União, Santa Catarina. De acordo com Ribeiro (1967, p.70), Hermínio era um “erudito invejado de nosso vernáculo; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e reestruturador da Biblioteca Pública de Santa Catarina, no governo Adolfo Konder”. Para Assis (2013, p.305), a exploração da trajetória profissional de jornalistas do interior serve para “decifrar as características da imprensa desenvolvida nesse ambiente justamente por eles aí estarem inseridos, social, histórica e culturalmente, sendo, ao mesmo tempo, componentes do todo e resultados das experiências que o cenário proporciona”.

¹⁶ Informação encontrada no site: http://www.econodata.com.br/lista_empresas/PARANA/UNIAO-DA-VITORIA/E/04365158000116-EMPRESA-JORNALISTICA-FOLHA-DO-CONTESTADO-LTDA-ME. Acessado em 27/06/2016.

Figura 4: Reprodução da capa do Jornal *O Comércio*, edição nº 1, de 11 de junho de 1931.



Dados sobre a biografia de Hermínio Milis, nascido em Florianópolis, em 24 de dezembro de 1893, relatam uma carreira iniciada em aulas de música, na Banda da Polícia Militar de Santa Catarina. Além disso, fundou o Centro Catarinense de Letras, foi militante da imprensa da capital do estado, de 1924 a 1929, e exerceu atividades no jornal *A República*, no qual mantinha uma seção sobre língua portuguesa (FILIPAK; SICURO, 1976, p. 24). Em 1929, com 26 anos de idade, deixou a capital de Santa Catarina, fixando-se em Porto União e ocupando, até 1930, o cargo de Inspetor da 3ª Circunscrição Escolar do Estado de Santa Catarina. Em 1929, fundou o jornal *A Voz do Oeste*, que teve pouca duração. Fez o curso de Magistério, no Ginásio São José, de Porto União, mas preferiu seguir carreira como jornalista, tornando-se redator da folha em junho de 1940, e diretor responsável de 1947 a 1967 (MATULLE, 2016).

Além de circular em União da Vitória, Paraná, o jornal *O Comércio* chegava aos distritos vizinhos de Porto União: Poço Preto (antiga Vila Nova do Timbó), Matos Costa (antiga São João dos Pobres), Valões e Santa Cruz (FAGUNDES, 2002. p. 49). Os poucos registros encontrados tratam o início da consolidação do jornal como um acontecimento de grande valor para a época, uma vez que “[...] seus primeiros passos foram bastante sofridos, pois difícil era, na época, ser editor de um jornal de tamanho

tão avançado e com riqueza na matéria como era o caso da aludida folha informativa” (RIBEIRO 1967 p.70).

Um ano após o surgimento, o jornal foi fechado, devido à prisão de seu fundador por envolvimento nas lutas da Revolução Constitucionalista: “Eram muitas ameaças de fechamento e pouco mais de seis meses de lançar o jornal, o jornalista Hermínio Milis foi preso e mandado para a cidade de Florianópolis. Sua garra, competência e luta fez com que ainda em maio de 1932 ele reabrisse o jornal”¹⁷ (RIBEIRO, 1967 p.70). Segundo Silva (2006), a revolta paulista levou diversos presos políticos denunciados como implicadores na sublevação de Herval¹⁸. Com isso, políticos e funcionários estaduais e federais, como Henrique Rupp Junior, João Teófilo Gomi Junior, Hermínio Milis e Alfredo Amaral foram recolhidos ao Sobrado Schmidt¹⁹ e, em seguida, transportados para Florianópolis. Assim que teve sua liberdade novamente, o diretor-fundador regressou a Porto União e, em 1933, reativou o periódico.

Já no seu início se começava a sentir quão espinhosa era a missão jornalística que chegou a culminar com a prisão do velho diretor Hermínio, que, implicado na Revolução Constitucionalista daquela época (1932), foi embarcado para Florianópolis. Estava suspensa pela primeira vez a circulação de “O Comércio”. (RIBEIRO, 1967, p.70)

Impresso em formato tabloide²⁰, contendo uma média de oito páginas e dividido em quatro colunas, o jornal teve, nesse período, seu primeiro anunciante pago, as “Casas Pernambucanas”. Durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) o papel estava em falta, mas mesmo com dificuldades o jornal seguiu sua produção²¹. Com o passar do tempo, a demanda de notícias aumentou e o número de páginas cresceu, tornando-se de circulação quinzenal. No mesmo período, aconteceu a primeira grande mudança em seu projeto editorial, que passou a ser impresso no tamanho *standard*²². Uma nova paralisação interrompeu a folha novamente entre 1936 e 1937. Segundo Chucailo (2015, p.39), o jornal nunca publicou justificativa sobre o desaparecimento, mas informou na edição de retorno, nº 166, de 19 de novembro de 1937, que não tinha condições, “possivelmente financeiras”, para tornar-se regular em termos de publicação.

¹⁷ Matéria completa no link: <http://www.fafiuv.br/detalhe.php?ler=996> Acessado em 27/06/2016.

¹⁸ Não foi encontrada informação sobre este acontecimento até o momento desta pesquisa.

¹⁹ O Sobrado Schmidt estava localizado na rua Dr. Prudente de Moraes, no centro da cidade de Porto União e foi transformado em presídio de políticos constitucionistas.

²⁰ O formato tabloide apresenta, normalmente, um tamanho médio de 24 centímetros de largura por 38 centímetros de altura.

²¹ Matéria completa no link: <http://www.fafiuv.br/detalhe.php?ler=996> Acessado em 27/06/2016.

²² O formato *standard* possui em torno de 48 centímetros de largura por 76 centímetros de altura.

Durante muitos anos, o jornal teve a família Milis à frente da diretoria. Depois do afastamento de Hermínio Milis e, posteriormente, seu falecimento, em 1952, os filhos Arí e Orlando Milis tornaram-se diretor e diretor-gerente da folha, respectivamente²³.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, Arí Milis foi secretário da Legião Brasileira de Assistência (LBA)²⁴. Foi “sócio-militante da Associação Brasileira de Imprensa, sendo o único jornalista a possuir o título na região de Paraná e Santa Catarina. Também foi contador da Prefeitura de Porto União e gerenciou a Caixa Econômica Federal em Porto União, de 1950 a 1973” (FILIPAK; SICURO, 1976, p. 33). A Revista da Academia de Letras do Vale do Iguaçu (2008, p. 24), da qual foi patrono (cadeira n. 15), menciona que Arí exerceu seis mandatos de Deputado Estadual de Santa Catarina e fundou o semanário *Traço de União*: Ademais, “prestou relevantes serviços à comunidade das Gêmeas do Iguaçu, tendo sido agraciado pela Câmara Municipal de Porto União com o título de Cidadão Honorário”.

De acordo com a obra *Conhecendo Porto União: Cidade amiga* (2004), durante a década de 1960, o jornal passou a pertencer a outro grupo e, em 1970, criou uma sede jurídica no Estado do Paraná. Com seu desenvolvimento crescente, passou a atingir “todas as camadas sociais” e enfatizou o campo político em suas páginas:

Com a tiragem de 5.000 exemplares, média de 2.800 dos seu assinantes estão em Porto União, onde se presta à zona urbana e, igualmente, à zona rural, principalmente o Distrito de Santa Cruz do Timbó, além do público bastante assíduo, dentre os quais encontramos assinantes de há mais de 15 anos. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 126).

Em 13 de novembro de 1966, a circulação foi paralisada outra vez e retornou somente em 15 de abril do ano seguinte (RIBEIRO, 1967). Não foi encontrada uma explicação clara para tal fechamento. Foi possível observar, apenas, menções sobre seu retorno, da mesma forma que havia acontecido trinta anos antes, com a publicação de cartas de boas-vindas e editorial publicados na edição nº 913 do próprio jornal.

²³ Pouco tempo antes, em 1948, Arí havia fundado o Centro Espírita Caridade, junto com seu amigo Acyr de Carvalho, sediado em Porto União. Este acontecimento ganha relevância para a pesquisa, pois, ao longo dos anos, as relações mantidas entre o diretor da folha com doutrina espírita garantem espaço no jornal, proporcionando, muitas vezes, um discurso com viés religioso, seja pelas colaborações, editoriais ou crônicas publicadas.

²⁴ Órgão assistencial público brasileiro, fundado em agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas, que tinha por objetivo ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial.

A composição do jornal foi feita manualmente, até o início de 1970. A impressão com linotipos começou a ser utilizada em 1973 e, em 1986, passou a ser impresso em máquinas offset, nas gráficas do Jornal Indústria e Comércio, em Curitiba²⁵.

Em 1988, *O Comércio* modernizou-se e sua diagramação começou a ser elaborada digitalmente. No ano seguinte, viveu outra mudança gráfica e editorial. Desde então, continua a ser impresso no formato tabloide e dividido em cinco colunas. Sua assinatura (edições de terça a sábado) custa R\$20,00 mensais. Além disso, o jornal conta com um portal de notícias e faz parte do Grupo Verde Vale de Comunicação, fundado em 2012, do qual participam também as emissoras de rádio *FM Verde Vale* e *Rádio União AM*.

2.3.1 O COMÉRCIO NO ANO DO GOLPE

Em 1964, ano em que é deflagrado o golpe civil militar brasileiro, o jornal encontrava-se sob a administração de Arí Milis. Sua assinatura anual custava Cr\$1.500,00, ou Cr\$30,00 a unidade, e sua produção era semanal. A quantidade de publicidade já havia sofrido aumento significativo, quando comparado com seus primeiros anos, contando com 20 anunciantes na edição nº 834 de fevereiro. As publicações do ano de 1964, disponíveis no acervo do jornal²⁶, totalizam 42 edições, que vão desde janeiro até dezembro, com variações entre um mês e outro:

Quadro 1: Quantidade de publicações do jornal *O Comércio* do ano de 1964

Mês	Quantidade de edições	Número das edições
Janeiro	2	831, 832
Fevereiro	4	833, 835, 836, 837
Março	4	838, 839, 840, 841
Abril	4	842, 843, 844, 845
Maio	5	846, 847, 849, 850
Junho	3	851, 852, 853
Julho	3	854, 856, 857
Agosto	3	859, 860, 862
Setembro	2	863, 864
Outubro	5	865, 866, 867, 868, 869
Novembro	4	870, 871, 872, 873
Dezembro	2	874, 875 (especial de natal)

Fonte e organização: Elaine Schmitt

²⁵ Matéria completa no link: <http://www.fafiuv.br/detalhe.php?ler=996> Acessado em 27/06/2016.

²⁶ Cinco edições do ano de 1964 foram extraviadas e não fazem parte do acervo do jornal. São elas: 834, 848, 855, 858 e 861.

A disposição do jornal, no período, era elaborada da seguinte forma: contava com oito páginas que traziam notícias locais, avisos ou serviços, lista de colaboradores e assinantes da folha, colunas, suplementos, documentos oficiais, *press releases* e propagandas.

Figura 5: Reprodução da capa da edição nº 842, de cinco de abril de 1964.



Torna-se interessante analisar algumas mudanças no processo de produção do jornal *O Comércio*, que acontecem durante o ano de 1964, uma vez que estão configuradas em um período que trouxe diversas modificações para a imprensa. Um exemplo disso é a composição do título do jornal, que traz as informações sobre a edição, a data, a direção da folha e, ainda, outro elemento na sua lateral direita: um espaço que poderia ser ocupado por publicidade. Este lugar sofreu duas alterações ao longo do ano. Desde 06 de janeiro, até a última edição de fevereiro (nº 836), a composição levava uma espécie de brasão representado por um elmo, uma espada e a letra C. No dia 23 de fevereiro, a figura passou a ceder espaço para o anúncio publicitário de uma farmácia local. Em 21 de novembro, mais uma vez, a composição se transformou. Dessa vez, o anúncio publicitário passou a apresentar a data da edição e, onde antes era seu local, surgiu a frase “Um órgão sem filiação político partidária”.

Figura 6: Demonstração das mudanças de expediente propostas pelo jornal durante o ano de 1964.



A boa relação mantida pelo jornal *O Comércio* com o comando militar da 5º Batalhão de Engenharia e Combate – Batalhão Juarez Távora, de Porto União, e com o governante municipal de Porto União, no período de 1964, Domício Scaramella (PTB), também fica evidente nas edições analisadas nesta pesquisa. Encontram-se, com facilidade, textos elogiosos, cobertura de eventos internos e propaganda voltada ao referido Batalhão, bem como ao seu comandante. Tais amizades revelam interesses e conduzem a debates sobre relações de poder que podem ser percebidas com maior profundidade no capítulo dedicado à análise discursiva do material coletado. Entre os interesses citados, havia o acordo entre a Prefeitura Municipal e o jornal, para a publicação de diários oficiais, devidamente pagos²⁷.

Quanto ao cenário político nacional, é possível perceber diversos textos opinativos e matérias relacionadas ao tema que demonstram o acompanhamento dos acontecimentos que começavam a transformar o país.

Seus *slogans*, neste momento, eram três: “Um órgão vibrante a serviço da objetividade”; “A tradição jornalística a serviço do povo” e “Um jornal de União - Feito para a União do nosso povo”. De forma variada, as frases que tentam demonstrar o objetivo geral do jornal eram publicadas em todas as edições, em espaços aleatórios.

²⁷ Fato relatado durante entrevista com o professor de história da região, Everton Carlos Crema, realizada em 2015.

2.3.2 OS PRESS RELEASES, AS AGÊNCIAS E AS NOTÍCIAS LOCAIS

Quanto à produção de notícias do jornal *O Comércio*, verifica-se um desequilíbrio entre as produções locais e a veiculação de agências de notícias e *press releases*²⁸. Dos 92 recortes noticiosos, que fazem referência ao golpe, apenas 24 são produções locais, ou, ainda, escritos por pessoas que residem na região como, por exemplo, alguns colaboradores e colaboradoras. Da totalidade de recortes, 68 são *press releases* e notícias de agência, como a *Nossapress*, *Agência Nacional* e *Agência Planalto*, que chegavam de diversos locais²⁹, conforme mostra a tabela abaixo:

Quadro 2: Distribuição geográfica de *press releases* do jornal *O Comércio* – 1964

Localidade	Quantidade
Rio de Janeiro	26
São Paulo	4
Argentina	1
Curitiba	3
Uruguai	1
Rio Grande do Sul	3
Santa Catarina	1
Minas Gerais	4
Recife	1
Brasília	11
Fortaleza	1

Fonte e organização: Elaine Schmitt

Dessa forma, pode-se mapear quais localidades, agências e empresas de comunicação tinham maior incidência no jornal. Há um alto índice de publicações vindas do Rio de Janeiro, o que totaliza 45% dos comunicados de imprensa. Em segundo lugar está Brasília (DF), com 19%.

Santana (2013, p. 143), que utiliza a noção de cordialidade³⁰ para tratar dessa prática jornalística, ao relacioná-la com uma atividade que se distancia da técnica de apuração e da noção de uma imprensa enquanto serviço público, percebe ainda a mera

²⁸ Segundo Mello (2003, p. 351), *press release* é um comunicado para a imprensa, feito por um indivíduo ou organização que visa divulgar uma notícia ou um acontecimento de interesse pessoal, coletivo ou midiático. Estes comunicados são, geralmente, assessores de imprensa ou empresas de relações públicas.

²⁹ Alguns elementos que fogem ao padrão de produção jornalística local e se assemelham à produção dos *press releases* foram desconsiderados nesse momento, pois não traziam referência.

³⁰ Termo utilizado a partir de uma apropriação da conceituação de Sérgio Buarque de Holanda sobre o homem cordial. Aqui ele serve para auxiliar na descrição de um jornalismo que é realizado sem ter como base a apuração das notícias, mas sim sua reprodução.

reprodução de discursos, que “se resguarda de possíveis conflitos, numa postura de agradar a todos ou não desagradar a interesse algum”. Do ponto de vista processual, uma rotina de produção que permite a frequente publicação de *press releases* pode ser vista como forma de “dar conta” de todas as tarefas, principalmente em uma lógica do interior onde o número de funcionários é reduzido.

Facilitador do trabalho, o *release* acaba sendo utilizado para que o profissional consiga dar conta de todas as tarefas designadas. A assessoria envia uma matéria para o repórter. Este, por sua vez, não tem tempo hábil para apura-la. E já que o mote é “dormir com matéria e acordar com furo”, a notícia acaba sendo publicada sem a devida apuração” (SANTANA, 2013, p. 149).

A utilização dessa informação fabricada por agências ou assessorias passa a ser incorporada nas redações com a naturalidade que a torna uma “estratégia de trabalho” e leva os jornais a certa dependência. Com isso, muitas edições deixam de circular sem o aporte dos *press releases* e correm o risco de transformar as matérias em um produto “monocórdio”, que não oferece ao leitor a opção de dúvida sobre a sua produção, pois raramente é identificado como tal (SANTANA, 2013, p.151).

2.3.3 OS COLABORADORES

A escolha daqueles que farão parte do rol de colaboradores de um jornal também ajuda a compreender a teia de relações da empresa. Ao longo das décadas, o jornal *O Comércio* contou com a colaboração de diversos jornalistas, professores, estudantes, intelectuais locais, além de frequentemente fazer a publicação de notas vindas de jornais de outras cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, conforme citado. Apesar de o jornal contar com material de cunho informativo, que era em grande parte *press releases*, os textos opinativos se fazem presentes e revelam o pensamento e posicionamento do jornal em diversas situações.

O colaborador é uma figura que confere características de receptor e emissor ao mesmo tempo e, além disso, mesmo sem possuir um vínculo empregatício com os jornais, possui periodicidade e espaço para expressar suas opiniões. Diferente de um jornalista comum, que faz parte da equipe de determinada instituição jornalística e que produz dentro das redações com prestação de contas a um editor chefe ou diretor, os colaboradores desempenham outro tipo de funções.

Quanto ao jornal *O Comércio*, alguns nomes ganharam destaque como redatores,

colaboradores e correspondentes ao longo de sua história, como o professor e advogado Ivan Vidal Portela, o jornalista Ivo Dolinski, o cronista esportivo José Leocádio Vieira (Cadinho), o correspondente e filho de Arí Milis, Sérgio Roberto Milis, o Coronel Mário Guedes, o escritor e artista Dirceu Marés de Souza, o professor e historiador Hermógenes Lazier e João Maria Schleder. Outro colaborador do jornal foi Didio Augusto, que futuramente fundaria o jornal *Caiçara* (RIBEIRO, 1967).

No período analisado, de 1964, o periódico não possuía um espaço destinado aos leitores. A única forma de interação entre o veículo e o público eram os avisos diversos, tais como perda de carteira ou documentos, venda de imóveis e terrenos, enlace matrimonial, obituário, etc. A única forma de trazer pluralidade de vozes à folha, em nível regional, era pela publicação de material colaborativo. Esse espaço, entretanto, não garante pluralidade de opiniões, como é possível verificar na produção analisada de *O Comércio*, que mantém certa homogeneidade no pensamento dos colaboradores(as) escolhidos(as) para fazerem parte do periódico. No que diz respeito ao golpe civil militar, o ano de 1964 contou com a contribuição de dez colaboradores, entre estes dois anônimos, que escreveram um total de 13 textos opinativos, colunas e crônicas.

É importante pontuar que a produção de textos anônimos só podem ser publicados com o aval do jornal em questão, que determina se o discurso “anônimo” tem relação com sua linha editorial ou não. Assim, considera-se que a folha assumiu este discurso como seu.

No quadro a seguir, foram tabeladas as colaborações que tinham como temática o cenário político brasileiro de 1964. Durante os doze meses observados, foram encontrados 13 textos conferidos a dez autores e autoras, que tinham diferentes abordagens:

Quadro 3: Quantificação de material colaborativo publicado no jornal *O Comércio* durante o ano de 1964 que tinham relação com a política brasileira

1	O Democrata (anônimo)	<i>Liberdade</i>
2	Lêda Barcellos	<i>Povo e Presidente</i>
3	Alfredo Alberto	<i>Legalidade, Democracia e Bagunça</i>
4	Sydney Pacheco/ Carlos A. Kilian	<i>A pedido – Covarde Foge à Luta</i>
5	Um estudante democrata (anônimo)	<i>Democratas Indignados puseram fim à reunião</i>
6	Teodolina Bittencourt	<i>Alma da Pátria</i>
7	Teodolina Bittencourt	<i>Justiça sem mescla</i>

8	Gil César Bruel	<i>Esquerda e direita não devem afetar a vida interna do Brasil!</i>
9	Teodolina Bittencourt	<i>Clarividência aos Dirigentes do País</i>
10	Gil César Bruel	<i>O Terrorismo dos Comprometidos</i>
11	Sérgio Roberto Milis	<i>A Liberdade</i>
12	Candido Gomes Chagas	<i>Garantir Confiança</i>
13	Jocondino Godinho	<i>Presidência do nosso Marechal Castello Branco</i>

Fonte e organização: Elaine Schmitt

O primeiro texto, assinado por *O democrata*, foi publicado em 15 de fevereiro e configura-se como um ensaio em que o tema principal é a liberdade, assim como o título. Nesse, o autor refere-se à liberdade como algo que começou a se esvaír e logo terminará, levando junto consigo a chance de felicidade.

A segunda publicação é de Lêda Barcellos, frequente colaboradora do jornal. No texto publicado em 29 de março, a colaboradora comenta o Comício das Reformas, realizado no Estado da Guanabara e elogia a aproximação entre o então Presidente João Goulart e o povo brasileiro.

No dia 8 de março é publicado o texto assinado por Sydney Pacheco, Vice-presidente da União Catarinense dos Estudantes de Grau Médio (UCES), e do estudante Carlos A. Kilian. Com o título *Covarde Foge à Luta*, os autores fazem uma crítica ao presidente da UCES, Ady Vieira Filho, ao chamá-lo de marxista, leninista e assalariado dos militantes do Partido Comunista. Segundo os autores, Ady estaria roubando dinheiro da instituição citada.

O quarto texto faz menção à visita de comunistas às cidades de Porto União e União da Vitória, a fim de discutirem o aumento abusivo da anuidade dos colégios particulares de segundo grau.

Os próximos dois textos, publicados nos dias 12 e 26 de abril, são de Teodolina Bittencourt, uma ex professora que possuía forte relação com a doutrina espírita. Neles a autora utiliza uma linguagem familiar aos simpatizantes da doutrina e cita as leis divinas como forma de evidenciar os “erros cometidos por brasileiros subversivos” que, graças às forças espirituais, começaram a “conter tais criminosos e assassinos da tradição”. No artigo seguinte, Teodolina faz uma comparação entre a antiguidade e o presente, em que as formas de punição utilizadas, no momento pelo Estado, para com os criminosos, eram muito mais brandas que antes.

A próxima publicação, de autoria de Gil César Bruel, é veiculada em 3 de maio e tem por intenção defender um comentário feito anteriormente em uma emissora local sobre o qual afirma o autor que jamais permitiria uma “ditadura da direita”.

O oitavo colaborador é Sérgio Milis, filho de Ari e neto de Hermínio, o fundador do jornal *O Comércio*. Publicado no dia 24 de maio, o texto de Sérgio fala sobre uma liberdade que só é alcançada por meio da igualdade e que deve ser defendida, não pelo uso de armas ou violência, mas por pedidos feitos ao “Pai Celestial”. Como exemplos de lugares que utilizam de violência, o autor cita a Rússia. Mesmo sendo parte da família Milis, Sérgio não possuía vínculo com o jornal, até então. Sua participação, pelo menos no ano de 1964, foi somente esta.

Nos mesmos moldes anteriores, Teodolina Bittencourt escreve mais uma vez ao jornal e menciona desejos de maior espiritualidade e desprendimento aos homens do poder. Novamente, a seguidora da doutrina Espirita desperta suas opiniões políticas a partir da espiritualidade.

Em *O Terrorismo dos comprometidos*, Gil César Bruel retorna comentários sobre a atual situação política do país ao proferir críticas aos comunistas, aos capitalistas e aos fascistas.

No dia 30 de agosto, é publicada a colaboração de Candido Gomes Chagas, intitulada “*Garantir Confiança*”. O texto faz uma crítica ao abuso de alguns políticos no interior do Paraná e um apelo para que os homens do “glorioso Exército Nacional” não abrandem seu aperto de mão.

Escrito por Jocondino Godinho, em 13 de setembro, o texto “*Presidência do nosso Marechal Castello Branco*” tem cunho poético e produz elogios à data de 7 de Setembro, em que é comemorada a Independência do Brasil.

A disparidade de informações sobre os colaboradores do jornal resulta de uma memória histórica da empresa que não pode ser percebida somente pela observação do jornal. Sobre quem eram os sujeitos que colaboraram para construção discursiva de um momento histórico permeado de transformações na sociedade brasileira, seria necessário uma investigação nova em cartórios, por exemplo.

2.4 O CAIÇARA: O MENSAL DENUNCIADOR

Em 12 de agosto de 1953, surge o jornal impresso *Caiçara*³¹, o segundo jornal a ser analisado neste estudo. O periódico foi fundado por Maria Daluz Augusto, Lulu, e por seu pai, o jornalista Dídio Augusto. Editado em União da Vitória, tinha tamanho tabloide e a distribuição³² de, em média, 1500 exemplares semanais (CARNEIRO, 1991).

Antes de dedicar-se ao próprio jornal, Lulu participou da fundação de um jornal literário em Curitiba, Paraná, que teve pouco tempo de vida. Dídio Augusto também havia sido jornalista em outros veículos, além de exercer atividades de promotor público, juiz de Direito, professor e advogado. O jornal *Caiçara* veio a lume para ser “porta voz do povo e da imprensa livre”. Conforme publicação do site oficial do veículo³³, já em seu primeiro dia de funcionamento Dídio Augusto anunciou que em seu jornal publicaria os rogos de dona Marcolina, tia da menina Zilda Santos, que acabara de ser abusada e assassinada na região, “[...] nem que o jornal fique apenas nesse primeiro número”.

Figura 7: Reprodução da capa do Jornal *Caiçara*, edição nº 1, de agosto de 1953.



Sobre o “caso Zilda”, Ribeiro (1967) explica que a ideia da criação do jornal *Caiçara* surgiu depois que uma emissora local negou a veiculação de material

³¹ Segundo Navarro (2013), “Caiçara” provém do tupi antigo ka'aysá, que significava cerca rústica feita de galhos de árvores. Tornou-se também a designação de habitantes tradicionais do litoral sul e sudeste brasileiro.

³² Dado relativo à década de 1990.

³³ Link com o texto completo: <http://www.jornalcaicara.com/reneaugusto/?pg=noticia&id=112>. Acessado em 01/07/2016.

produzido por Lulu. Na capa da edição nº 129, do jornal *Caiçara*, de 1964, a matéria intitulada "Página Negra" conta que Lulu levou à Rádio União a história de uma jovem violentada e assassinada na cidade de Porto União por homens da elite. Segundo consta, o último capítulo do acontecimento deixou de ir ao ar, pois o diretor da rádio recebeu ameaças.

Foi num dia de julho de 1953 – quando alguns amigos reunidos num restaurante da cidade, comentavam sobre a não aceitação de determinado artigo no único jornal aquela época, nas duas cidades – escrito por Lulu Augusto, que ela resolveu fundar um jornal, dizendo estas palavras: “Fundarei um jornal, para publicar esta crônica, nem que o “próprio” fique apenas no seu primeiro número”. (RIBEIRO, 1967, p.72)

Assim como observado no início do jornal *O Comércio*, *Caiçara* foi fundado e dirigido por uma família. Esta dinâmica administrativa é característica comum no jornalismo do interior brasileiro (BUENO, 2013). A trajetória profissional e social de Lulu e Dídio Augusto permitiu que seus textos e ideias resistissem na história local como produtos de valor e também relacionados à intelectualidade. Com o falecimento de Dídio, em 18 de fevereiro de 1963, foi fundado em sua homenagem o Centro de Letras Dídio Augusto, em 1965, como símbolo de seus ideais literários:

Nasceu da idéia de Odilon Muncinelli que, comunicando à Lulu Augusto o seu desejo de fundar aqui algo que congregasse os intelectuais da cidade, recebeu desta, apoio para a concretização de sua aspiração. Foi uma noite fria, 23 de julho, no escritório da Rádio Difusora União, que foi fundado por Dr Odilon Muncinelli, Maria da Luz Augusto, Arlete Bordin, Lêda Barcelos, G. Saldanha e Manoel Muzillo, o Centro de Letras Dídio Augusto – que ainda este ano, lançará o primeiro livro de poesias do seu patrão. (RIBEIRO, 1967, p.72).

A relação que o jornal estabelecia com a sociedade local é evidente nas páginas analisadas para esta pesquisa, em que são feitas críticas a determinadas figuras públicas e órgãos regionais, bem como elogios a outras figuras e entidades. Perceber essas redes de relações, expostas no próprio jornal, permite a aproximação do processo de produção e dos bastidores da folha, uma vez que são revelados interesses, amizades e inimizades que seus gestores cultivaram. Por meio de entrevistas³⁴, foi possível, por exemplo,

³⁴ A realização de entrevistas, como elemento metodológico adicional à análise, também faz parte da pesquisa. Trata-se de uma forma de compreensão do contexto da época, que contribui para lançar luz sobre os discursos dos jornais utilizados. Entre as técnicas da pesquisa qualitativa, as entrevistas realizadas durante a primeira fase da pesquisa, a de coleta de dados, ajudaram a configurar os processos de produção existentes nos jornais. Duas delas foram individuais, com Romualdo Lazier, considerado comunista pela imprensa local, em 1964, e Sérgio Milis, filho do então diretor do jornal *O Comércio*. Foi também feita uma entrevista grupal, em que participaram Delbrai Augusto de Sá, sobrinho dos diretores do jornal *Caiçara* que já faleceram, e Leocádio Vieira, jornalista esportivo do *O Comércio*, em 1964, e

resgatar memórias que remontam dificuldades e conflitos existentes entre o *Caiçara* e a política local, especificamente com o Prefeito de União da Vitória, Domício Scaramella, bem como entre o jornal e seu concorrente, *O Comércio*.

A imagem construída diante da população tentava refletir um jornal denunciador e porta voz daqueles que não possuíam espaço. Conforme Delbrai de Sá, “na linha dilacerante que o jornal *Caiçara* adotou no seu início, seria inevitável um ou outro entrevero decorrente muitas vezes de matéria polêmica³⁵”. Sessenta e três anos depois, o jornal continua nas mãos da família Augusto, administrado, até o momento, pela terceira geração.

Conforme Bueno (2013), na imprensa considerada “quase artesanal”, já mencionada anteriormente, é comum encontrarmos matérias opinativas, que não se respaldam em argumentos como fundamentação concreta. Assim, limitam-se a insinuações, rixas pessoais, destemperos e agressões verbais que “[...] se constituem mais em um instrumento de ataque do que em recursos essencialmente jornalísticos” (BUENO, 2013, p.57).

Sessenta e três anos depois de fundar o *Caiçara*, Maria Daluz faleceu, aos 81 anos, no dia 13 de março de 2016. A partir de então, o jornal segue sob administração de Delbrai Augusto de Sá, seu sobrinho.

2.4.1 O JORNAL EM 1964: OPINIÃO E CRÍTICA

Em 1964, ano definido como recorte de análise desta pesquisa, o jornal *Caiçara* contou com 9 edições mensais³⁶. Sua publicação, entretanto, é divisão em 29 publicações. Ou seja, mesmo que o número de edição fosse mensal, a cada mês foram lançadas três “partes” de uma mesma edição. Abaixo, uma tabela representa quantitativamente essa distribuição:

atual colaborador do jornal *Caiçara*, e Almir da Rosa, ex sargento do 5º Batalhão de Engenharia e Combate de Porto União. Com uma formação menos estruturada, que se aproxima da conversação, a entrevista buscou conhecer diferentes pontos de vista sobre os fatos. Para Gaskell (2000, p.65), o método serve para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes, sendo este o ponto de partida do “cientista social”. Associada a esquemas interpretativos de compreensão, ela fornece os dados básicos para desenvolver e compreender as relações entre os atores sociais e sua situação. “O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos”.

³⁵ Retirado do site <http://www.vvale.com.br/radar/destaque/jornal-caicara-ira-comemorar-60-anos-de-historia/>. Acessado em 01/07/2016.

³⁶ O acervo disponibilizado não apresentou edições referentes aos meses de janeiro e fevereiro. Conforme Delbrai de Sá comentou em entrevista, era comum não haver publicações no início do ano.

Quadro 4: Quantidade de publicações do jornal *Caiçara* durante o ano de 1964

Mês	Quantidade	Nº da edição
Março	3	124
Abril	3	125
Maio	3	126
Junho	3	127
Julho	3	128
Agosto	5	129
Setembro	3	130
Outubro	3	131
Novembro	3	132
Dezembro	3	133

Fonte e organização: Elaine Schmitt

Como parte do quadro funcional, estava René Augusto, diretor responsável, Lulu Augusto, diretora secretária, Didio Augusto, diretor de honra, Lamartine Augusto, responsável pelo departamento jurídico, e Brasília Polygaz, responsável pelo departamento fotográfico. Entre seus repórteres, faziam parte da equipe Ivan Vidal, Dídio A. Neto, Dom Rodrigo, Marta Maria e Rusca³⁷. Dos colaboradores, contavam com Capitão Néo Portela F. Alves, Lêda Barcelos, Gil Souza, Arlete Bordin, Odilon Muncinelli, Lyn e “A Crítica”³⁸.

A figura do prefeito de União da Vitória, Domício Scaramella, ganha destaque no conteúdo produzido pelo jornal, devido à intensidade com que é citado durante o período. Foi possível encontrar cinco notícias que criticaram as ações e a conduta do gestor municipal. Inversamente ao jornal *O Comércio*, que aclamou e exaltou a figura de Scaramella, o *Caiçara* se compromete a “investigar” a vida e gestão executada pelo prefeito, a fim de “desmascarar” sua boa reputação nas cidades de União da Vitória e Porto União. Os reflexos de um desacordo entre o meio de comunicação e a administração local podem ser vistos nas construções de sentido dadas ao prefeito, a partir do golpe.

Como citado, o jornal demonstrou claro apoio ao golpe executado em 31 de

³⁷ As notícias selecionadas para este estudo não apresentam assinatura, por isso não foi possível saber quem foi seu autor ou autora.

³⁸ A colaboração permitida pelo jornal ateu-se à veiculação, principalmente, de textos com cunho poético.

março de 1964, pois ao mesmo tempo em que eleva o discurso nacionalista, critica qualquer ação ou sujeito que esteja relacionado ao comunismo. O fato de Domício Scaramella pertencer ao Partido Trabalhista Brasileiro fez com que o jornal vinculasse sua figura com a do comunista e, dessa forma, negativasse sua imagem. Ou seja, se ser comunista é algo negativo, todo aquele que possui relação com o comunismo é negativo (SÁ MOTTA, 2000).

Sua assinatura anual custava Cr\$1.500,00, enquanto a unidade saía por Cr\$25,00. Durante o ano, vários *slogans* permearam a folha, como “O periódico de maior penetração das cidades”, “Professa a verdade, insinua o belo e advoga o bem” e “o jornal de classe para tôdas as classes”. A parcela publicitária totalizou, no mês de março de 1964, 28 peças, que foram divididas nas três publicações do mês. Cada “parte” da edição possuía, normalmente, seis páginas. Em seu interior vê-se crônicas, fotografias, notas, poesias e reportagens.

Imagem 8: Reprodução da capa do Jornal *Caiçara*, da primeira parte da edição nº 125, de abril de 1964.



Diferente do jornal *O Comércio*, que reproduzia uma grande quantidade de *press releases*, o jornal *Caiçara* não exercia a prática. Entre suas publicações, a saliência é de textos opinativos e, apesar de contar com um quadro de repórteres e colaboradores, costumava tratar os fatos a partir de um único ponto de vista, com enunciados em primeira pessoa e raras vozes oficiais ou pertencentes à comunidade. Não há, ao menos

neste ano de 1964, um espaço para leitores que proporcione a pluralidade de vozes.

Bueno (2013) aponta a prática como frequente na imprensa do interior, onde a profissionalização dos veículos é frágil e o número de funcionários é reduzido. Ademais, é comum a observação de jornais que funcionam com objetivos que vão além do serviço da informação, mas que englobam interesses políticos e pessoais de seus proprietários. Do ponto de vista da grande imprensa, a partir da década de 1950 o jornalismo começa a sofrer os impactos da industrialização. Beltrão (1980) associa este processo ao surgimento de pressões políticas e econômicas nos meios, que alteram as estruturas dos jornais, extinguindo, aos poucos, a opinião e o panfleto. Entretanto, a dinâmica das pequenas localidades escapa dessa mudança, e tardam a incorporar tal lógica, que perpetua até hoje.

2.4.2 RENÉ AUGUSTO E A CRÔNICA “TÓPICOS”

Essa opinião recorrente no jornalismo do *Caiçara* revela a transmissão de juízos, ideias e estados psicológicos pessoais e coletivos. Conforme Beltrão (1980), é comum a exposição e interpretação de determinados temas e a produção de comentários concretos, incisivos, com conclusões normativas e julgamentos diretos. Dentre os gêneros frequentes nesse jornalismo do interior, vemos a crônica como uma forma de exprimir opiniões. De estética expositiva, a crônica surge com o objetivo de interpretar um tema usando argumentos lógicos, sugestivos ou persuasivos, a fim de fortalecer correntes de opinião e conduzir a comunidade a uma ação:

[...] a crônica está visceralmente ligada à atualidade. Até mesmo pela sua etimologia (Khronos = tempo) e elo seu sentido tradicional de acontecimentos em ordem cronológica. [...]. A crônica jornalística é hoje definida como “uma composição em prosa; breve, que tenta (ensaia), ou experimenta, interpretar a realidade à custa de uma exposição das reações pessoais do artista em face de um ou vários assuntos de sua experiência... exprime uma ação humana de uma personalidade ante o impacto da realidade. (É um) gênero elástico, flexível, livre, permite a maior liberdade no estilo, no assunto, no método...”, conforme Afrânio Coutinho. (BELTRAO, 1980, p. 68)

Simpatizante da União Democrática Nacional (UDN)³⁹, a principal voz política dentro do jornal era de René Augusto⁴⁰, que trazia comentários e opiniões sobre o

³⁹ A entrevista realizada em 2015 esclareceu alguns pontos, como o pertencimento de Didio Augusto ao partido da União Democrática Nacional (UDN) e sua simpatia pelo político Carlos Lacerda.

cenário político nacional e local em forma de crônica, além de informações sobre buscas comunistas e sobre material subversivo, que eram realizados nas cidades. Na coluna⁴¹ chamada “Tópicos”, posicionada sempre na última página do periódico, o cronista tece comentários desde a primeira edição publicada após o golpe, datada de abril de 1964, sobre os efeitos da nova configuração do governo brasileiro, bem como sobre partidários do comunismo.

Figura 9: Terceira publicação da coluna “Tópicos” do jornal *Caiçara*, publicada na terceira parte da edição nº 128 de julho de 1964.



Durante muitos anos, René Augusto assinou, também, a coluna “Em Primeira Mão”, que tratava de assuntos variados. Sua escrita, segundo nota emitida pelo jornal em seu site oficial, era crítica - ora ácida, ora branda. Uma marca registrada de René Augusto.

Quanto à natureza do tema de uma crônica, Beltrão (1980, p.68) traz, dentre as definições a *local*, conhecida também como urbana ou da cidade. Esta é sempre

⁴⁰ Bueno (2003) observa que a pessoalidade é uma característica marcante da imprensa artesanal, ou seja, as matérias vêm quase sempre assinadas ou deixam explícita a responsabilidade de quem a redigiu.

⁴¹ Segundo Souza (2009), a origem do nome coluna remete à própria divisão gráfica do jornal impresso, organizado em espaços verticais que são chamados coluna. Dessa forma, “quando alguém ganhava um espaço para escrever em jornais, recebia um determinado número de colunas, fato que originou a nomenclatura de todo um gênero.” (p. 165).

divulgada sob a mesma epígrafe, com página e coluna fixa. Nela, o autor “glosa a vida cotidiana da cidade, atuando como uma espécie de receptor e orientador da opinião pública da comunidade – sede do jornal”. Utilizando diversos mecanismos de argumentação, Beltrão descreve o processo percorrido do cronista:

O autor não esquece a premissa inicial e procura conduzir o leitor à premissa menor, ao sujeito da conclusão, à identificação irremediável, irrecorrível definitiva do seu julgamento. Permite-se-lhe, nesta parte, muito mais liberdade criadora. Usa, por isso, de todos os meios que é capaz para transmitir sua mensagem com força vital: a citação, a alusão histórica ou literária, a máxima, o provérbio, a metáfora, a alegoria, o paradoxo, o *humour*, o trocadilho. Matiza o texto com o jogo do maravilhoso que oferece a sugestão de quimeras, sonhos aspirações cristalizadas em riquezas, conquistas, vitórias e feitos extraordinários; com o jogo do comum – extraíndo dados do cotidiano, do terra-a-terra, das idéias simples aceitas por todos, ou com revelações interiores dos próprios sentimentos, mostrando-se sincero, melancólico, cético, apaixonado, rebelde, indiferente, seguro, de acordo com a tônica reclamada pelo argumento. (BELTRÃO, 1980, p.70)

É interessante perceber a maneira específica que cada jornal trabalhou discursivamente sobre o golpe civil militar de 1964. Enquanto *O Comércio* trouxe, em sua maioria, notícias nacionais, que foram produzidas pela grande imprensa ou por agências de notícias, o jornal *Caiçara* explorou os reflexos desse acontecimento na região, como na busca por indivíduos e materiais considerados subversivos em União da Vitória e Porto União.

2.4.3 NOVOS DISCURSOS SOBRE O MESMO ACONTECIMENTO E O OUTRO LADO DA HISTÓRIA

Cinquenta e três anos se passaram desde o golpe civil militar e a produção jornalística local de União da Vitória e Porto União apresentada nessa pesquisa. Cinco décadas de uma produção discursiva sobre um acontecimento político nacional, desenvolvida em um ambiente regional marcado por singularidades. Nesse subcapítulo, busca-se trazer novos materiais sobre o tema, com o objetivo de oportunizar o contato com os discursos e significações de 1964, em uma abordagem que recontextualiza a análise proposta.

O primeiro destes documentos é o Tomo II do 5º Batalhão de Engenharia e Combate Blindado de Porto União, que discute seus 100 anos de história. Lançado em 2015 com distribuição gratuita pela internet, o material organizado por Carlos Eduardo

Franco Azevedo, Gláucio Érico de Almeida Silva e Eros José Sanches reúne centenas de fotos, perfis e passagens sobre a fundação e o desenvolvimento do Batalhão na região sul de Santa Catarina. O terceiro capítulo do segundo volume chama atenção, pois trata sobre o “movimento cívico-militar de 31 de março de 1964”, primeiramente em âmbito nacional e, na sequência, em âmbito local. Para Azevedo, Silva e Sanches (2015, p.172), a “revolução” pode ser compreendida como uma “[...] comoção social, alicerçada em grupos empresariais, religiosos e políticos, que temiam a ocorrência no Brasil dos acontecimentos que convulsionaram Cuba no ano de 1959”. Já em termos locais, os autores comentam os momentos que antecederam o dia 31 de março e como foi dado o apoio ao “movimento” por parte do Batalhão:

A Unidade estava enquadrada no Comando da 5ª Divisão de Infantaria da 5ª Região Militar, esta sob o Comando Interino do General de Brigada DARIO COELHO (passaria a ser Comandante Efetivo em 2 de abril). Na noite de 30 de março, o Governador Paranaense NEY BRAGA, que acabara de avistar-se com o Governador de Minas Gerais, MAGALHÃES PONTO, em Belo Horizonte, procurou o Comandante do 5ª RM para apresentar sua simpatia ao Movimento Democrático, e solicitar seu apoio.

No dia seguinte, com a veiculação de inúmeras informações desencontradas, o General DARIO COELHO determinou a prontidão rigorosa nos Corpos da 5ª RM. No dia 1º de abril, foram reunidos todos os Comandantes de Unidades de Curitiba, no Quartel-general da RM, tendo sido constatada a posição política de cada um. Alguns coronéis e tenentes-coronéis foram presos, (AZEVEDO; SILVA; SANCHES, 2015, p.178).

A afirmação mostra a adesão do corpo militar paranaense e também da 5ª região militar ao “movimento” que começava a acontecer em todo o Brasil. Os autores contam, ainda, que após entrarem em “prontidão rigorosa”, foi expedida uma ordem para deslocar uma subunidade, a fim de guarnecer a ponte sobre o Rio Uruguai, na cidade de Marcelino Ramos, Santa Catarina, de possíveis inimigos.

A segunda informação, trazida aqui para colaborar na atualização desse acontecimento em União da Vitória e Porto União, é uma grande reportagem produzida pelos jornalistas Vitor Santos e Carlos Kilian para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O texto⁴², dividido em seis capítulos, conta a trajetória de comunistas que foram presos pelo Exército, em Porto União. Segundo Vitor Santos, a Agência AL pôde entrevistar Ciro Sebastião da Costa, o único de três sentenciados que ainda está vivo na

⁴² A reportagem especial completa está disponível no link:

<http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/especiais/golpe-de-1964-exercito-prende-comunistas-em-porto-uniao> . Acessado em 28/08/2016.

cidade, além de familiares de Hermógenes Lazier e de Zenóbio Karpowicz⁴³. Houve também a contribuição de testemunhas oculares e militares que, na época, serviam em Porto União. As entrevistas foram publicadas em seis reportagens, com o intuito de preservar a perspectiva das fontes e proporcionar ao leitor diversos pontos de vista sobre os fatos. Na primeira reportagem da série, intitulada “O Golpe - Há 50 anos Exército prendia comunistas em Porto União”, o repórter traz o contexto e os personagens que compõem o acontecimento histórico, trazendo como fonte uma publicação do jornal *Caiçara*:

Enquanto grande parte dos brasileiros acompanhou pelo rádio o golpe de 1964, a antiga Porto União da Vitória viveu sua própria “revolução”. “O trabalho dos delegados Salussóglia e Paulo Grande e do capitão do Exército Salazar e seus auxiliares foi coroado de êxito. Além do acadêmico Hermógenes Lazier, preso como comunista, estiveram presos seu irmão, Cláudio, seu primo Reinaldo e o telegrafista da Rede Ferroviária, Zenóbio Karpowicz”, descreveu o jornal *Caiçara*, edição nº 125, de abril de 1964.

Segundo o periódico, “a atenção do povo estava voltada para a prisão dia-a-dia anunciada do advogado e professor do Colégio Tulio de França, doutor Ciro Sebastião da Costa”, que não se encontrava na cidade, pois “todos os elementos presos confessaram participar de reuniões comunistas na chácara do advogado”.

Esta história quase esquecida de perda da liberdade política, de perseguição e punição ideológicas no interior de Santa Catarina e Paraná tem origem no início de 1962, quando Hermógenes e Karpowicz coletaram assinaturas para legalizar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na ilegalidade desde 1947.

Tal reportagem, publicada tantos anos depois do acontecimento, possibilita o contato com o outro lado de uma história pouco contada em sua época. Como será possível perceber nos jornais analisados posteriormente, os discursos formados e os ângulos escolhidos para se tratar do assunto político negam espaço para que os comunistas falem por eles mesmos, uma vez que a imprensa local declarou-se a favor do “movimento democrático” de 31 de março de 1964. Com isso, somente anos mais tarde é que um veículo de comunicação aborda o outro lado da história e dá voz aos homens e mulheres que foram presos e interrogados pela força militar.

⁴³ Segundo a reportagem, os três nomes são os principais formadores de uma célula comunista na região.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A utilização de ferramentas teórico metodológicas amparadas em um pensamento crítico e social busca promover uma reflexão que traz à tona distorções causadas pela construção, pela ideologia, ou, conforme a concepção de Alsina (2009, p.28), pela falsa consciência. Com a ampliação de uma consciência crítica é possível tomar conhecimento do processo e das formas como ideologias e verdades dominantes, sob aparência de racionalidade, promovem interesses particulares que são alheios a grande parte da esfera social. Trata-se, portanto, de trazer à luz as condições do processo produtivo dos jornais que serão analisados neste estudo e de denunciar a aparência de racionalidade em que se baseiam.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p.117), a escolha de embricamento neste modelo de teoria e metodologia crítico procura superar a dicotomia entre saber e agir, sujeito e objeto, ciência e sociedade, enfatizando determinantes histórico-sociais da produção de um conhecimento científico e do papel da ciência na divisão do trabalho. Nesse âmbito, considera-se também que todo sujeito é histórico e está inserido em um processo também histórico, que o influencia constantemente. Assim, a pesquisa qualitativa segue uma tradição vista como compreensiva ou interpretativa: “Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (ALVES-MAZZOTTI, GEWANDSZNAJDER, 2002, p.131).

Tal como a fenomenologia, a orientação interpretativa e construtivista das pesquisas, que também embasa este estudo, enfatiza a intencionalidade dos atos humanos e o "mundo vivido"⁴⁴ pelos sujeitos, ao conceder privilégio às suas percepções e colocar entre parênteses suas crenças e proposições. Assim, é possível apreender os sujeitos para, em seguida, apreender as ideias. O enunciado, nesse sentido, constitui um dos atos humanos que representa tais percepções, pela forma como organiza uma composição de signos e proporciona a revelação de sujeitos inscritos em determinadas épocas e disciplinas discursivas (FOUCAULT, 2005). Entretanto, não se deve considerar o sujeito como fundador das articulações enunciativas, dono de seu discurso,

⁴⁴ O conceito de “mundo vivido” é encontrado nas obras do filósofo Jürgen Habermas, que o percebe como contrário ao “mundo sistêmico”.

tampouco como núcleo imóvel, constante e idêntico; o discurso é um lugar “[...] determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”, variando e modificando-se com frequência e por meio de relações.

Para Tuchman (1978), que mantém a abordagem interpretativa, a sociedade é criadora da consciência e as notícias dependem desta estrutura social. A autora defende que a sociedade colabora para a formação dessa consciência, e que a atividade de informadores (jornalistas) e de organizações informativas (empresas de comunicação) possui um poder maior para solidificar realidades uma vez que a notícia registra a realidade social e é produto dela. Dessa forma, se torna uma “janela para o mundo”.

Utilizar procedimentos metodológicos construtivistas, e especificamente de análise discursiva, é também descartar a ideia de objetividade no conhecimento; é se opor ao positivismo e basear-se, de acordo com Guba (1990, apud Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 2002), em três pressupostos básicos do construtivismo social: uma ontologia relativista; uma epistemologicamente subjetivista e uma metodologia hermenêutico-didática.

O campo disciplinar da Análise do Discurso, que será usada nesta pesquisa, parte, também, de três noções propostas por Fernandes (2008, p.65): noção do recorte, noção do enunciado e noção do trajeto temático. Juntos, os três aspectos relevam um trabalho que organiza a metodologia associada à teoria. Primeiramente, está a noção do recorte do objeto, que busca selecionar do *corpus* um fragmento que será o de análise, ou seja: “quando o analista escolhe seu objeto de análise, ele precisa ainda selecionar pequenas partes, escolhidas por relações semânticas, tendo em vista os objetivos do estudo”. Entretanto, o recorte pode ser necessário para delimitar o material, que devido à sua extensão, pode exigir o foco em enunciados específicos. Nesse âmbito, considera-se também que os recortes se inter-relacionam com todo o universo do *corpus*. Para Foucault (2005, p.32), o recorte também faz parte de uma primeira aproximação, que focaliza uma região inicial em que a análise poderá revolucionar e organizar, se assim for necessário. Para realização dessa tarefa, deve ser feita a escolha de um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever.

Em segundo lugar, está a noção do enunciado, que será explorada ainda neste capítulo. Nesse momento, busca-se na exterioridade de um enunciado as regras que

regem sua aparição e a relação que ele mantém com quem o enuncia. Trata-se, então, de investigar a posição do sujeito e em quais condições de produção ele fala.

A terceira noção, de trajeto temático, conforme proposta de Guilhaumou (2002), aciona a memória discursiva e trabalha a partir dos deslocamentos de efeitos de sentidos produzidos pelo enunciado face aos deslocamentos sócio-históricos. Com ele, é possível perceber a construção e as mudanças dos sujeitos e dos discursos. Esse processo é dado em duas instâncias, a macro e a micro, na qual "situamos o discurso em sua conjuntura, buscando compreender suas condições de produção, ou seja, os aspectos históricos, sociais e ideológicos que determinam a produção do discurso" (FERNANDES, 2002, p.70-71), bem como o lugar dos sujeitos na história, sua situação enunciativa e os sentidos produzidos por esse conjunto de fatores.

É com a observação da micro-instância, na qual se identifica o interior de uma formação discursiva, que pode-se apreender as regularidades, operar a análise por meio de recortes das seqüências lingüístico-discursivas ou enunciativas; e buscar a heterogeneidade.

3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Antes de fazer uma explanação aprofundada sobre os conceitos teóricos e metodológicos que orientam a pesquisa, é apresentado a seguir o caminho percorrido desde a coleta da pesquisa e as escolhas tomadas para chegar-se ao *corpus* de análise proposto. A primeira coleta feita no jornal *O Comércio* mostrou o total de 135 recortes que dizem respeito à cena política brasileira. Deste número, foi possível classificarmos pelos seguintes temas:

Quadro 4: Resultado da primeira coleta feita no jornal *O Comércio*, dividida em classificações temáticas, do ano de 1964:

Comunismo	12
Crise Econômica	2
Nacionalismo	36
Pró Jango	1
Religiosidade	6

Fonte e organização: Elaine Schmitt

Das 29 edições produzidas pelo jornal *Caiçara* em 1964, foram coletados 41

elementos que fazem referência ao cenário político brasileiro. A partir disso, foi possível construir um quadro com a seguinte classificação:

Quadro 5: Resultado da primeira coleta feita no jornal *Caiçara*, dividida em classificações temáticas, do ano de 1964:

Comunismo	21
Nacionalismo	5
Campanha religiosa	8
Crise social	2
Briga com o prefeito de União da Vitória	5

Fonte e organização: Elaine Schmitt

Para a elaboração das categorias de análise, que será desenvolvida no capítulo seguinte, foram escolhidas as três ocorrências temáticas que mais tiveram incidência durante o ano de 1964, em ambos os jornais. Apesar de apresentar divergências quanto à quantidade e à temática de cada jornal, foi possível encontrar três temáticas exploradas nos discursos que fizeram referência ao golpe civil militar: o *nacionalismo*, o *anticomunismo* e a *religiosidade*.

As bases que irão compor a alicerce metodológico deste trabalho foram consideradas compatíveis aos objetivos propostos: de compreender os discursos sobre o golpe civil militar brasileiro no interior de Santa Catarina e Paraná, nos jornais *O Comércio* e *Caiçara*. Dessa forma, será debatida a partir de agora a Análise de Discurso de linha francesa como um aparato capaz de responder questões pertinentes à produção jornalística histórica do interior de União da Vitória e Porto União.

Nos próximos subcapítulos, diversas características que fazem parte do aporte metodológico da Análise de Discurso, como história, censura e ideologia, são inseridas no campo do jornalismo e discutidas a partir de uma lógica empresarial e social, que diz respeito à prática de informar.

3.2 ANÁLISE DE DISCURSO: BREVE HISTÓRICO INTRODUTÓRIO

A análise de discurso que estuda o discurso sem estudar as condições sociais de produção não compreende nada” (BOURDIEU, 2012)

Alguns deslocamentos marcam a construção e o aprimoramento teórico da Análise do Discurso francesa, desde que teve início, em 1960. Dividido em épocas que

refletem revisões e mudanças de seus conceitos, o aparato teórico e metodológico do campo modificou-se e reinaugurou aspectos orientadores.

De acordo com Brandão (2002), é na busca por compreender os fenômenos de uma linguagem posicionada além da língua e de um sistema de ideologia neutro que o discurso se encontra. Enquanto discurso, essa outra linguagem deixa de servir apenas como instrumento de comunicação e passa a ser modo de produção social, sem espaço para neutralidade, inocência ou naturalidade. É dessa forma que a escola francesa de Análise do Discurso se articula, filiada a uma tradição intelectual europeia que reflete sobre texto e história: “Nos anos 60, sobre a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão à “escritura”, uma articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise” (MAINGUENEAU, 1987, apud BRANDÃO, 2002).

Pêcheux (2008, p.44) afirma que este movimento fez surgir novas práticas de leitura que multiplicaram as relações entre “[...] o que é dito aqui (em tal lugar) e dito assim e não de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não ditos no interior do que é dito”. O estruturalismo e o construtivismo, que critica as concepções realistas, evocam, assim, um tipo de *real* polissêmico e também outro tipo de *saber*, que não pode ser transmitido, apreendido ou ensinado, mas que existe e produz efeitos constantemente: “Os estruturalistas acreditavam assim na ideia de que o processo de transformação anterior aos espaços simbólicos e de ideológico é um processo EXCEPCIONAL: o momento heroico solitário do teórico e do poético [...] como trabalho extraordinário do significante” (PÊCHEUX, 2008, p.52).

A tentativa de compreender sentidos derivados da língua demanda reconhecer os estudos discursivos como parte do trabalho social geral, constitutivo da humanidade e da sua história, uma vez que a linguagem emprega relações de sujeitos e sentidos, propondo efeitos múltiplos e variados. A linguagem passa a ser, então, um lugar de conflito e confronto ideológico, que não pode desprender-se da sociedade já que os processos que a constituem são histórico-sociais, e seu estudo não pode estar “desvinculado de suas condições de produção” (BRANDÃO, 2002). Assim, todo enunciado tem o potencial de ser linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, que oferece espaço à interpretação. E é por meio das descrições regulares de montagens discursivas que se pode detectar tais momentos de interpretações, reconhecidos aqui como efeitos de identificação assumidos.

É este lugar que a Análise de Discurso se propõe a estudar, prestando atenção nas “coisas-a-saber”, sempre tomadas em redes de memória que dão lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: “[...] a transferência não é uma “interação”, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender”” (PÊCHEUX, 2008, p.54). Todo discurso, quando interpretado para além da língua, da fala e do texto, deixa rastros históricos passíveis de conhecimento que evidenciam sua inscrição a determinadas disciplinas temáticas, sociais e ideológicas:

Com isso, dizemos que o discurso implica uma exterioridade a língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma natural de expressão desses lugares (FERNANDES, 2008, p.13).

Os efeitos de todo o processo social e individual vivido pelos sujeitos ao longo de sua existência refletem, também, no modo como estes produzem enunciações e exprimem conjuntos de signos. Ali, vestígios ou “pistas” se fazem presentes e se tornam a matéria prima do analista de discurso. Entretanto, é preciso estar atento ao “não dito”, aos silêncios, para relacioná-lo com o externo. Uma manifestação tão importante quanto aquela que está claramente exposta:

São pistas que ele [o analista] aprende a seguir a compreender os sentidos produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto também fazem parte dele (ORLANDI, 2010, p.30).

No reconhecimento de que diversos fatores influenciam os sentidos de um discurso, o analista precisa conhecer e considerar cada um para trazer à tona, ou decodificar, significados. O interesse pelas condições de produção em que foram constituídos determinados discursos corresponde à *relação de sentidos*. Segundo Orlandi (2010, p.39), não há discurso que não se relacione com outros: “Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que os sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo”.

Ao pretender ser uma teoria crítica da linguagem, a Análise do Discurso coloca-se contra a cristalização do conhecimento, que estaria em constante transformação. Dessa forma, ela passa a ser entendida como uma disciplina inacabada, que se divide entre a função crítica e a função instrumental, que é/está:

“[...] em constante construção, problematizante, em que o lingüístico é o lugar, o espaço, o território que dá materialidade, espessura a idéias, conteúdos, temáticas de que o homem se faz sujeito; não um sujeito ideia e abstrato, mas um sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo discurso social” (BRANDÃO, 2002, p.84).

Benetti (2008, p.108) entende a Análise de Discurso como um processo metodológico de grande valor para estudos em jornalismo. Seus argumentos baseiam-se em dois pontos: oportuniza mapeamento de vozes; e identifica sentidos. Tem-se, por um lado, a relação entre discursos e, de outro, a relação entre sujeitos – interdiscursividade e intersubjetividade. A construção intersubjetiva do discurso é que torna necessária a compreensão histórica que o cerca e que o subordina a “enquadramentos” culturais e sociais. Enquanto modo de proporcionar contato entre sujeitos e mundo, o jornalismo estabelece construtos culturais e significativos que, estabelecidos na sociedade, podem ser reforçados ou apagados, contribuindo para a formação de “consensos” de determinados valores (BENETTI, 2008, p. 110). Está também na perspectiva teórica construtivista, surgida nos estudos do jornalismo nos anos de 1970, a ideia de que representação (jornalismo) seria uma construção subjetiva da realidade: “[...] o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade em um processo de contínua e mútua interferência” (BENETTI, 2008, p. 110). Essas interferências demonstram o movimento de “forças” capazes de dar direcionamentos e significados ao texto:

É preciso visualizar a estrutura do texto, compreendendo que esta estrutura vem “de fora”: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário. (BENETTI, 2008, p. 111)

A prática jornalística é cheia de espaços de interferência, que permitem a criação de sentidos em diversos formatos, como na linha editorial, na publicidade e na produção da notícia. Em cada uma destas formas é possível observar através da análise do discurso, mas do que sentidos expostos em um enunciado. Muitos são feitos também pelo silêncio, produzido de forma explícita ou pela auto censura, no interior dos jornais. Perceber este fenômeno é fundamental para o analista. Conforme Orlandi (2010, p.82),

“[...] ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam”, e que são frutos de uma sociedade atravessada por relações de poder.

Seria possível apreender relações de poder ou identificar sentidos na produção jornalística? Seria possível encontrar, na exterioridade de seu discurso, fora da especificidade linguística, o que a constitui? Antes de tratar dos procedimentos propostos pela metodologia da Análise do Discurso, que servem como roteiro de percurso para essa pesquisa, serão abordados conceitos indissociáveis dos estudos como ideologia, memória e história.

3.3.1 IDEOLOGIA E PODER

A ideologia é um conceito que permeia o campo da Análise do Discurso, das ciências sociais e humanas e, também, dos estudos do jornalismo que se orientam por um viés teórico crítico. É por meio dela que evidências são construídas ao colocar os sujeitos na relação imaginária com as condições naturais de existência. É, também, sua função fazer a relação necessária entre linguagem e mundo, pois, “linguagem e mundo se refletem no sentido de refração, do efeito imaginário de um sobre o outro” (ORLANDI, 2010, p.47). Ao relacionar-se ao inconsciente, a ideologia produz sentido determinado pelo sujeito e pela história, e será por meio da interpretação que o analista conseguirá perceber os traços dessa interligação existente entre língua e exterioridade.

Assim, considera-se ideologia algo inerente ao discurso, que marca as diferentes posições dos sujeitos e dos grupos sociais que ocupam territórios adversos e promovem embates (FERNANDES, 2008, p.17). Ao inscrever-se em um determinado espaço socioideológico, o sujeito enuncia a partir dessa inscrição; e “de sua voz emanam discursos cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas linguísticas enunciadas”. Mas, assim como o discurso, o social e o ideológico têm existência na História. Por isso, devem ser pensados como processos histórico-sociais de constituição:

A noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação. Do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução. De acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s), (FERNANDES, 2008, p.19).

Para Chauí (1980, p.113), pode-se entender ideologia como um sistema lógico e coerente de representação de ideias, valores, normas e regras de conduta que orientam

como e em que a sociedade deve pensar, sentir, fazer e valorizar. É nesse momento que se estabelece a relação com outro conceito da tríade que constitui os estudos discursivos, já anunciada: o marxismo. Fundamentado por essa corrente filosófica, Althusser (1970) indica em seus estudos sobre Aparelhos Repressores Ideológicos três hipóteses que corroboram para compreensão de ideologia: a) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”; b) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”, que materializa-se em atos concretos, como molde de ações; e c) “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”.

É possível, ainda, que alguns discursos tragam o cruzamento das duas concepções. Conforme Fernandes (2008, p.35), os discursos institucionalizados costumam trazer tais traços. Neles, há o recorte da realidade que, embora feito por mecanismos de manipulação, não deixa o real aparecer e, intencionalmente, se omite, atenua ou falseia dados. Esse recorte realizado por determinada instituição ou classe social, em determinado sistema, retrata *uma* visão de mundo. A instituição pode ser, por exemplo, política, religiosa, de propaganda ou jornalística, e ao sujeitar-se a uma linha editorial e atrelar-se a determinadas ideologias, noticia os acontecimentos através de *uma* “visão de mundo”. Consequentemente, se o processo discursivo é produção de sentido, ele revela nas suas condições de produção, nas formações discursivas e na formação ideológica, um lugar específico.

Baseado no pensamento de Foucault (2005), vê-se no momento em que o discurso sai da *dispersão*⁴⁵ - apreensão da formação discursiva - ele atinge certa *regularidade*, que evidencia quais famílias de enunciados ela pertence, abrangendo estratégias articuladas que demonstram uma possibilidade de utilizar o discurso para jogos de interesses:

Mais do que buscar a permanência de temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retraçar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo que possibilitaria estratégias? (FOUCAULT, 2005, p.42)

A análise desses sistemas de relações enunciativas leva a uma nova concepção de discurso, que o torna a prática proveniente da formação dos saberes e que deve ser

⁴⁵ Todo discurso é disperso; sem princípio de unidade (Brandão, 2002; Foucault, 2005).

percebida em articulação com outras práticas, tornando-se um jogo estratégico de ação e reação, pergunta e resposta, dominação, esquiva e luta. Assim, o discurso é o espaço em que o poder também se faz presente e é revelado no reconhecimento institucionalizado de quem fala e de onde fala: “[...] esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder; a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência do poder” (BRANDÃO, 2002, p.31-32).

Entender o processo que constitui um discurso, derivado de diversas condições de existência e correlações com outros enunciados inscritos na história, evoca a tarefa de tira-lo do isolamento que o deixa fechado em si mesmo para fazer aparecer um espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos, com seus jogos de relações:

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato discursivo: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição dos acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2005, p.30)

A resposta para tais indagações demandam uma análise que percebe a potencia do poder dominante em determinar quais serão os processos decisivos de socialização e, portanto, o poder de *produzir* uma realidade (BERGER; LUCKMANN, 1998). Logo que o discurso torna-se uma potencial ferramenta para tomada e controle da produção de uma realidade desejante, ele se caracteriza como um campo de disputa pelo poder.

3.4 NO JORNALISMO: CONSTRUÇÃO, SUJEITO E ENUNCIADO

A sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social. (BERGER; LUCKMANN, 1998)

Se, em meados do século XIX, acreditava-se que o jornalismo refletia a realidade de forma exata, conforme aponta a Teoria do Espelho⁴⁶, em que o comunicador era considerado um agente sem interesses específicos a serem defendidos, no século XX novas investigações acadêmicas avançaram e fizeram emergir um novo paradigma onde, assim como a realidade dos sujeitos, as notícias também são entendidas como construção (TUCHMAN, 1978). Essa nova percepção, no entanto,

⁴⁶ Esta teoria é baseada no positivismo, corrente que contou com o pensamento do filósofo francês Auguste Comte.

desprende-se da forma conspiratória como o jornalismo havia sido examinado pelas teorias da Ação Política⁴⁷ (HERMAN; CHOMSKY, 1988), fazendo jornalistas passarem por homens sem princípios que traziam instabilidade social, com o objetivo de tirar proveito econômico e promoção social (TRAQUINA, 2005).

É nesse ambiente que se estrutura a Teoria Construtivista, nos anos 1970, ao argumentar a relação existente entre a realidade e os *media* noticiosos. A nova visão propôs que as notícias auxiliavam na construção da própria realidade, uma vez que são o produto final de um processo complexo que se inicia na escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas (HALL et. al. 1999, p.224). A própria linguagem também não poderia operar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, pois ela não é neutra e os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos. Os fatores que motivariam este fenômeno são diversos, como aspectos organizativos do trabalho jornalístico (ALTHEIDE, 1976), as limitações orçamentais (EPSTEIN, 1973) e a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (TUCHMAN, 1978).

Para Charaudeau, o argumento que faz do universo midiático uma construção aborda um processo no qual o campo jornalístico, antes de transmitir, torna o acontecimento objeto de racionalizações que passa por critérios de seleção dos fatos e dos atores, por formas de encerramento de categorias de entendimento e por modos de visibilidade escolhidos e alidados, ainda, às regras insituidas por este universo já estabelecido. Este processo, invisível, impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada e apresentada como a visão de mundo naturalizada: “Partindo do acontecimento, o jornalista interpreta e analisa em função de sua própria experiência, de sua própria racionalidade, de sua própria cultura, tudo isso combinado com as técnicas próprias a seu ofício”. (CHARAUDEAU, 2010, p.156)

As relações mantidas pelos sujeitos em diferentes instâncias durante suas vidas, como processos sociais e econômicos, formas de comportamentos, sistemas de normas, modos de caracterização, são um fator importante a ser observado nos estudos discursivos pretendidos nessa pesquisa. Quando analisadas em suas justaposições, as relações supõem um fio condutor que revela sentidos. A tentativa de verificar tais relações por meio do discurso, bem como formações discursivas, contradições e

⁴⁷ Mais sobre a teoria citada pode ser encontrado em: CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **A Manipulação do Público: Política e Poder Econômico no uso da Mídia**. São Paulo: Editora Futura, 2003.

inscrições ideológicas contidas na produção do jornalismo impresso, propõe uma problemática ainda maior: a de que a prática jornalística carrega sentidos⁴⁸ constituídos por sujeitos e disseminados a outros sujeitos, inscritos na história, no tempo e no espaço. Quais sentidos se formam ali? Motivados pelo quê? Influenciados por quais ideais? Construídos com quais intenções? O enunciado, conforme Foucault (2005), não trata da simples utilização de elementos e regras linguísticas, nem da sua própria criação; ele é feito a partir de um jogo de regras, regularidade, modalidades, conceitos, história e estratégias:

De início, desde sua raiz, ele [o enunciado] se delineia em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual. Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro ou independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2005, p.111-112)

Ao considerar os diversos fatores que transpassam os discursos, a arqueologia enunciativa elaborada por Foucault (2005) busca estabelecer uma homogeneidade por meio do recorte temporal que, ao mesmo tempo, consegue manter sua heterogeneidade, pois considera que o discurso nunca está isolado em seus sentidos. Ele deriva de outros enunciados e também provoca influências. Assim, oferece o ordenamento e a hierarquia desses discursos, articulados no “tempo dos conceitos, nas fases teóricas, nos estágios de formalização e nas etapas da evolução lingüística”. Este processo é decorrente de uma história que não pode ser considerada e que deve definir a série da qual faz parte, o seu contexto⁴⁹, bem como procurar “[...] conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade de sua emergência” (FOUCAULT, 1996).

Entender o conceito de enunciado é fundamental para dar sequência à apresentação teórico-metodológica proposta nesta pesquisa, uma vez que tratará, em breve, sobre os estudos discursivos. Para Fernandes (2008), o enunciado comporta a posição ideológica no ato de enunciar, que integra a enunciação, como um lugar sócio-histórico-ideológico de onde os sujeitos dizem. É este elemento de posição que constitui

⁴⁸ O aporte teórico da Análise do Discurso trata sentido como “efeito de sentido” entre sujeitos em enunciação, uma vez que ela contesta a imanência de significado.

⁴⁹ Olhar para o contexto é reconhecer que um ser humano em desenvolvimento “não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo” (BERGER e LUCKMANN, 1988, p.71).

as regularidades discursivas e provoca consequências que vincula um enunciado a outros. Compreendê-lo implica, ainda, compreender suas funções, condições de produção e o campo em que se realiza: “Trata-se de buscar na exterioridade de um enunciado determinado, as regras de sua aparição, a relação que mantém com o que enuncia, *aquilo a que se refere, o que é posto em jogo por ele*” (2008, p.66).

A análise de enunciados na Análise do Discurso busca, portanto, investigar qual a “posição-sujeito” que se inscreve na história, por meio da interpretação que deve ser garantida em dois aspectos: memória institucionalizada (o arquivo): de trabalho social da interpretação; e memória constitutiva (o interdiscurso): o trabalho histórico da constituição do sentido (ORLANDI, 2010, p.48).

No entanto, diferente da hermenêutica, o analista de discurso irá trabalhar nos limites da interpretação, colocando-se além do histórico, do ideológico e do simbólico, para assim poder “[...] contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições”, livrando-se de quaisquer ilusões “para que, no funcionamento do discurso, na produção dos efeitos, ele não reflita apenas no sentido do reflexo, da imagem, da ideologia, mas reflita no sentido de pensar” (ORLANDI, 2010, p.61).

Parte da análise, conforme já foi citado, é dada pela interpretação que segue da descrição dos enunciados e visa explicitar suas condições de produção, bem como as posições dos sujeitos vinculados ao processo, uma vez que o enunciado é compreendido como objeto de análise e integrante de uma formação discursiva determinada (FERNANDES, 2008, p. 69). Este momento de descrição dos enunciados envolve, ainda, o estabelecimento de regras que sejam capazes de reger as formações discursivas:

Tais regras [...] possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso a saber: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os *conceitos* em suas formas de aparecimentos e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum, os *temas* e *teorias*, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas e teorias (BRANDÃO, 2002, p.28).

Tais regras buscam determinar as formações discursivas, este “sistema de relações” entre conceitos e tipos enunciativos e objetos, para sugerir a persistência de certos temas. Para Brandão (2002), existe no discurso uma certa relação entre “lugares” cujo feixe de traços característicos pode ser descrito. Sendo objetivamente definíveis, os discursos surgem representados por uma série de “formações imaginárias”, que revelam o “onde fala” e a projeção de “quem escuta”. É a formação discursiva que permite

entender, também, como os sujeitos podem discordar sobre o sentido de determinadas palavras diante das mesmas experiências de vida. São as condições dos sujeitos que criam divergências no modo de ver o mundo e, uma vez que estes sujeitos utilizam a linguagem como lugar de constituição da subjetividade, a linguagem torna-se representação do mundo.

É necessário, então, abordar não somente o sujeito, mas o sujeito discursivo, constituído na inter-relação social como possuidor de um conjunto de vozes que o tornam polifônico⁵⁰. Diante da falta de uniformidade do sujeito temos a heterogeneidade, que designa um ser constituído por diversos elementos resultantes da interação⁵¹ social estabelecida com diferentes segmentos e diferentes âmbitos sociais. É daí que surge o entrelaçamento de diferentes discursos que irá constituir o sujeito discursivo:

[...] o sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individual, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. A voz desse sujeito revela o lugar social; logo, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade histórica e social; de sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico (FERNANDES, 2008, p.24).

Os campos básicos do estudo teórico da Análise do Discurso formam uma tríade que busca conectar o pensamento de diversas áreas. A psicanálise, a linguagem e o marxismo (ORLANDI, 2010) constituem a base teórica da Análise de Discurso. A psicanálise colabora com definições que ajudam a compreender quem é este sujeito discursivo. Entretanto, o quadro epistemológico da Análise de Discurso, atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, é crítico ao refletir subjetividade como ilusão, diante da onipotência do sujeito. Ao considerar que o inconsciente sempre está em atuação por meio da linguagem, Fernandes (2008) afirma que, de acordo com a exposição de Freud e Lacan, o inconsciente manifesta a natureza psíquica do/no sujeito sem o controle ou a consciência, mas revelada nos sonhos, atos falhos e lapsos. Dessa forma, toda vez que o inconsciente se estrutura em forma de linguagem, vemos um

⁵⁰ São múltiplas as identidades assumidas por um sujeito durante sua constituição sociopolítica, compreendida como algo que está em constante deslocamento, determinado por momentos e lugares (FERNANDES, 2008).

⁵¹ A interação envolve a natureza dos processos de produção discursiva, também denominada *prática discursiva*. Na dimensão da prática social, o discurso constitui uma ação social em um contexto situacional que é ideologicamente marcado.

desejo manifestado. Nesse contexto epistemológico, atribuímos a manifestação a uma junção de ideologia que está inscrita no tecido histórico social, com o inconsciente⁵².

Alsina (2009, p.46) toma o jornalismo como um campo que contribui para a construção de uma realidade ilusória e que também produz simulação da realidade social. Esse processo construtivo, dado pelas práticas produtivas do jornalismo, torna-se possível uma vez que a institucionalização⁵³ dos papéis⁵⁴ do jornalista seja legitimada de forma social e intersubjetiva, o que gera relevância às suas produções. A legitimação, nesse âmbito, oferece amplos quadros de referência para setores de conduta institucionalizada, como jornalistas que possuem um papel socialmente legitimado em suas esferas de atuação que os permite construir, por meio do discurso que produzem, uma realidade pública e socialmente relevante.

Tomar o real como uma construção social é considerar a vida cotidiana como uma realidade interpretada subjetivamente, dotada de sentido na medida em que se apresenta como um mundo coerente e ordenado.

Seus fenômenos [da realidade] acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes de minha entrada na cena. A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. (BERGER; LUCKMANN, 1998, p.38)

A linguagem, nesse momento, ganha destaque por tratar, fundamentalmente, da capacidade humana em comunicar significados que não são expressos pela subjetividade. Ao permitir objetivar um grande número de experiências individuais ou estabelecer pontes entre variadas zonas dentro da realidade da vida cotidiana, Berger e Luckmann (1998, p.61) concebem a linguagem como forma de integrar uma totalidade dotada de sentido que constrói, consequentemente, “[...] imensos edifícios de

⁵² Integrada por formações ideológicas, uma formação discursiva apresenta em seu interior um conjunto de diferentes discursos, denominados pela Análise do Discurso como **interdiscurso**, caracterizado pelo entrelaçamento de diferentes momentos da história e lugares sociais (FERNANDES, 2008).

⁵³ A institucionalização para Berger e Luckmann (1998, p.79) ocorre sempre que há uma “tipificação recíproca” de hábitos partilhados por tipos de atores: “As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. A instituição pressupõe que ações do tipo X serão sempre executadas por atores do tipo X.”

⁵⁴ Entende-se papéis como resultado de um estoque comum de conhecimento em processo, que contém tipificações recíprocas de conduta.

representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo”.

O interacionismo e o estruturalismo também compartilharam da noção de que as notícias são construções sociais. Para Traquina (2005), ambas as teorias compreendem que as notícias resultam de complexos processos de interação social que ocorrem entre agentes sociais; entre jornalistas e fontes de informação; entre jornalistas e sociedade; e entre os membros da comunidade profissional. Com isso, notícias são narrativas construídas, marcadas pela cultura, o que necessita mobilização de todo o saber da narração (ERICSON et. al. 1978/1993) e o domínio de todo o inventário de discursos (HALL, 1984). Ao destacar a importância da cultura jornalística, as teorias voltam-se também para a estrutura dos *valores notícia*, para a ideologia dos membros da comunidade e para as rotinas e procedimentos utilizados pelos profissionais no processo de produção das notícias. Os *valores-notícia*, nesse sentido, fornecem critérios que constituem a organização da rotina dos jornalistas e que permitem decidir quais "estórias" merecem destaque, sempre atrelados a uma *ideologia* profissional presente na estruturação do processo. Trata-se, portanto, de perceber como a organização e os jornalistas direcionam certas temáticas e problematizar esta seleção, que também leva em conta o que é de interesse para o leitor (HALL et. al, 1999, p.224).

É por meio dessas formas organizativas que o jornalismo ordena e categoriza o valor significativo do que deve ou não se tornar notícia. Esse seria, essencialmente, o papel do jornalista que, em meio à infinidade dos acontecimentos, seleciona o que soa importante para, então, construir sua narrativa. Segundo Hall et. al. (1999, p.226), é preciso identificar esses acontecimentos e inseri-los em um quadro de significados familiares ao público, para que façam sentido. Assim, o jornalismo constitui um processo fundamental que torna o mundo "referência inteligível", ao mesmo tempo em que propõe suposições cruciais sobre o sentido e o funcionamento da sociedade e assume a construção de um consenso. Isto ocorre porque os sujeitos ocupam uma mesma sociedade e pertencem, de certa forma, à mesma "cultura" que causa a sensação de uma única perspectiva dos acontecimentos.

Ao aproximar a discussão à lógica da imprensa do interior, Fernandes (2013, p.112) afirma que, para além do mercado das “grandes” notícias, é a proximidade, tanto territorial quanto de sentido, quem dita o apelo das notícias. Essa proximidade geográfica, somada a outros critérios de valores-notícia, “formam o conjunto de intenso

poder persuasivo que tem atraído os leitores a essas publicações”. Ademais, para que esta produção seja executada, dois aspectos devem, de acordo com o autor, estar articulados: o interesse, que está associado à visão do jornalista sobre seu público; e a importância, desdobrada em quatro variáveis: 1) grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; 2) impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; 3) quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; e 4) relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura da situação (FERNANDES, 2002, p.115). A cumplicidade entre o leitor e o jornal é um ponto importante desse tipo de imprensa, pois existe ali um contrato implícito pela busca da informação local. Essa característica facilita, por exemplo, que os fatos noticiados estejam circunscritos às instituições governamentais do município e seu entorno:

O importante ou interessante está no bairro, no cotidiano das pessoas, nos atos dos poderes constituídos do município, nas pequenas competições esportivas, nas festividades, nos acontecimentos nos municípios vizinhos. Esses acontecimentos, exceto aqueles que contêm ingredientes de espetacularização para serem absorvidos pela grande imprensa, só ganham espaço no jornal do interior. (FERNANDES, 2013, p. 133)

Com o enquadramento de notícias, que elabora determinadas interpretações, sentidos e formações discursivas, a noção de consenso causa a sensação de que todos possuem um mesmo interesse, saber e pensamento sobre a sociedade. E das possíveis relações estabelecidas entre jornalistas e outros agentes, Traquina (2005, p.175) sublinha a quantidade de notícias que são produzidas a partir de versões ou envolvimento do governo e de autoridades estabelecidas. A partir dessa relação, tais notícias tendem a apoiar “interpretações oficiosas dos acontecimentos”, que favorecem orientações relacionadas a certos acontecimentos ou a certas pessoas.

É preciso, no entanto, observar como os *medias* reproduzem definições orientadas por "poderosos" se estiverem, de fato, a serviços destes. O primeiro argumento, conforme Hall *et. al.* (1999, p.229) constata a dependência que os jornalistas têm de assuntos noticiosos específicos, que são fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis. Essa realidade faz com que o acesso a certas instituições seja recorrente. O autor aponta duas razões que levam à abertura de espaço para determinadas vozes: 1) pressões internas da produção jornalística: acontecimentos pré-agendados, por exemplo, ajudam na distribuição de recursos e calendarização de trabalho; 2) orientações de imparcialidade, equilíbrio e objetividade: essas regras

estruturam a distinção entre fato e opinião e asseguram que as afirmações colocadas pelos jornais sejam fundamentadas em falas objetivas e autorizadas, concedidas por fontes "dignas de crédito". Desse modo, os *media* tendem a reproduzir de forma simbólica a estrutura de poder dominante na sociedade.

Entendidas como *primary definers* (definidores primários), as fontes oficiais têm suas significações publicadas mais facilmente por serem consideradas portadoras de informação mais especializadas do que a maioria da população. Assim, vê-se um comando de ação, dado pela interpretação dessas fontes, que irá nortear todas as futuras coberturas ou debates sobre um assunto. Este enquadramento inicial fornece os critérios segundo os quais todas as contribuições subsequentes são rotuladas de "relevante" ou "irrelevante" para o debate. Existe, então, um jornalismo que não se limita à transmissão da ideologia das classes dirigentes, mas que deixa de ser percebido como definidor primário de notícias, pois sua relação com o poder tem por efeito reproduzir as definições. Desse ponto de vista, a produção jornalística vê-se em uma estrutura de subordinação, estabelecendo o aparecimento do papel ideológico dos *media*.

Alsina (2009) ressalta, entretanto, a importância em não extremar a concepção de construção social do jornalismo de forma a parecer que esta seja produzida rápida e simplesmente. Para isso, é necessário considerar a interação da audiência, que deve reconhecer tais construções como verdadeiras. Essa interação, dada pelo contrato pragmático fiduciário, baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, e objetiva a confiança do público no discurso informativo (ALSINA, 2009). Vindo de um processo histórico que legitima e institucionaliza o papel do jornalista, percebe-se o contrato pragmático fiduciário como consequência de uma série de estratégias exercidas pela mídia na obtenção de confiança. Primeiramente, é preciso formar um discurso no qual se possa acreditar, pois é por meio dele que o público poderá avançar, ou não, na crença de uma informação como verdadeira.

Para discutir o papel da mídia na construção social da realidade, é preciso considerar três tipos de realidade, apontadas por Adoni e Mane (1984) como: a realidade social objetiva, a realidade social simbólica e a realidade social subjetiva. A primeira delas seria o mundo *objetivo*, existente para o indivíduo de forma externa. Ela é assimilada como algo que dispensa constatações e da qual não temos dúvidas. Em

segundo lugar está a realidade social *simbólica*, expressa simbolicamente⁵⁵. Aqui está aportado o jornalismo. Por fim, a realidade social *subjetiva* traz como substrato as duas outras realidades anteriores: objetiva e simbólica. Nesse ponto, verifica-se as construções individuais da realidade, baseadas em ações sociais particulares.

Da vasta quantidade de fatores que influenciam a formação discursiva dos sujeitos, três irão ganhar destaque, de acordo com os apontamentos de Maingueneau (1993): o quadro das instituições em que o discurso é produzido, e que delimitam fortemente a enunciação (imprensa e Estado); os embates históricos, sociais e etc, que se cristalizam nos discursos (golpe civil militar); e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um intradiscurso.

Tais elucidações contribuem para uma reflexão complexa da realidade enquanto construção, e do papel do jornalismo na constituição desse fenômeno. O objetivo, nesse momento, foi de ressaltar a existência de uma influência por parte da mídia na construção da realidade que não é única, mas parte importante do processo de subjetivação.

É preciso, pois, perceber que o espaço público, onde os acontecimentos são produzidos sob a responsabilidade de sujeitos legitimados, é também um espaço de construção de opinião e, por conseguinte, da busca por uma “verdade mediana” (CHARAUDEAU, 2010)⁵⁶. É nesse espaço que surge o confronto de palavras e que são reveladas análises de acontecimentos sociais e de julgamentos emitidos sobre suas significações.

A discussão em questão permite refletir sobre o processo de produção do jornalismo que é realizado nos grandes centros e também da imprensa do interior brasileiro, conforme objetivo deste estudo. Entender quais sentidos foram construídos pela imprensa em 1964, nas cidades de União da Vitória e Porto União, pode revelar, também, que tipo de “verdades” foram produzidas sobre o golpe civil militar e oferecidas aos leitores da região. Dessa forma, é possível compreender quais ideologias foram defendidas pelo jornalismo do período que, em certa medida, influenciaram a opinião pública dos seus consumidores.

⁵⁵ Para Berger e Luckmann (1998), os universos simbólicos são produtos sociais que possuem história e que só podem ser compreendidos a partir da história de sua produção.

⁵⁶ Para Charaudeau (2010, p.189), o acontecimento é compreendido como um dizer (recurso) construído, que objetiva revelar uma determinada verdade sobre o mundo.

3.4.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E MATERIALIDADE NO JORNALISMO

É sempre a partir dos restos e vestígios chegados ao presente que podemos recontar as histórias envolvendo as ações comunicacionais do passado. É preciso, pois, construir nexos com essas narrativas visualizadas no presente sob a forma de rastros, para que possamos dar ao passado uma reinterpretação (BARBOSA, 2011, p.18).

Com o olhar voltado para os rastros deixados pelo passado, o objetivo dessa pesquisa compreende a localização organizativa, processual e, principalmente, simbólica, dos jornais *O Comércio e Caiçara*, durante o ano de 1964. Refletir sobre o campo da historiografia aliada ao jornalismo possibilita, nesse sentido, uma compreensão maior sobre as possibilidades dessas duas esferas de conhecimento que, em simbiose, podem trazer aprimoramento nos estudos tanto de uma quanto de outra área.

Relacionar os apontamentos sobre historiografia com o campo jornalístico tem como objetivo perceber que um acontecimento com temporalidades distintas forma um "referencial empírico" que cruza diversos fatores e revela princípios de uma intertextualidade discursiva. Mesmo com ressalvas às particularidades conferidas a cada campo (do jornalismo e da história), Said (2014) percebe na estrutura narrativa da notícia e dos textos históricos marcas de instauração das categorias de pessoa, espaço e tempo, o que permite traçar um diálogo entre ambos. A aplicação metodológica desse pensamento, atrelada à análise discursiva, permite verificar na estrutura narrativa e na formação discursiva categorias que, ao relacionarem-se, projetam o conhecimento sobre o processo de produção jornalística.

Romancini (2008) traz dados sobre uma metodologia histórica pós-moderna, que teve seu desenvolvimento no final da década de 1960 e possui, no extremo relativismo do paradigma, a feitura de diferentes discursos e "histórias" sobre, ou para, grupos particulares. Seria uma história: “frequentemente de teor interpretativo-hermenêutico, que pode aproximar-se da literatura e do subjetivo, enfatizando mais a empatia e a elaboração da linguagem do que a questionada objetividade científica e a idéia de produzir sínteses abrangentes”, (ROMANCINI, 2008, p.28). Com isso, tem-se um retorno à narrativa e às microanálises, em que é dada importância às interpretações das mediações simbólicas que constituem o social em seus diferentes contextos históricos. As contribuições de pesquisadores da epistemologia histórica são relevantes no sentido de reconhecer o caráter narrativo e discursivo como estrutural da história.

A história na configuração teórico-metodológica desta pesquisa tem por intenção apropriar-se de conceitos que contribuam para o aprofundamento do *corpus* de análise. Para que tal resgate temporal seja possível defende-se uma narrativa que propõe prefiguração, configuração e refiguração, como única forma. Assim, o tempo, enquanto experiência indireta construída em função da *mimesis* discursiva, está prefixado na estrutura da narrativa e corresponde a uma dimensão episódica de sucessão dos acontecimentos na história que, por vez, procura "criar efeito de continuidade temporal" (SAID, 2014, p.84). Com isso, percebe a enunciação como um evento singular e jamais repetido, processado somente a partir da instauração das categorias de tempo, pessoa e lugar. Tem-se, a partir de então, uma enunciação histórica que remete a dois planos: o discursivo e o narrativo que, associados, "produzem a possibilidade de se instaurar uma nova forma de enunciação, ligada à produção discursiva do acontecimento e a sua inscrição na ordem histórica" (SAID, 2014, p.84).

A leitura histórica, nesse sentido, é vista como uma cadeia de acontecimentos que se apropria e se apodera de seus vestígios. Esse processo ganha destaque pela formação da "trama discursiva" que liga tais acontecimentos e que só pode ser percebida nas narrativas referentes à pessoa, tempo, espaço, e como elas estão articuladas às condições de produção dos acontecimentos discursivos.

Todo discurso cristaliza um determinado fato social e confere a ele um "contrato de leitura". Esse contrato, podendo referir-se a uma notícia jornalística ou a uma narrativa histórica, é formulado por Fausto Neto (2007, p.4) que o significa como "um conjunto de normas e prescrições que se impõem como condições de interpretação de texto". Dessa forma, é possível afirmar que as regras de produção de um discurso estabelecem qual o tipo de contrato de leitura e, exatamente por isso, devem ser analisadas "à luz do momento histórico em que o discurso foi produzido" (SAID, 2014, p.89).

As questões levantadas acerca da historicidade flertam com os apontamentos debatidos sobre uma metodologia teórica de análise discursiva, em que a produção de sentido está no entrecruzamento situacional, que leva em conta os aspectos do contexto sociocultural e dos aspectos profissionais, com a dimensão do discurso (regras de produção). Com isso, o contexto social sempre irá revelar as condições de produção desse discurso que, por assim constituir-se, faz com que a análise também evidencie aspectos de natureza contextual que antes não se revelavam ao pesquisador.

Além de elementos existentes no âmbito social e ideológico, ao falar-se em discurso é preciso considerar a influência histórica que o constitui, uma vez que os discursos movem-se com as transformações sociais e políticas que integram a vida humana. Assim, a língua materializada ganha forma “linguístico-histórica” e coloca o discurso como objeto passivo de uma análise que evidencia sentidos. Este lugar histórico-social no qual os sujeitos discursivos se encontram, produzindo determinadas formações discursivas, envolve contextos e situações que intervêm a título de condições de produção.

É à história, também relacionada à tríade que orienta os estudos da Análise do Discurso, que recorreremos na busca por explicitar os processos socioideológicos que integram os diferentes discursos, onde se revelam conflitos decorrentes de diferentes espaços de enunciação e de lugares assumidos por grupos heterogêneos da organização social. A mudança de sujeitos em cena ou de suas transformações na linha do tempo implica mudanças no espaço social que geram diferentes vozes ideológicas e constroem diferentes rumos na história. Segundo Fernandes (2008), o retorno aos aparatos teóricos fora do campo linguístico, como a materialidade histórica, é previsto pela Análise do Discurso, pois ao fechar-se em um estudo somente linguístico, o analista deixaria escapar explicações que o ajudam a compreender o funcionamento do discurso em seu interior:

[...] a transdisciplinaridade constitutiva da Análise de Discurso deve-se a problemas encontrados no seio da linguagem. Trata-se, por um lado, de questões de linguagem que não encontram em outros campos da Lingüística possibilidades de interpretação, cujas explicações remetem-nos às teorias do materialismo histórico [...]; e por outro lado, de uma possibilidade de leitura e interpretação de toda e qualquer materialidade lingüística, tendo em vista a natureza essencialmente ideológica do signo, que nega a imanência do significado e aponta uma possível crise da lingüística imanente [...] (FERNANDES, 2008, p.60)

Considerar a necessidade de abertura para outros campos, nos estudos discursivos, torna a noção de história fundamental, uma vez que sujeitos são, conforme já citado, percebidos como históricos. A fala desses sujeitos se apresenta como um recorte⁵⁷ das representações de um tempo histórico e de um espaço social, que, além de constituir-se em relação aos discursos do outro⁵⁸, envolve discursos historicamente

⁵⁷ Desses recortes representativos surgem os espaços discursivos, formados de acordo com a intenção da pesquisa e expostos quando o analista carrega consigo um conhecimento histórico que o permita levantar hipóteses.

⁵⁸ Conforme formulações de Authier-Revuz (1982), um locutor sempre inscreve em seu discurso as palavras de outro, mesmo que não haja interrupção do fio discursivo. Isso é revelado pela utilização de

demarcados. Assim, concebemos o sentido como algo produzido historicamente, que tem efeito entre locutores posicionados em diferentes perspectivas. A noção da memória discursiva também ganha espaço e contribui para explicitar as relações dadas em uma formação discursiva, que se move no tempo:

A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os pagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos [...] (BRANDÃO, 2002, p.79).

Os efeitos dessa memória, considerada como possibilidade de preenchimento da “superfície discursiva”, com elementos retomados do passado e reutilizados, cria consistência no interior de uma rede de formulações. Assim, percebemos a repetição ou o apagamento do discurso. Conforme Foucault (2005), essa concepção emerge pelo fato de o enunciado ser um “acontecimento estranho”; primeiramente porque está ligado a uma articulação das palavras, ao mesmo tempo em que abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória ou materialidade de qualquer forma de registro. Ademais:

[...] porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas à situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e seguindo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem, (FOUCAULT, 2005, p.31-32).

Para Bonsanto (2014, p.27-28), interpretar o passado, onde se encontram os rastros memoriais, é fundamental para balizar um processo de interpretação marcado pela contradição⁵⁹, outra característica presente nos sujeitos discursivos. Ao fazer emergir a memória que constitui os discursos, é possível perceber como, muitas vezes, ele passa de uma representação para o estatuto de verdade. Memória, portanto, é o lugar onde a história cresce e se alimenta, em uma relação de incompletude e conflito entre passado e presente.

aspas, itálico, entonação específica ou remissão a um outro discurso. Há ainda formas mais complexas dessa remissão, como discurso indireto livre, ironia, antífrase, alusão, imitação, etc. (BRANDÃO, 2002).

⁵⁹ Para Foucault (2005, p.170) “a contradição do discurso é a ilusão de uma unidade que se oculta ou é ocultada pelo sujeito, mas que, por estar além de seu controle, o faz mudar, se metamorfosear, escapar de si mesmo em sua própria continuidade”. Ela funciona, então, como “princípio de sua historicidade”.

Nos campos semânticos construídos, a experiência pode ser objetivada, conservada e acumulada. Berger e Luckmann (1998, p.62) percebem essa acumulação seletiva em sua essência, que determina o que será retido e o que será esquecido: “Em virtude desta acumulação constitui-se um acervo social de conhecimento que é transmitido de uma geração a outra e utilizável pelo indivíduo na vida cotidiana”. Depois de perceber aquilo que é acumulado ou esquecido, e que se perpetua na história como realidade, o que se vê é um “acervo de conhecimento” legitimado, raramente questionado e que sofre a influência dos discursos que são produzidos, para criar e manter seu valor. Com isso, tem-se uma realidade que constitui e é constituída, também, pelos discursos. Este último, no entanto, cria um *outro* real, o discursivo, em um processo de constante significação.

Falar em construção do Real no discurso não significa assumir necessariamente uma posição idealista; não significa negar a existência de determinações de certos níveis do social sobre outros. Significa simplesmente negar qualquer tipo de separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. É só uma forma de enfatizar que não existe uma realidade prévia a algum tipo de enunciação lingüística, uma vez que (repetindo) as duas instâncias - a material e a discursiva - são engendradas em um único e mesmo processo. (RIBEIRO, 2000, p.39)

O jornalismo, admitido e legitimado como um produtor de discursos, deve ser encarado e pesquisado, não somente pelos fatos que traz ao público, mas pela maneira ideológica como os evidencia, fazendo com que os sujeitos tomem consciência e o relatem a partir de certas posições. Este campo midiático é, por excelência, ideológico, em que “várias vozes disputam a hegemonia das representações” (RIBEIRO, 2000, p.42). No entanto, o discurso construído por cada veículo midiático, apesar de construir “realidades” diversas, apresenta um fundo comum de referência, necessária para conferir credibilidade e aceitação a estes canais (RIBEIRO, 2000, p.42).

Além de ideológico, o ato de lembrar ou não aquilo que é produzido pelo jornalismo também envolve questões de poder e identidade e é resultado de um processo complexo de reconstrução e reinterpretação coletivo. “Não há memórias completamente isoladas e fechadas, pois estas são sempre “apoiadas” pela constituição de um presente dinâmico e em constante reformulação” (BONSANTO, 2014, p.25).

Voltar o olhar para a produção discursiva sobre o golpe civil militar de 1964 do interior brasileiro, como pretende esta pesquisa, ajuda a revelar um processo de construção e interpretação histórica dada, também, a partir de uma memória compartilhada e retransmitida. A situação local pode ser percebida de forma ampliada,

uma vez que tem relação com a produção da grande imprensa da época. Suas implicações e, principalmente, o funcionamento da imprensa regional no período do golpe civil militar, tardam a ser exploradas:

As memórias sobre o regime militar no país, constituídas por tensões e alvo de intensos debates, evidenciam cada vez mais a importância de se pensar novas políticas de memória que problematizem de forma mais clara o passado. Políticas que são impulsionadas por um amplo debate acadêmico e historiográfico que vem se consolidando nos últimos anos, mas que de certa forma tardaram a aparecer, devido à dificuldade em se trabalhar com uma história do tempo presente e pela falta de documentação, ainda muitas vezes na posse de militares, que acabou por dificultar em um primeiro momento a ampliação destes debates na sociedade civil. (BONSANTO, 2014, p.39)

São muitas as dimensões a serem consideradas no estudo do discurso. Algumas foram abordadas aqui com o intuito de demonstrar as complexidades que acompanham o analista na busca por sentidos construídos através do discurso. Tais explorações reiteram quais escolhas teóricas e metodológicas cercam a pesquisa que objetiva compreender, por meio da Análise do Discurso, o processo de produção discursiva da imprensa do interior de União da Vitória e Porto União, durante 1964.

3.4.2 O SENTIDO SOCIAL DO JORNALISMO

Enquanto profissão, o jornalismo é uma prática repartida entre condicionamento e relativa autonomia, que gera poder de definição e construção de notícia e, por consequência, causa impactos na reprodução da realidade. A ampliação da difusão de informações, decorrente de seu desenvolvimento foi outro fator a fomentar debates sobre comunicação como um processo industrializado e institucionalizado, cercado por interesses públicos que buscam, em sua essência, promover o bem comum: "A empresa de comunicação e, particularmente, a jornalística, é um conjunto estruturado e planejado de atividades pessoais, meios econômicos e técnicos e relações comerciais para a preparação, trânsito e venda de seu produto, ao mesmo tempo bem e serviço prestado à coletividade" (BRANDÃO, 2002, p.32).

Entre essas definições conceituais concernidas ao jornalismo, a notícia aparece como produto final de seu processo de produção. Para Moloch e Lester (1999, p.34), elas são resultado da necessidade invariante de relatos do inobservado, da capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos *media*.

Na prática de promover acontecimentos, transformando-os em notícia, os jornalistas, assim como historiadores, sociólogos e analistas políticos, oferecem à

população uma vasta quantidade de ocorrências estruturadas e elaboradas por um sentido do “tempo público”⁶⁰. Compreende-se, então, a produção da notícia como um processo complexo que confere ao acontecimento um sentido dado em determinado momento pelo observador, (ALSINA, 2009, p.296). Mesmo sem refletir uma sociedade, a notícia ajuda a construí-la como fenômeno social compartilhado que, no processo da descoberta de um acontecimento, define e conforma o acontecimento.

Discutir o sentido do jornalismo implica levantar questionamentos sobre o conceito de notícia e percebe-las como construções resultantes de diversas interações entre os agentes sociais que, também, usam-nas como um recurso em prol das estratégias de comunicação. Nesse sentido, dois polos, que conferem positivities e negatividades à prática, são apontados. Traquina (2005) os define como polo ideológico e polo econômico. O polo ideológico é o positivo, que define o jornalismo como um serviço público. Aqui, a instituição age como guardiã defensora dos eventuais abusos de poder. O polo econômico é o negativo da questão, pois associa jornalismo ao lucro e a práticas sensacionalistas, fazendo da sua principal função a venda de um produto que “agarra” o público. Nesse lado, os valores associados à ideologia profissional ficam esquecidos:

[...] Tal como os jornalistas desenvolveram a sua ideologia profissional em consonância com a teoria democrática e inspirados por ela, concomitantemente, mesmo desde antes do século XIX, o jornalismo tem sido um negócio e as notícias uma mercadoria que tem alimentado e desenvolvimento de companhias altamente lucrativas. (TRAQUINA, 2005, p. 27)

No desenvolvimento deontológico do jornalismo, enquanto campo, a credibilidade e a objetividade, inseridas no polo ideológico, ganham destaque. A credibilidade é um valor essencial do jornalista, garantido por meio da sua independência autônoma, e a objetividade é a substituição de uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos estabelecidos pela comunidade jornalística: “Assim a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (TRAQUINA, 2005, p. 139).

⁶⁰ Segundo Franciscato (2003, p.285), o termo 'tempo público' é usado por autores para “pensar uma construção de relações sociais e simbólicas propagadoras de sentidos particulares de tempo”. Sua aplicação refere-se, principalmente, às experiências tidas em uma dimensão social ou cognitiva de indivíduos, grupos ou instituições que ingressam um espaço público de interações e trocas simbólicas.

Voltar-se para o jornalismo impresso de Porto União e União da Vitória, em 1964, pode levar-nos à observação de diversos fatos que determinaram um processo de produção divergente em sua formação discursiva, permeado de causas próprias que deram origem a construções e percepções diferentes sobre um mesmo evento.

As amizades políticas, a publicidade, o quadro funcional dos periódicos, bem como a atividade de colaboradores, o viés ideológico e religioso de seus diretores, além da formação e interação cultural dos jornalistas, ajudam na configuração dos fatores que, nesse momento, dividem-se em dois núcleos centrais: o ideológico e o econômico. As duas vertentes, que terão seu resultado final na produção do discurso, colaboram na compreensão da análise do objeto e, por meio da conceituação de diversos autores, proporcionam uma reflexão mais profunda e complexa sobre o campo jornalístico enquanto ferramenta que não apenas “cumpre sua missão”, ao disseminar ideias, mas que colabora para a construção de uma realidade dominante.

Mesmo que pretenda referir-se aos jornais brasileiros do final do século XIX, Barbosa (2010) descreve uma prática que se prolongou na história do jornalismo e que pode ser observada em períodos diferentes:

Ao mesmo tempo que materializam o Estado, tornando pública as suas simbologias e ideologia política, esses periódicos, ao narrar ações, criam contextos para a sua descrição, referenciando convenções que passam a ser interpretadas de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social, (BARBOSA, 2010, p.180).

A autora observa, em seu recorte temporal (1800 e 1900), um jornalismo que atua como força dirigente superior, um estado maior intelectual do partido orgânico que se conecta a determinados grupos em função de objetivos específicos. Assim, desempenha função política, juntamente com função propagandista, policial e de influência moral e cultural, igual a um “partido” (2010, p.182).

Para Gramsci (1991, p.196), que defende a formação profissional, as funções exercidas pelo jornalismo deveriam ser equiparadas às funções da vida administrativa, no sentido organizacional e de exigência. Esse ponto de vista determina a articulação das escolas de jornalismo, caso pretendam que a profissão “saia do estado primitivo e diletante em que hoje se encontra” para tornam-se “qualificada e possuidora de uma completa independência”. Somente assim, com preparo técnico e intelectual guiado para isso, o jornal estaria em condições de oferecer ao público informações e julgamentos desvinculados de interesses particulares.

As nuances evidenciadas por Barbosa (2010, p. 183) remetem à imprensa o papel de mediatizar ações e decodificar simbolismos de um grupo dominante, buscando divulgar e, principalmente, atingir o “consenso espontâneo”. A partir disso, o jornalista, enquanto elemento responsável por esta articulação intelectual, “ganha notoriedade não apenas em função do poder simbólico que desempenha, mas do poder de fato que detém”. É na luta pela imposição de uma visão legítima do mundo social que os jornalistas detêm um poder que é proporcional ao seu capital, ou seja, pela razão direta do reconhecimento que recebem de seu próprio grupo. E é na capacidade de tornar o real explícito, público, visível e oficial que se constitui o consenso do próprio grupo.

É dessa variedade de relações que surge a evidência do poder discursivo: uma simbiose entre o sistema simbólico da língua e da produção do discurso no sentido teórico do poder. Para Barbosa (2010), o poder da palavra está não somente em quem a detém, mas também na forma com que ela é explicitada. Com isso, jornalistas passam a atores que tornam públicos e revelados certas palavras e certos sistemas de codificação. Essa prática, entretanto, necessita percepção ampliada e uso de sinais próprios:

Considerando que as relações dependem do que foi acumulado material ou simbolicamente pelos agentes envolvidos, é preciso ainda perceber que está em jogo não somente a participação efetiva no campo político, mas o uso de uma categoria particular de sinais e, deste modo, da visão e do sentido do mundo social (BARBOSA, 2010, p.193).

Leva-se em consideração, ainda, a disputa que existe entre jornais, mesmo quando ocupam um campo de atuação semelhante. O desejo de “participar do jogo político” e conquistar audiência coloca-os em oposições e rivalidades que devem ser vistas como disputa de poder. O que entra em jogo, nesses momentos, é a outorga do papel privilegiado de “porta-vozes dos grupos dominantes”. Uma efetiva disputa pelo papel de estruturar e centralizar tais visões. Junto a isso, outro aspecto também pode estar presente: o da legitimação de uma autoidentidade construída. No final, o que se verifica é “uma luta de e pelo poder”:

Participando efetivamente das artimanhas do poder, os elementos desse grupo – em que se inserem os dirigentes e os jornalistas de maneira mais ampla – colocam-se na função explícita de comandar diretamente os outros membros da sociedade, não do ponto de vista econômico, mas politicamente. O papel quase que natural do jornalista é orientar, educar, formar o público e recebe essa tarefa por delegação dos grupos dominantes. (BARBOSA, 2010, p. 196)

O potencial poder do jornalista, perante a construção da realidade, está nas escolhas que faz e nas relações que fortalece com agentes internos e externos ao campo. As diversas forças que atravessam sua produção profissional e sua formação cultural e ideológica ficam refletidas no produto final do jornalista, expressas em palavras publicadas e discursos constituídos. Assim, o jornalista detém, não somente a legitimidade para “contar” a verdade, mas pode influenciar na orientação da existência ou do esquecimento de determinados acontecimentos.

É na seleção dos fatos, no lançamento de outros ao esquecimento, na escolha de uma narrativa e na definição do lugar que aquele texto vai ocupar em uma página, que o jornalista dirige um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantendo essencialmente uma dialética de lembrança e esquecimento. Esta seletividade exercida pelo jornalismo é, também, um aspecto que traz relativa autonomia ao profissional.

Mesmo que esteja o jornalista esteja subordinado, muitas vezes, a uma relação de patrão-empregado e ao dever de publicar informações de determinadas instituições de poder, Hall et. al (1999) crê na existência de um conjunto de imperativos estruturais, utilizados para que as notícias não sejam transformadas em mera reprodução ideológica. Entretanto, é no exercício da seleção que os *media* impõem seus próprios critérios nas "matérias-primas" estruturadas, apropriando e transformando-as ativamente. É nesse momento que a personalidade social particular de cada jornal assume o trabalho de transformação:

[...] Como cada jornal tem um enquadramento organizacional específico, um sentido noticioso e os leitores, assim também cada um desenvolverá um *modo de discurso* regular e característico. Isto significa que o mesmo tópico, fontes e estruturas inferenciais aparecerão diferentemente mesmo em jornais com uma perspectiva semelhante, uma vez que as diferentes retóricas de discurso terão efeito importante em modificar o item original. (HALL et. al, 1999, p.232)

É interessante perceber que a reprodução de uma perspectiva oficial dentro do jornalismo não se torna fiel, mas carrega traços e espalha suas significações. A transformação, ou a tradução das informações para um idioma público, divide-se entre elementos particulares que são provenientes do processo de produção jornalístico com a disponibilização aos "não iniciados" a certos assuntos, dando-lhes força popular e ressonância, "naturalizando-os dentro do horizonte de compreensão dos vários públicos" (HALL et. al, 1999). Dessa maneira, prevalece entre os *media* a tendência de traduzir as

informações de conotações dominantes, com perspectivas consensuais, para uma linguagem pública.

Mais uma vez, retomamos a problemática proposta pela pesquisa: de que forma os jornais impressos do interior do Paraná e de Santa Catarina promoveram, em 1964, o acontecimento de 31 de março? Suas publicações revelavam tendências dominantes e oficiais? Qual era a autonomia que essa imprensa tinha para tratar tais assuntos e como isso foi possível? A análise discursiva do *corpus* selecionado para este estudo busca responder tais questões.

4 ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO GOLPE NOS JORNAIS *O COMÉRCIO* E *CAIÇARA*

Este capítulo dedica-se à análise de alguns discursos construídos pela imprensa de Porto União e União da Vitória no ano de 1964. A escolha por trabalhar com ambos os jornais, *O Comércio* e *Caiçara*, e categorizá-los nas mesmas temáticas é dada pela disparidade quantitativa de publicações durante o ano em questão, mas, principalmente, por apresentarem discursos que se assemelham, se entrecruzam e, em certa medida, fazem parte das mesmas formações discursivas. Assim, entende-se que é possível trabalhar a análise de seus discursos de forma conjunta. Entretanto, é tomado o cuidado de manter suas especificidades, a partir de explicações pontuais que ajudam a compreender o processo de produção de determinadas construções discursivas.

Para esta etapa, foi realizado um recorte que contempla 135 materiais coletados do jornal *O Comércio* e 41 do jornal *Caiçara*. Entre eles, crônicas, notícias locais, textos de cunho poético, entre outros, que fizeram referência ao cenário político brasileiro da época. A partir de então, os *press releases* foram descartados, pois foi dada preferência em verificar o discurso produzido pelos próprios jornais e não a reprodução que faziam de outros veículos. De forma equilibrada, que contempla publicações dos dois jornais, chegou-se ao número de 26 unidades a serem analisadas, e que estão distribuídas nos três subcapítulos a seguir.

A decisão de excluir grande parte do universo discursivo coletado foi necessária pela grande quantidade de material disponível e tempo limitado para a finalização desta pesquisa. Entretanto, foi feita a leitura de todo o material produzido no ano de 1964, pelos dois jornais, para que fosse possível trazer recortes que demonstram as formações discursivas dos periódicos sem comprometer, no entanto, com a solidez do material empírico da pesquisa proposta.

Serão trabalhadas três categorias de análise: o nacionalismo, o anticomunismo e a religiosidade, temáticas que demonstram profunda conexão neste período. A decisão por tais categorias temáticas se deve ao número de material produzido pelos jornais em 1964 que evocam sentidos de valorização de uma nação que ascende à ordem e ao desenvolvimento; de um sentimento de combate ao regime comunista ou, ainda; ao apelo ao setor religioso, seja para explicar ou para pedir, metafisicamente, a concessão de “discernimento” à humanidade diante de tamanha dificuldade política. Muitos textos apresentados carregam mais de um tema, como será possível observar, porém, mesmo

encaixados em uma categoria principal, devem ser entendidos e valorizados dentro de um campo amplificado de signos.

Outro aspecto comum aos dois jornais escolhidos é a grande quantidade de produções provenientes de colaborações. Apesar de existirem produções jornalísticas que se enquadram como notícia, a frequência desta categoria é esparsa para constituir, sozinha, o quadro de análises. Dessa forma, foram exploradas as contribuições feitas aos jornais por colaboradores, diretores e comentaristas no formato de colunas, textos opinativos, comentários e poemas sobre o assunto em questão. Com isso, é possível tomar conhecimento do conteúdo que constituiu as páginas da imprensa de Porto União e União da Vitória em 1964, bem como desvelar os sentidos que estas produções evocavam nesta localidade.

4.3 O NACIONALISMO

Os jornais escolhidos para análise apresentam determinadas formações discursivas que se sobressaem durante o ano de 1964 no que diz respeito ao golpe civil militar, principalmente pela sua repetição. Entre elas está o discurso nacionalista, um conceito amparado pelo "espírito antropológico" de comunidade política imaginada, intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana (ANDERSON, 2009, p.32), envolto pelo orgulho de pertencer a uma pátria organizada, segura e “democrática”. Parte da produção dos discursos encontrados posicionou-se a favor da implantação de um sistema político ideológico que garantiu a soberania militar e o prolongamento de uma ditadura. Nesse sentido, o nacionalismo permeou os periódicos de várias formas, seja na cobertura local, na publicação de *press releases* ou de campanhas nacionalistas, conforme será apresentado adiante.

De acordo com Woitowicz (2014, p.120), a análise das significações sociais que atravessam os discursos jornalísticos deve ser não somente considerada, mas relacionada com o pensamento sociocultural da época, visto que o exercício de influência entre eles é constante. Com isso, o nacionalismo evidente em grande parte da imprensa brasileira do século XX torna-se tema de importância, pois constrói um conjunto de ideias e promove a projeção simbólica da nação enaltecida, em que o “[...] espírito nacional passa a ser visto [...] como fonte de valores e de conduta, abrindo

espaço para uma visão hierarquizada dos indivíduos e uma determinada ordenação do mundo político e social dominante”.

No Brasil, o nacionalismo esteve presente em diversos momentos e pode ser observado, primeiramente, quando se tornou reforço para as estruturas de um Estado começarem a favorecer o surgimento de um capitalismo industrial no país. Com isso, o Estado ampliou sua intervenção e trouxe transformações na sociedade, enquanto o exército, um dos ramos do aparelho estatal, desempenhou um papel determinante e transformou-se em aparelho ideológico:

O nacionalismo foi, em uma certa fase, a expressão de um pacto político do conjunto de classes dominantes, pacto este que fundava um regime abertamente ditatorial e antipopular. E foi, em uma outra fase, a articulação, ao nível ideológico, de forças que se batiam pela democracia. Em nome do nacionalismo, apelou-se, com sucesso, numa fase, a uma formidável participação do capital estrangeiro na economia brasileira e, numa outra fase, combateu-se, também em nome do nacionalismo, a dominação imperialista, ainda que sem desvendar as formas concretas que revestiam tal dominação. (ALMEIDA, 1984, p. 31).

Por meio da análise desses discursos nacionalistas, é possível produzir evidências e colocar os sujeitos na relação imaginária com as condições naturais de existência. Materialmente, como foi explorado no capítulo anterior, a ideologia está conectada ao inconsciente, uma vez que o discurso produz sentido determinado pelos sujeitos e pela história. É pela interpretação que percebemos os traços dessa relação da língua com o mundo exterior, e de que modo ela se produz.

No texto opinativo do jornal *O Comércio*, intitulado “Legalidade, Democracia e Bagunça”, do colaborador Alfredo Alberto, que também foi radialista da Rádio União, publicado na semana que antecede o golpe, em 22 de março de 1964, veem-se rastros de um viés nacionalista que se tornou constante nas publicações da folha. Esta publicação, em especial, representa uma singularidade do jornal, que permitiu um debate político em que as figuras de João Goulart e de Leonel Brizola, por exemplo, são vistas de forma positiva:

O caldeirão político do país está fervendo. O clima dia a dia mais se torna perigoso, pela teimosia de alguns dos nossos ilustres líderes que fazem do povo méro instrumento para as suas paixões e extremismos.

Os últimos acontecimentos de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, pintaram com cores téticas o mapa nacional, tarjando-o com uma humilhação vergonhosa, nada compatível com uma Nação que se diz democrática, mas que prova sua democracia somente para um lado, chegando a dar o direito da palavra para uns e coibindo o de outros.

Temos acompanhado as andanças democráticas do governador guanabarinense Carlos Lacerda e a educação do povo gaúcho, paulista, mineiro e paranaense

ao recebê-lo. Democraticamente o povo sai às ruas para receber um governante, um ilustre homem público que expressa às vezes raivosamente seu ponto de vista e ataca rudemente aos seus opositores, procurando, dentro dos direitos sagrados da democracia, jogar o Exmo. Sr. Presidente da República contra o povo e vice-versa. Nada se poderá fazer e serei radicalmente contrário que algo se faça, para coibir a palavra do emérito orador e jornalista, hoje líder udenista depois de rápida passagem pelo comunismo. Errar é humano, Lacerda errou, provando uma faceta boa de sua vida. Também é humano!

[...]

Nessa hora de definições, urge que nosso povo saiba a verdade dos acontecimentos. Veja a democracia imperando em toda a sua plenitude para os opositores do sr. João Goulart e os homens ligados ao governo sendo tolhidos até em seu sagrado direito de ir e vir.

Desde há muito sabíamos que a legalidade da Constituição foi defendida ardorosamente pelo ex-governador gaúcho Brizola. Sabíamos também que o regime democrático vem sendo defendido heróicamente pelo Presidente Goulart. Resta saber agora quem prega a bagunça, maior alicerce para o soerguimento do comunismo. Se são os falsos democratas, os maus sacerdotes, os industriais da mentira e do achincalhe da honra alheia ou aqueles que possuindo todos os poderes, deles não fazem uso contra o povo nem mesmo contra os seus fidalgaos inimigos. Pelo contrario, saem às ruas ao lado do povo, comparecem junto às massas para atender-las em suas mais justas reivindicações, provando que ninguém governa sem apoio do povo que é o sustentáculo moral de qualquer regime. (O COMÉRCIO, 22/03/1964)

A crítica feita aos fatos que trouxeram humilhação e vergonha a uma nação “dita democrática” são, segundo o autor do texto, reflexos de interesses extremistas, defendidos e movidos por paixão, mas também forjados pelo erro humano, cometido por pessoas como o líder udenista Carlos Lacerda, quando flertou, em outra conjuntura política, com o comunismo.

Depois de apontar Lacerda como figura política bem quista pelo povo brasileiro, o autor significa João Goulart de forma semelhante, ao citar que, apesar de suas “más” escolhas, é um ilustre homem político, que “desempenhou atos heroicos por seu país”. Leonel Brizola, deputado estadual e líder da resistência ao golpe, segue a mesma significação positiva, ao ser compreendido como um patriota que teve papel importante na legalidade da República brasileira e da sua Constituição. Ao culpar os rumos políticos do país, o autor relativiza a responsabilidade do Presidente João Goulart, convencido de que o avanço do comunismo, que vinha gerando tamanha “bagunça” no Brasil, foi efetivado por “falsos democratas”, que com o poder em mãos passaram a tolher direitos como o de ir e vir e o da comunicação, até mesmo para o atual presidente. Pautado em um ambiente democrático, é também evidenciado o dever de trazer a verdade ao povo, mostrando-o onde estão os inimigos desse regime. É latente a presença de “culpados” pela situação política, entretanto não se expressa de forma clara quem seriam estes sujeitos. Salvo o governo federal, os “falsos democratas” são os

responsáveis pelo desenvolvimento do sistema comunista que avança no Brasil. Este avanço seria feito de forma sutil e despercebida, uma vez que os “maus sacerdotes” saem às ruas ao lado daqueles que defendem a insurgência de um golpe.

De acordo com Almeida (1984, p.43), duas forças-ideias do nacionalismo populista brasileiro permearam todos seus momentos de manifestação: 1ª) a insistência, sob variadas formas, em visualizar uma nação incipiente, incompleta e carente de identidade própria, que a colocou em uma situação delicada; 2ª) a necessidade de um “Estado forte”, que fosse dotado de meios adequados para formar uma comunidade nacional e enfrentar agentes que ameaçavam essa nacionalidade e impediriam sua marcha rumo à emancipação. É possível observar ambas as tendências de pensamento nos registros da imprensa que foram examinados durante esta pesquisa. A partir de uma visão mais crítica, são explorados os sentidos de uma nação imatura e ignorante, que necessita direcionamento e proteção; e por outro lado, surgem construções de sentido sobre “defesa”, “inimigo”, “apoio” e “luta”.

Outra publicação que chama atenção é assinada pela colaboradora e colunista Lêda Barcellos, registrada no jornal *O Comércio*, no dia 29 de março de 1964, com o título “Povo e Presidente”. Assim como a anterior, esta é uma das poucas publicações que foge à grande maioria, por reconhecer, nas ações do Presidente João Goulart, formas de um avanço democrático. Os ideais contidos no texto, entretanto, não descaracterizam um discurso nacionalista, que busca propor políticas alinhadas aos interesses da nação organizada e independente:

Liberdade, ordem e democracia consagram sexta-feira 13. Oportunidade em que brasileiros autênticos aplaudiram os oradores do insuperável **Comício das Reformas**, no Estado da Guanabara.

Foi a grande festa do povo, para esclarecimento cordial e franco, nas palavras do principal orador: Dr. João Goulart.

Há quanto tempo, nós, os defensores da democracia, sonhávamos com esta aproximação: **Povo e Presidente**. E agora, como um raio de liberdade, consentimos que o nosso pensamento vislumbre e glorifique a esperança de um povo, no seu chefe Supremo. Porque a liberdade consagrou-se. Porque a ordem e a democracia consagraram-se, para bem do povo, porque nada existe acima de uma grande Nação Independente ou, acima do povo.

[...] Compreendamos o sentido do apelo da Evolução Social, transformando-nos em lutadores em prol da Causa e do bem Social. O Governo necessita de colaboração, da nossa colaboração para realizar sua magna obra em favor das massas populares. O Presidente João Goulart luta pela democracia, pela liberdade do povo, pela concretização das Reformas, que só virão beneficiar a Pátria. Ajudemos nessa luta, para que o **amanhã**, tornando-se o **hoje** da libertação, vibre em cada hino cívico de notas ardentes em ascensão.

E, reformando, renovando, tenhamos em mente a vitória estrondosa do **Povo** e do **Presidente** na memorável **sexta-feira 13**. Comício em que, a aurora da liberdade personificou-se na figura do Presidente João Goulart,

proporcionando ao povo um encontro marcante, para uma página **Ouro** da História do Brasil. (O COMÉRCIO, 29/03/1964)

O texto tem como tema central o Comício das Reformas, evento que aconteceu na Central do Brasil, Rio de Janeiro, dia 13 de março de 1964. Durante o comício, João Goulart garantiu que asseguraria absoluta liberdade ao povo brasileiro, pediu a compreensão das forças militares e indicou seus primeiros movimentos para uma possível Reforma de Bases. As propostas apresentadas por Goulart, bem como sua própria figura, que é citada no texto como personificação da “aurora da liberdade”, são compreendidas como aproximação positiva entre Governo e população⁶¹. Esta população, chamada de “defensora” da democracia e lutadora, estaria ávida por um gesto de esperança e renovação à Pátria. Mas, mesmo que já tenho sido iniciado um movimento transformador, como foi o Comício, a autora incita a necessidade de colaboração por parte da massa popular para que uma “obra magna”, de um amanhã libertador, seja realizada. João Goulart é, então, significado como libertador, que, ao propor diálogo com a população que assistiu seu Comício, construiu uma história importante para o país.

Dentre todo o material coletado, as duas experiências discursivas anteriormente citadas constroem a figura de João Goulart como um político capaz de “fornecer melhorias ao Brasil”; o que será negado em seguida. Esse efeito de contradição, encontrado com frequência no interior dos jornais, revela, não somente a construção de uma realidade feita de forma colaborativa (jornalistas, colaboradores, editores, etc.), que objetiva pluralidade de vozes, e que, por este motivo, traz discursivos alternativos entre si; mas também algo comum nas formações discursivas. Mesmo ao intentar homogeneidade, contradições ideológicas estão presentes no interior da “unidade” dos conjuntos discursivos, conforme foi abordado no capítulo anterior, causando contradições. Assim, é reforçada a hipótese de que o campo discursivo é uma disputa que busca, há todo momento, constituir e significar o mundo por meio de discursos que nem sempre são condizentes entre si. No caso do jornalismo, o cotidiano marcado por tensões e disputas sociais impacta a produção de cada novo discurso.

A publicação analisada em seguida foi veiculada após a instauração do golpe de 31 de março, na edição de 5 de abril do jornal *O Comércio*. Intitulada “Com a deposição

⁶¹ Segundo Sá Motta (2000, p.290), João Goulart era o líder da ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro e um dos principais responsáveis pela transformação do partido getulista. Sua presença no governo brasileiro levava conservadores a sentirem insegurança pela “infiltração” comunista.

de Goulart o Brasil restabelece as liberdades democráticas”, o texto opinativo sem assinatura ganha destaque na capa do periódico e é acompanhado de uma fotografia em que desfilam alguns militares. Desde o início, o tom discursivo utilizado pelo autor ou autora representa um alívio resultante da mudança trazida pelos militares, em 31 de março de 1964, a um Brasil em crise. Palavras como “liberdade”, “democracia” e “independência” se opõem às palavras como “crise”, “caos” e “bolchevismo”, polarizando ideologias e demarcando posições:

[...] De tôdas as crises político-militares por que temos atravessado ultimamente, nenhuma delas foi tão grave como a de 31 de março passado, como estava em jôgo a sorte do Brasil: ou continuaria no poder de João Goulart e nós teríamos que acenar a mão para o bolchevismo, ou seria deposto o sr. João Goulart para que pudessem ser rigoradas as liberdades democráticas neste País, que todos nós temos absoluta certeza é essencialmente democrata, pelo seu passado glorioso e pelas suas tradições imperecíveis.

Nesse episódio mais dramático da nacionalidade brasileira, quando pensávamos que o caos tinha tomado conta da Pátria, eis que surgem eminentes brasileiros: Governador Magalhães Pinto, General Mourão Filho, Governador Adhemar de Barros e General Amaury Kruehl e tantos outros valorosos patriotas que, num verdadeiro brado de independência disseram em alto e bom som: BASTA! Sim, basta de solapamento da estrutura básica da liberdade democrática de nosso Povo, herança que recebemos de nossos heróicos antepassados, o legado precioso que devemos entregar sem máculas a nossos descendentes [...]. (O COMÉRCIO, 31/03/1964)

A citação dos Generais Olympio Mourão Filho (participante ativo do Movimento Integralista e da instauração do golpe civil militar brasileiro de 1964) e Amaury Kruehl (chefe do Gabinete Militar da Presidência da República que mobilizou tropas do II Exército para sublevação militar no Estado de Guanabara), bem como dos Governadores José Magalhães Pinto (fundador e presidente da União Democrática Nacional, que governou o Estado de Minas Gerais entre 1961 e 1966) e Adhemar Pereira de Barros (governador de São Paulo entre 1963 a 1966; político, médico e empresário) servem para nomear aqueles que são considerados “verdadeiros patriotas”. Ressalta, ainda, o envolvimento desses sujeitos em um episódio dramático que quase alterou o passado democrático que o país havia construído até então.

Com o desenrolar dos dias, novos eventos aconteceram e passaram a pautar a imprensa dos grandes e pequenos centros. A “Marcha da Família com Deus pela liberdade”, que aconteceu em diversos lugares do Brasil, é um exemplo. Em São Paulo, a edição reuniu cerca de 200 mil pessoas com faixas (GASPARI, 2002). A mobilização realizada por muitos brasileiros e brasileiras foi encampada por setores empresariais,

religiosos e políticos do país e tomou as ruas para manifestar a busca por uma “liberdade democrática” através de valores tradicionais como de família e religião. Ainda na edição de 5 de abril de 1964 do jornal *O Comércio*, está feito um informe da marcha que seria realizada, também, em União da Vitória e Porto União, sob a coordenação do ex-prefeito:

Está sendo organizada pelo seu coordenador, ex-Prefeito Farid Guérios, como já havia feito anteriormente contra a vinda do ditador Tito, onde participaram naquela festa cívica cerca de 5.000 pessoas, a grande Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Em contacto com o coordenador desse movimento, soube a reportagem de “O Comércio” que o mesmo convocou os membros da referida Marcha para uma reunião nos auditórios da Rádio União, dia 3, a fim de todos os moradores de P. União da Vitória sem côr política nem religiosa, como uma Marcha da União da Democracia, que passará a denominar-se: Marcha da Família com Deus pela Vitória da Liberdade.

A Marcha se realiza-se hoje às 14 horas, e às 10 horas haverá missa e culto em todas as Igrejas e Templos religiosos locais. (O COMÉRCIO, 05/04/1964)

A notícia inicia com a lembrança de uma marcha anterior, que havia sido realizada um ano antes, contra a visita do Presidente iugoslavo, o comunista Josip Broz Tito, ao Brasil. O novo evento é, também, construído como uma festa cívica em comemoração à deflagração do golpe civil militar, considerada uma vitória. O convite é feito à população de forma geral, independente do credo ou de posicionamento político pessoal.

A série de manifestações que ocorreram em todo o país no ano de 1964, como forma de protestar contra a influência comunista que poderia expandir-se após o discurso do Presidente João Goulart no Comício das Reformas, teve início ainda no mês de março. Com a deposição do presidente, outras marchas foram organizadas, entretanto seu nome foi modificado com a adição de uma nova palavra: Marcha da União da Família com Deus pela **Vitória** da Liberdade. A mudança revela que, depois de conquistada a deposição de Goulart, era o momento de comemorar a vitória “democrática” com uma “celebração pública da nova ordem” (GASPARI, 2002).

Dentre os pilares que constituem o ideal do nacionalismo, e do discurso nacionalista encontrado no interior dos jornais analisados, está a exacerbação das forças armadas e de militares como homens valentes que, em benefício de sua pátria, doam suas vidas e lutam por um bem maior. Para estes sujeitos, a defesa da nação e da

unidade nacional deveria estar acima de qualquer coisa. Além disso, todos que não seguissem o mesmo pensamento eram considerados traidores:

Os inimigos revolucionários recebiam o pesado rótulo de impatriotas ou pior, traidores, ao passo que os combatentes anticomunistas eram aureolados com o distintivo de defensores da pátria. Além disso, já que a atividade comunista representava um risco à integridade do Brasil, não haveria por que ter contemplação: a repressão comandada pelas autoridades policiais estaria justificada pela gravidade do perigo. Não seria uma questão de defender os interesses de grupos, mas da pátria como um todo (SÁ MOTTA, 2000, p.56).

A próxima análise é do texto extraído da capa⁶² do jornal *O Comércio*, que busca homenagear os “bravos soldados” locais que estavam a postos quando precisaram lutar, no dia 1º de abril de 1964, em prol da democracia brasileira. Intitulada “No seu garbo varonil, em defesa do Brasil!”, a publicação de 12 de abril é produzida em nome do próprio jornal e apresenta-se como opinativa. Traz, ainda, a imagem de soldados desfilando. A homenagem ao 5º Batalhão de Engenharia e Combate de Porto União é evidente:

“O Comércio”, o maior e melhor registro da história de P. União da Vitória, fazendo justiça, como sempre o sabe fazer, rende hoje as suas justas homenagens à garbosa Tropa do 5º Batalhão de Engenharia que, nas conturbadas horas de 1º do corrente, quando o regime democrático estava periclitando pela sanha de comunistas a serviço de potências estrangeiras levantou-se intrépidamente e sob o Comando do ilustre Major Rubens Pedro Bom manteve-se vigilante, deslocando-se desta cidade para o Sul, fazendo seus bravos soldados verdadeira vanguarda para as Forças da Liberdade. Não ficará no anonimado êsse notável trabalho patriótico do 5º Batalhão de Engenharia, porque “O Comércio” está sempre vigilante para ressaltar o que de maior importância ocorre nas “Gêmeas do Iguaçu”. E evidenciando o trabalho notável do 5º Batalhão de Engenharia, através de seu Comando, Oficiais e Subalternos queremos, numa prova do maior reconhecimento, louvar a ação desassombrada dos heróicos Soldados de Caxias que, deixando seus lares, seus entes queridos, foram para a linha de frente defender a Democracia brasileira! Nossas homenagens aos valorosos Soldados do 5º BE que honram e dignificam a farda que também serviu ao imortal Duque de Caxias! (O COMERCIO, 12/4/1964)

No texto em questão, o jornal exalta seu papel como difusor de informações relevantes à população local e coloca-se como maior e melhor registro histórico das cidades de Porto União e União da Vitória. Com isso, usa adjetivos como “garbosa”, “verdadeira vanguarda”, “bravos” e “valorosos soldados” para construir um discurso que reforça o sentimento de gratidão às Forças Armadas, que fez com que o Brasil

⁶² Poucos textos que foram analisados nessa pesquisa foram capa do jornal, uma vez que são, em sua maioria, textos opinativos. Entretanto, alguns momentos os jornais deram maior destaque a um ou outro texto, o que configura um tipo de hierarquia no discurso, do ponto de vista jornalístico.

obtivesse conquista sobre a “sanha comunista”. A forma elogiosa de tratar o 5º Batalhão de Engenharia e Combate também colabora para cristalização do imaginário em que soldados são protetores de uma população ameaçada.

Os sentidos que constituem as formações discursivas, presentes nas publicações categorizadas pela temática “nacionalismo” buscam evidenciar o valor do militarismo no momento que o Brasil vive e exaltam o sentimento de pertencer a uma Pátria democrática e livre. Após 31 de março de 1964, a conquista desse ambiente é percebida pela imprensa local de União da Vitória e Porto União como esforço de soldados, generais, alguns governantes e verdadeiros democratas⁶³ que se esforçaram para livrar o país da ameaça de um sistema comunista. Em âmbito local, o 5º Batalhão de Engenharia e Combate de Porto União é citado e homenageado diversas vezes, como forma de reconhecimento de seu importante papel durante o período em que houve a tomada de poder por parte dos militares e a deposição do Presidente João Goulart.

Em "Ave, Democracia", texto publicado na coluna “Tópicos”, do jornal *Caiçara*, em maio de 1964, tais fatos são lembrados e o sentido de vitória é relacionado ao declínio dos “derrotados” da revolução:

Se por acaso nos quiséssemos impingir uma ditadura com a desculpa de se afastar de vez do país o janguismo, preferíamos, mesmo que pregássemos no deserto, combater o peleguismo, a corrupção, o comunismo, mas dentro da democracia. A melhor das ditaduras não se iguala à pior das democracias. Há aqueles que ainda almejam viver, sobreviver, padecer num regime totalitário, e para eles a melhor fórmula seria a de que Castelo Branco fôsse transformado num ditador. Dentro mesmo de Pôrto e União da Vitória conseguimos sentir que os derrotados na revolução, procuraram de certo modo, confundir o Serviço Secreto do Exército, sob o pretexto de que com os comunistas, têm que ir os ladrões e com os ladrões, outros que não sejam nem comunistas nem ladrões. A maturidade do exército foi notória, embora houvesse reação amistosa daqueles que foram denunciados pelos verdadeiros subversivos, pelos verdadeiros corruptos, pelos verdadeiros derrotados. E quem seriam os verdadeiros derrotados? Eis o enigma, diz a Esfinge: "ou me decifras ou deixarás de ser homem". Os derrotados, no conceito do homem da imprensa, que já conheceu o abuso do poder econômico, a agressão do poder peleguista, e a ofensiva do comunismo, são justamente os que devem sentar, vão sentar ou apenas poderão sentar no banco dos réus. São os comunistas, os filocomunistas, os agitadores, os corruptos e os oportunistas. Esse é o objetivo da revolução desencadeada no país. Não se deveria ser levado a sério um caso banal qualquer. Como não o foi. Em síntese as comissões de inquérito com sede no 5.º B. E. estiveram à altura do anseio do povo democrático. Nossas Forças Armadas não pendem, não oscilam entre esquerda e direita e delas está longe o pensamento de se implantar ou reimplantar a ditadura. Hoje podem pedir uma ditadura, justamente os elementos que já nada têm a perder no conceito social e político. Aquêles

⁶³ Neste momento, ser “democrata” significava, simplesmente, não ser comunista. Para Sá Motta (2000, p.63) a utilização do termo era uma licenciocidade conceitual conveniente, pois “permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos”.

grandes corruptos de sindicatos que nos ousavam tentar processar, requerendo à uma Magistratura pura, através de manobras impuras. O fim deve ser êsse: a punição dos verdadeiros culpados, porque caso contrário, diremos como Sócrates: "Só sei que nada sei". (CAIÇARA, 05/1964)

Desde o início do texto, o autor da coluna, René Augusto, explora o sentido da palavra “ditadura”. É interessante pontuar como a nomenclatura utilizada para tratar sobre o período que há pouco havia iniciado no país revela, também, posições ideológicas sobre o acontecimento. Usar o termo “ditadura” é relativo ao reconhecimento de que acabara de ser instaurado um regime ditatorial no Brasil. Entretanto, ele também foi usado para que os sujeitos se referissem a uma ditadura comunista que, aos poucos, poderia tomar conta de todo país. Utilizar o termo “movimento democrático” ou “revolucionário”, também evoca determinado sentido, ao significar a deposição de João Goulart como ato de revolução e mudança benigna. Como a utilização de tais nomeações está presente, tanto em discursos favoráveis, quanto em discursos contrários ao golpe, é necessário considerar o contexto em que as palavras estão postas e, muitas vezes, buscar na historicidade explicações que auxiliem o entendimento total das frases e das publicações em questão.

Nesse texto opinativo, o autor relata o abuso e a ofensiva sofrida pelos “homens da imprensa” por parte de comunistas pertencentes ao sindicalismo local e anuncia a necessidade de punir os “verdadeiros culpados” pelo pedido de processo firmado contra o jornal por formas “ilegais”. O motivo do processo não fica claro no texto, mas é rebatido com uma citação de Sócrates: “Só sei que nada sei”.

É importante pontuar não somente as ações desenvolvidas por seus membros com a chegada do golpe civil militar, mas também as consequências sofridas por muitos sindicatos durante o período. De acordo com Boito Jr., o sindicalismo brasileiro teve alterações desde 1964, mas foi a partir de 1968 que se tornou um sindicalismo de governo, pois seu controle interno ficou à mercê do Estado. Entretanto, apesar do controle rígido desencadeado após o Ato Institucional nº 5, percebe-se também uma série de resistências e disputas nos sindicatos operários, bem como no cotidiano dos trabalhadores (BOITO JR., 1991).

Assim como sindicatos, após a eclosão do golpe, diversos movimentos estiveram presentes nas ruas para manifestar apoio ao golpe civil militar, como foi a Marcha da União da Família com Deus pela Vitória da Liberdade, e ao trabalho do exército na vitória sobre o avanço comunista. Divididos em setores específicos, esses movimentos

representavam determinados grupos que tinham em comum a defesa de uma nação “democrática” e livre de sistemas considerados totalitários e malignos para o desenvolvimento e emancipação do país. Entre eles, esteve a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), movimento feminino católico, fundado em 1962, no Rio de Janeiro, que teve como propósito fazer oposição ao governo de João Goulart. Durante o período de 1964, o movimento teve ampla participação em campanhas anticomunistas, realizadas por meio de comícios e distribuição de panfletos à população. A notícia local que segue, publicada em junho de 1964, no jornal *O Comércio*, intitulada “Movimento de reabilitação econômico-financeira do Brasil: Benemérita campanha em P. União da Vitória”, teve como objetivo convidar a população local para uma grande reunião, onde seriam distribuídas tarefas para execução de ações da Campanha:

O País inteiro está empolgado com a grande campanha cívica para possibilitar a recuperação econômico-financeira de nossa Pátria, hoje assoberbada com vultosa dívida externa.

E como o laborioso Povo de P. União da Vitória sempre tem dito “presidente” nas horas mais dramáticas por que vem atravessando a Pátria comum, justo era neste monumental movimento também nossas cidades levantasse o seu brado patriótico para formar ao lado de milhares de outras cidades brasileiras que estão firmemente empenhadas nesta luta civico-patriota.

Iniciado o movimento pelo Prefeito Salustiano Costa Junior, Dr Roberto Cyro Corrêa e Dr. Vitor Buch Filho, que fizeram as primeiras articulações, recebeu logo de inicio êsse movimento integral apoio das autoridades de P. União e U. da Vitória, classes conservadoras e principalmente das Senhoras, já que o aludido movimento é patrocinado pela CAMDE “CAMPANHA DA MULHER PELA DEMOCRACIA” já se tendo realizado várias reuniões, ficando assim constituída a sua Comissão: Presidente de Honra, Profa. Clementina Lona Costa; Presidente, Sra. Adelaide Barbosa; vice-Presidente, Sra. Hilda Unterstell; Secretária, Profa. Astrogilda de Matos; 2ª. Secretária, Irmã Lamberciana; 1ª. Tesoureira, Sra. Norma Gaspari; 2ª. Tesoureira, Sra. Emília Bom; Vogais: Sra. Leonilda Uirich e Sra. Eli Scaramella.

A Comissão, segundo foi informada a reportagem de “O Comércio”, está em franca atividade, lançando a sua meritória tarefa de angariar donativos (ouro e dinheiro). Cujo trabalho está sendo muito bem compreendido pela população de U. Da Vitória e Pôrto União que está emprestando sua melhor colaboração para que a dedicada Sra. Adelaide Barbosa e demais Senhoras que compõem a abnegada Comissão possam conseguir o melhor êxito em tão meritória Campanha.

Segunda-feira, dia 22, às 20 horas, será realizada uma grande reunião no Clube Apolo, quando serão constituídas várias outras sub Comissões, necessárias à consecução da grande tarefa, para a qual reunião é solicitada a presença das senhoras, autoridades, representantes de classes e do Povo em geral, a fim de que P. União da Vitória se integre totalmente nesta Campanha de redenção nacional. (O COMÉRCIO, 21/6/1964)

Ao citar um contexto de “drama” brasileiro, o texto informativo busca apresentar a Comissão da Campanha que se estabeleceu em União da Vitória e Porto União com o

apoio de políticos e era constituída por mulheres da classe conservadora da região. Entre elas, estavam as mulheres de prefeitos e de empresários. Há, também, o apelo por donativos como ouro ou dinheiro para que o grupo possa prosseguir com suas ações benéficas - parte de uma Campanha de “redenção nacional”. Em seguida, é feita convocação para que a população compareça à reunião que será realizada para organização de novas tarefas.

Conforme apresentado no início deste capítulo, algumas publicações reúnem o ideal nacionalista, anticomunista e religioso ao mesmo tempo. O texto de cunho poético, endereçado ao então Presidente da República, Marechal Castello Branco, que foi produzido pela colaboradora Mimi de Figueiredo Pena, para o jornal *Caiçara*, é um exemplo. Intitulado “Ao dd. Presidente da República” e datado de agosto de 1964, o discurso busca homenagear, em forma de versos, a figura de Castello Branco, considerado grande patriota, e ofertar-lhe um “terço de Aparecida”, atividade simbólica tradicional da ritualística cristã, em que são entoadas orações em série. Ao citar tais orações, a autora relembra, também, que esta foi uma ferramenta importante durante a Marcha da União da Família com Deus pela Vitória da Liberdade. Pede ainda, a proteção do Governador brasileiro que salvou o país de um sistema comunista, e sua manutenção no poder:

Marechal Castelo Branco:
 aceite, mil vezes mil,
 de mão, meu apêto franco,
 Por ter salvado o Brasil,
 Com o seu patriotismo,
 Das garras do comunismo.
 Oferto-lhe, com prazer,
 Um têrço da Aparecida
 Que foi arma poderosa
 Na "Campanha Vitoriosa"
 Nossa Mãe Santa e querida,
 Que é a nossa Padroeira,
 Hoje e sempre proteger
 Queria a Pátria Brasileira,
 Com o Marechal no Poder!
 (CAIÇARA, 08/1964)

A inspiração poética está presente em grande parte das colaborações dos periódicos analisados. São textos que agregam opinião e, por vezes, trazem um apanhado sobre os acontecimentos que estão em pauta no país. Além disso, costumam remeter a outros discursos produzidos, como de escritores, poetas e figuras públicas. Esta prática, observada na construção discursiva, consolida uma das características dos

estudos de análise discursiva, no qual observa-se que todo discurso é permeado por outros discursos que, juntos, constituem um novo discurso carregado de ideias anteriores, já formuladas e testadas. A próxima análise encaixa-se nesse formato e apresenta novas maneiras de significar o momento político que acabara de ser iniciado no Brasil. Com o objetivo de comentar o Desfile de 7 de Setembro, ocorrido na cidade de Porto União, em 1964, Jocondino Godinho utiliza, em “Presidência do nosso Marechal Castelo Branco”, publicado em 13 de setembro, no jornal *O Comércio*, adjetivos como “belo sexo” para referir-se às estudantes e “mocidade que é força da vida”, para referir-se aos estudantes, e esportistas que estiveram presentes no evento.

O Brasil de hoje desfilando para o Brasil de amanhã, como vimos no ano passado, os meninos e as meninas de tôdas as Escolas e de todos os Ginásios; Sociedades esportivas, o belo sexo e a mocidade que é força e vida, que fala pelo coração; que traz a frente o beijo da esperança e no coração a febre da vida, como disse o poeta; os futuros professores, estadistas, generais e artistas e até mártires, com as professoras e donas de casa que trabalham no silêncio do lar, para engrandecer com o professorado o nosso Brasil de amanhã.

[...] Independência do nosso Brasil: 7 de setembro de 1964.

Estou ouvindo o rufar dos tambores e um belo desfile do Grupo Escolar e Ginásio, para o grande desfile do dia sete, com os nossos Soldados. E não pode haver brasão (sic) mais nobre do que trazer sobre o corpo essa farda gloriosa que vestiu Caxias, o grande Pacificador e Guardião, e tantos heróis da Pátria.

Há 112 anos, o sol da liberdade em raios fúlgidos, brilhando no céu da Pátria, o príncipe D. Pedro proclamava, no Ipiranga, a Independência do nosso Brasil [...].

Porto União, 1º de setembro de 1964. *Jocondino Godinho* (O COMÉRCIO, 13/9/1964)

A figura de jovens locais carrega o sentido de esperança e projeta um futuro onde se tornarão profissionais importantes para a nação. Ao mesmo tempo, o texto opinativo retoma o ideário no qual soldados são como heróis da Pátria, por carregarem o “nobre” brasão do Exército Brasileiro em suas fardas, da mesma forma que o fez Duque de Caxias e tantos outros homens considerados verdadeiros patriotas.

Além de publicações elogiosas e homenagens produzidas ao exército local, bem como a outros homens relacionados às Forças Militares, a análise produzida trouxe a percepção de determinados sentidos relativos ao modo de nomear o contexto político brasileiro como, por exemplo, “movimento democrático”, “movimento revolucionário”, “revolução brasileira”, etc. A próxima publicação da coluna “Tópicos” do jornal *Caiçara*, de novembro de 1964, segue a mesma formação discursiva, pois adjetiva o momento “revolucionário” como de “imortal beleza”. Entretanto, o teor do texto alterna seu padrão, pois, pela primeira vez, produz uma crítica, ainda que de forma branda e

sutil, às atitudes desenvolvidas pelo Tenente Ronaldo Cunha, na cidade de Porto União. Segundo René, autor do texto, Cunha excedeu seu zelo pela nação ao enquadrar um jornalista, que seria o próprio René, na Lei de Segurança Nacional:

Quando eclodiu a revolução brasileira de 31 de março, vimos nela um movimento de imortal beleza. Com o correr dos dias vimos que muitas ordens eram executadas com pouca responsabilidade, Nosso compromisso de identificar a revolução com o povo era sagrado e fizemos denúncias contra mastodontes que queriam impôr a lei da chibata ao pobre povo vitorioso.

O IPM do 5º Batalhão de Engenharia, sediado em Pôrto União levava a chancela de uma imparcialidade absoluta, digna do seu bravo comandante, então Major Rubens Pedro Bom. Mas, por questões de simpatias pelo arbítrio de outra autoridade, o jovial presidente do IPM dos crimes contra a ordem político-social, bem falante tenente Ronaldo Cunha, praticou aquilo que nós, carinhosamente, resolvemos chamar "excesso de zelo" pelo serviço prestado à nação: tentando enquadrar um jornalista na Lei de Segurança Nacional.

Respeitemos agora o ato e o fato mórmente porque o próprio tenente havia chegado a Pôrto União, dias após a revolução e não estava engrenado na máquina municipalista de Pôrto União e União da Vitória, desconhecendo totalmente seu "modus-vivendi" e seu "modus-operandi". Não podia ser êle, isto sim, um presidente de uma IPM, não que lhe falte capacidade, mas pelo pouco tempo de resistência que tinha entre nós. Por muito menos, muitos insólitos culpam a revolução. Nós não. Tais deslizes ou "excessos de zelo", deixamos por conta do imortal movimento revolucionário. (CAIÇARA, 11/1964)

Ao mesmo tempo em que tece elogios ao movimento militar e reafirma uma nomenclatura positiva à ditadura que acabara de ser imposta ao país, o discurso produzido pelo jornalista René Augusto demonstra insatisfação diante do tratamento que recebeu das Forças Militares locais. A atitude é justificada pela pouca convivência com o Tenente, que estava há pouco nos municípios de União da Vitória e Porto União. Com isso, o ato cometido por Cunha, considerado aquém do limite de sua autoridade, é significado como falta de conhecimento sobre o modo de vida e operação da região.

Os materiais analisados até aqui exemplificam a forma como o jornalismo opinativo e poético do interior de União da Vitória e Porto União construíram, ao longo de 1964, uma “verdade” sobre as mudanças vividas por brasileiros e brasileiras. Envoltas por um espírito de luta e nacionalismo, comum aos grandes veículos do país, a imprensa tratou de fortalecer positivamente a imagem do Exército local e nacional junto ao movimento iniciado, considerado por ambos os jornais “democrático” e “libertário”. As constantes intervenções das Forças Armadas no país ao longo de sua história fizeram emergir uma cultura militar brasileira em que o destino manifesto dos militares era motivado por uma formação profissional de que ao soldado compete a “missão

providencial de salvar a pátria”: “Assim, a intervenção dos militares na esfera política aparece como legítima e necessária para a preservação dos interesses maiores da nação: a ordem institucional” (BORGES, 2007, p.18).

Para dar continuidade à análise dos temas mais abordados pelos jornais, no âmbito da política nacional, durante o primeiro ano do golpe civil militar, o estudo pretende, no próximo subtítulo, explorar os enunciados que constituem as folhas, e entender qual o discurso utilizado para construir sentidos contra o regime comunista, bem como contra seus seguidores e simpatizantes.

4.4 O COMUNISTA COMO INIMIGO

Algumas vozes e visões contidas nos discursos produzidos pelos jornais que formam o *corpus* de análise deste estudo se tornaram, ao longo de 1964, frequentes. Na disputa por sentidos, elas são repetidamente enunciadas, o que colabora para reforçar um campo simbólico que projeta e constrói determinadas imagens. Assim, ambos os periódicos possuem formações discursivas que se sobressaem durante o ano em questão pela sua repetida publicação. Entre elas, está o discurso nacionalista, já explorado na primeira parte deste capítulo, envolto pelo orgulho de pertencer a uma pátria organizada, segura e “democrática”. Parte dessa produção discursiva posiciona-se a favor da implantação de um sistema político ideológico que garante a soberania militar e exalta a participação dos soldados, locais e nacionais, que lutaram pelo fim do avanço comunista no Brasil. O medo deste avanço, que tomou grandes proporções nas décadas de 50 e 60, já havia sido uma ameaça em outras décadas. Desde a Revolução Russa de 1917 e década de 30, com o aumento na adesão ao Partido Comunista Brasileiro e, mais tarde, com a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935, o pensamento brasileiro sobre o comunismo formou-se e se cristalizou de forma negativa (SÁ MOTTA, 2000).

Em 1960, este imaginário anticomunista ganhou força novamente, tornando-se um argumento político para deposição de João Goulart da Presidência da República, uma vez que era considerado simpatizante dos ideais comunistas que estavam surgindo em países da Europa oriental e com a ascensão dos bolcheviques na Rússia. Além disso, o político gaúcho demonstrava interesses em fazer acordos com países socialistas que não estavam alinhados ao Brasil. Tais indícios foram amplamente explorados pelos jornais do período, que tratavam a abertura política proposta por Jango como problemática para a democracia e a liberdade do país (SÁ MOTTA, 2000). Para Mariani (1998, p.74), a

forma como o discurso jornalístico significou a natureza das relações simbólicas que estão associadas e são evocadas à figura dos comunistas relaciona-se com uma memória já estabelecida sobre o “sujeito ocidental e sobre uma concepção de ética e de direitos humanos”. Dessa forma, adeptas e adeptos deste sistema carregam, desde então, diversas significações que foram fortalecidas ao longo de anos na história:

Os enunciados, portanto surgem na relação com as práticas sócio-históricas. Não se trata de um indivíduo isolado usando a língua, inventando enunciados antes inexistentes. É na historicidade, ie, na história enquanto modo de produzir sentidos, que se dá o aparecimento de um (ou vários) enunciado(s) constituindo o acontecimento sócio-histórico. Dai o seu aspecto de repetibilidade, sua característica de atuar em nível interdiscursivo. É isso não é transparente para o sujeito. (MARIANI, 1998, p.92)

Na identificação dos variados sentidos, expostos nas páginas dos jornais analisados, é possível perceber o potencial que estas informações carregaram, enquanto alimento para formação de opinião pública de seus leitores. Considerar o jornalismo como uma ferramenta que permite conhecer o mundo é considerar, também, a possibilidade de construir uma visão e opinião sobre este mundo, baseadas no consumo frequente destas fontes de informação.

Além de notícias e textos opinativos produzidos, em sua maioria, por colaboradores, a temática anticomunista ganhou outros espaços dentro dos jornais analisados. Ao lado de uma ideologia nacionalista, campanhas anticomunistas ressurgiram nesse momento em todo o Brasil. No interior do jornal *O Comércio*, os exemplos são muitos. Financiadas principalmente por setores religiosos (RODEGHERO, 2002), para disseminação de uma imagem negativa acerca do comunismo, as propagandas presentes possuíam tom de convocação para um combate contra o “perigo vermelho”:

Figura 10: recorte de 24 de maio de 1964/página 2/Jornal *O Comércio*

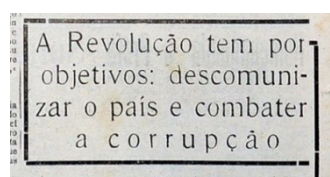


Figura 11: recorte de 9 de agosto de 1964/página 9/Jornal
O Comércio

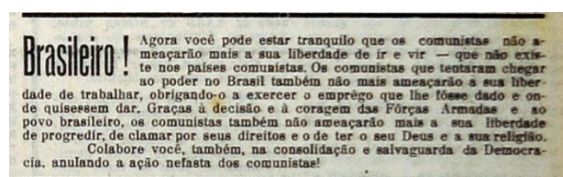


Figura 12: recorte de 26 de abril de
64/página 2/Jornal *O Comércio*

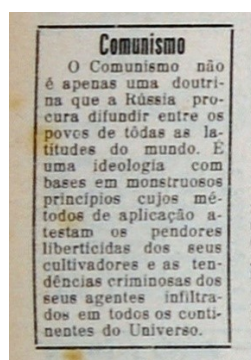
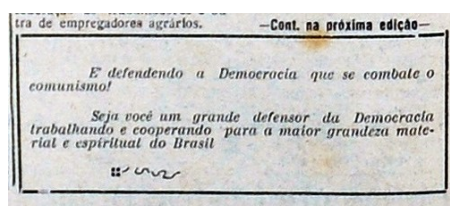


Figura 13: recorte de 16 de agosto de
1964/página 3/Jornal *O Comércio*



Enquanto conteúdo próprio, o jornal *O Comércio* priorizou a veiculação de textos de cunho opinativo, que faziam comentários sobre determinados acontecimentos nacionais ou locais e que foram produzidos principalmente por colaboradores. Em contrapartida, o jornal *Caiçara* manteve-se no enfoque de acontecimentos locais, que revelavam a existência de infiltração comunista na região, inclusive de um colaborador do jornal *O Comércio*.

Na publicação de *O Comércio*, intitulada “Covarde foge da luta”, de 08 de março de 1964, observa-se o primeiro ataque dirigido ao comunismo de 1964. Com o intuito de criticar atitudes cometidas pelo presidente da entidade estudantil de Santa Catarina (União Catarinense dos Estudantes do Grau Médio), o autor do texto qualifica-o como marxista leninista que age desprovido de autoconsciência em prol de uma infiltração comunista no setor estudantil:

Já não é de ninguém desconhecido a luta de um grupo de estudantes que desejam impor a moral necessária à União Catarinense dos Estudantes de

Grau Médio, tão desacreditada, tão desmoralizada, tão criticada pelos atos do Presidente **marxista** Ady Vieira Filho, atual presidente da entidade master dos estudantes catarinenses. Sublinhamos marxista e podemos acrescentar leninista assalariado dos militantes do Partido Comunista, joguete destes elementos que infelizmente infiltram-se no movimento estudantil, porque possuímos provas suficientes para deitar qualquer argumento de defesa. - Carta de Princípios de Videira e Araranguá. (O COMÉRCIO, 08/03/1964)

A publicação, nominada como “Carta de Princípios”, foi escrita pelo vice-presidente da entidade, Sidney Pacheco, e pelo estudante Carlos A. Kilian. O discurso do trecho destacado produz sentido de denúncia ao tornar pública a “verdadeira” intenção de um membro superior. Com tal publicização, pretende-se deter seus atos e cessar a imagem negativa conferida à União, que estaria sendo criticada, desacreditada e desmoralizada diante da sociedade.

Em outra publicação do mesmo veículo, datada de 31 de maio, a referência feita a Marx volta a aparecer de forma negativa, uma vez que é relacionado com o ideal comunista. Produzido pelo colaborador Gil César Bruel, o texto opinativo “O Terrorismo dos comprometidos” inicia com comentários nacionais que contextualizam o movimento político vivenciado no país e destaca seus prós e contras:

Como resultado da última crise pela qual passou o país, obtivemos como positivo o afastamento de comunistas que pretendiam dirigir nosso regime para o utópico de Marx. (O COMÉRCIO, 31/03/1964)

A palavra “crise” aparece associada à ameaça comunista que pretendia desenvolver-se em território brasileiro com ajuda do então Presidente da República, João Goulart. O estancamento dessa possibilidade é significado como positivo. Na sequência, o autor volta-se para comentar acontecimentos locais, enfocando a presença de comunistas na cidade:

[...] Assim que foi deposto o ex Presidente, terroristas exigiam a cabeça do Prefeito de União da Vitória e a prisão de SEISCENTOS comunistas que **habitam** estas cidades!
Ora, onde estará a razão destes desordeiros que incitavam o povo a apedrejar a casa do Prefeito (segundo nos consta, seria depois da "Marcha da Família pela Liberdade") e a prisão de tantos vermelhos?
Se em Curitiba, foram presos aproximadamente uma centena de elementos atuantes e suspeitos de todo o Estado do Paraná, aqui existirão tantos? Então poderemos afirmar que o foco do comunismo do Brasil está sediado em Pórtio União da Vitória. (O COMÉRCIO, 31/03/1964)

Depois de trazer dados sobre a quantidade numérica de comunistas que estariam instalados na região de União da Vitória e Porto União (600 pessoas), Bruel questiona a intenção de “terroristas”, que haviam incitado o apedrejamento da casa do Prefeito de

União da Vitória, Domício Scaramella e, por meio de ironias, compara os números à quantidade de detidos na capital paranaense por atos subversivos (100 pessoas, aproximadamente). Ainda que o discurso do jornal questione a representatividade de comunistas nas cidades em questão, o texto traz indícios das expressões de resistência que marcaram o período e foram silenciadas, em grande medida, pelo jornalismo da época.

É importante pontuar que, nesse momento, há uma grande diferença entre os dois jornais analisados quanto ao tratamento dado ao prefeito da cidade de União da Vitória. De um lado, *O Comércio* produz homenagens, defesas e exaltações aos seus feitos. Do outro lado, o *Caiçara* assume postura contrário ao político. Ao longo do ano, é possível encontrar no segundo periódico diversas menções ao referido prefeito, citado como simpatizante do comunismo. As associações entre políticos e o ideário comunista, feitas por grupos anticomunistas e pela imprensa, como forma de negatizar estas figuras e, também, afastá-las do poder, eram comuns no período. Como exemplo da força de argumentação e do imaginário anticomunista brasileiro, destacamos as observações de Sá Motta:

Quando Tancredo Neves articulava sua candidatura presidencial, em 1984, um grupo político de extrema direita imprimiu e fez circular material de propaganda acusando o então Governador mineiro de possuir vínculos com os comunistas. O objetivo, obviamente, era desqualificar o candidato ante a população, tentando despertar e jogar contra ele a força da tradição anticomunista, que em momentos anteriores demonstrara notável capacidade de influir no jogo político. (SÁ MOTTA, 2000, p.8)

Com isso percebe-se, dentre tantas semelhantes apresentadas pelos dois jornais, uma grande particularidade. A análise do conteúdo dos jornais, durante o ano em questão, aponta diversos indícios sobre o motivo para um tratamento tão dispar no que diz respeito à temática da gestão municipal. A publicação de editais do Juízo de Direito da Comarca e dos documentos oficiais de ambas as prefeituras (União da Vitória e Porto União) era veiculada apenas pelo jornal *O Comércio*, o que lhe garantia maior lucro e visibilidade. Com isso, travou-se uma disputa entre os periódicos, sendo um o defensor e outro o atacante da figura de Domício Scaramella⁶⁴.

O reflexo dessa projeção negativizada foi explorado pelo jornal *O Comércio*, também, por meio da publicação de *releases* que interligavam o comunismo às figuras políticas. No exemplo a seguir, a notícia captada pela Rádio *El Mundo*, de Buenos Aires

⁶⁴ A hipótese foi levantada pelo professor e historiador de União da Vitória e Porto União, Everton Carlos Crema, em entrevista realizada em 2015.

(AR), apresenta o manifesto de Mourão Filho sobre João Goulart como “chefe comunista”:

Figura 14: Recorte do Jornal *O Comércio* de 5 de abril – *press release*



No texto a seguir, publicado em abril de 1964, no jornal *Caiçara*, é possível perceber a construção de um discurso que busca, a todo momento, reforçar o ideário anticomunista ao utilizar adjetivos como “ratos vermelhos”, “bolchevistas”, “colonos”, “agressivos”, “*Brizolas boys*” e “propagadores de ódio”, relacionando-os à figura do prefeito:

O inseticida democrático que os oficiais e nossa Fôrças Armadas coesas jogaram sobre os ratos vermelhos, deu para mostrar muitas facetas do mar moscovita que vinha iludindo a nação. A classe estudantil, por exemplo, era um ninho de jovens que procuravam sair do anonimato, através da pregação bolchevista, Rapazes de U. Vitória, jovens filhos de tradicionais famílias locais. Muitos deles mocinhos que vimos fazer a Primeira Comunhão, levados pelas mãos de suas mães que viam neles um democrata de amanhã. Foram a Curitiba, como colonos de União da Vitória. E voltaram camponeses. Camponeses porque a linguagem inserrecta dos comunistas exigia que assim fossem chamados nossos colonos. Mas, os camponeses, estudantes vinham para as festas, ficar com suas famílias. E pregar o ódio. A luta entre as classes, a defesa do peleguismo como fizeram na histórica reunião do domingo de Páscoa, na sede do PTB de União da Vitoria, com a presença do sr Domício Scaramella, E vejam quanto mal faz ou fêz essa minoria organizada de comunistas infiltrados em todos os setores da vida brasileira. Um cidadão – que conhecemos de tradição – a passar pela sede do PTB no domingo de Páscoa viu aquela gente toda lá, Era um ambiente

vermelho, onde só faltava um quadro com Lênin sobre a cabeça do dirigente da sessão. O pobre homem viu o prefeito e entrou. Era um homem admirador do prefeito. Do PTB. Havia votado em Domicio. Foi prestigiar a reunião sem saber que ali estava reunida a fina flor do comunismo estudantil de Curitiba, simbolizado por jovens nascidos e criados em U. da Vitória. [...]. (CAIÇARA, 04/1964)

Intitulando-a “Os Comunas Boys”, o autor da coluna desenvolve um texto polarizado ao utilizar palavras negativas para representar o comunismo como “ilusão”, “pregação”, “ódio” e “infiltração”; e palavras positivas para se referir aos patriotas, como “família”, “tradição” e “democracia”. Os personagens centrais são, novamente, estudantes, que deixaram a região para realizar cursos superiores e retornaram cometidos por “ódio” para infiltrarem-se na comunidade local. A visão de que muitos estudantes eram desfavoráveis ao golpe não foi reconhecida somente em âmbito local. Na época, muitos movimentos estudantis como a União Nacional dos Estudantes, Uniões Estaduais dos Estudantes e Diretórios Centrais de Estudantes tornaram-se protagonistas de manifestações dos grandes centros, para resistir à instituição de um regime que era percebido como repressor e antidemocrático. Em Santa Catarina, a União Catarinense dos Estudantes teve diversos estudantes presos nos primeiros dias após a deflagração do golpe civil militar: “[...] a sede da UCE foi invadida, na madrugada, por soldados da Marinha. Arquivos foram arrombados e a Kombi que seria usada na alfabetização foi levada pelos militares” (MORETTI, 1984).

É possível encontrar, ainda, muitas variáveis na forma como a imprensa referia-se aos comunistas. Porém, classificá-las em determinadas categorias que se tornaram mais frequentes pode ajudar a compreender quais eixos temáticos constituíram o imaginário anticomunista do período.

Das categorias citadas por Sá Motta (2000 p. 93), existem as seguintes denominações: *demonização*, com a nomeação de lobos, feras, abutres; *agentes patológicos*, ao serem significados como um vírus ou germe; *ameaça estrangeira*, presente sempre que estes sujeitos eram relacionados a países como China, Cuba ou Rússia; *desafio à moral*, quando eram citados como ameaça a uma sociedade ocidental de valores cristãos - “Divórcio, libertação da mulher, educação sexual e aborto, estas medidas adotadas pelos bolchevistas serviam para conferir verossimilhança às afirmações de que o comunismo visava destruir a família e solapar a moral”.

Há entre as denominações, ainda, a de *inferno soviético*, citações como império do mal, inferno vermelho, forças das trevas; referências à Intentona Comunista que

relacionava seus protagonistas a traidores da Pátria –“Intentona significa intento louco, motim insensato e é exatamente esta a idéia que se pretende associar ao evento, representado desde então como um “capítulo negro” da história brasileira”, (SÁ MOTTA, 2000, p.106).

Esta classificação ajuda a compreender como as adjetivações contra os comunistas ganharam espaço ao longo de um percurso político e histórico brasileiro na discursividade elaborada pelo jornalismo. Um percurso que teve início em 1930, e que transformou “comunismo” em uma palavra nuclear, um referente discursivo próprio que acionava uma formação discursiva sobre o “mal estar” da civilização brasileira. Em 1964, esse núcleo de sínteses retornou nos meios de comunicação, nos discursos de políticos e nas conversas de muitos brasileiros e brasileiras, pois mobilizou uma *memória* discursivamente negativizada:

Assim é que a nominalização *comunização do Brasil* resulta de um mesmo encadeamento que vem se fixando ao longo de distintos períodos da história: ela está atravessada verticalmente por palavras e sintagmas nominais, elementos pré-constructos (*dissolução de família, nociva ideologia, idéias dissolventes, extremismo vermelho etc*), cujos sentidos se tornam equivalentes em função dessas retomadas. (MARIANI, 1998, p.159)

No trecho recortado do texto a seguir, publicado em maio de 1964 no Jornal *O Comércio* e produzido pelo colaborador Gil César Bruel, é possível observar algumas das formas de significar os comunistas mencionadas anteriormente, bem como outras ameaças que representavam o prenúncio do fim da liberdade brasileira:

[...] Afastamos os comunistas, e afastaremos os integrantes de qualquer extrema, pois, queremos a pátria livre.
 Todavia, devemos afastar também os corruptos e condenar os maus brasileiros disso, de JULGAMOS como mandam as leis!...
 (Esquerda e direita não devem afetar a vida interna do Brasil - 3 de maio).
 (O COMERCIO, 05/1964)

“Afastar”, “julgar” e “condenar” comunistas, extremistas e corruptos, são verbos que aparecem como melhor tratamento aos sujeitos que desviaram-se de um objetivo comum a todos os brasileiros(as) patrióticos(as), de proteger o país contra o mal. Outra passagem explorada pela análise foi publicada na capa do jornal *Caiçara* em março de 1964. O texto noticioso “Valdemiro Cordeiro quer proibir o direito de opinião!” discute um acontecimento local no qual o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Valdemiro Cordeiro, teria ordenado retirada de uma propaganda política da barbearia que frequentava:

NA BARBEARIA ANEXA AO SINDICATO OS BARBEIROS QUE PAGAM ALUGUEL, FORAM AMEAÇADOS PELO SR. VALDOMIRO CORDEIRO POR COLOCAREM PROPAGANDA DE LACERDA

Pegado ao Sindicato dos Trabalhadores funciona uma barbearia onde os sindicalizados pagam um preço baratíssimo para cabelo e barba. Os barbeiros pagam aluguel do salão e por isso mesmo eles é que estão colaborando com o pelego Valdemiro Cordeiro. Noutro dia surgiu no espelho da barbearia uma propaganda de Carlos Lacerda.

Valdemiro Cordeiro com a inteligência que Deus lhe deu, custou a entender "Lacerda-65". Até que entendeu e ordenou grosseiramente que o barbeiro tirasse a propaganda. Êste, negou-se alegando que tem direito a escolher ou pregar propaganda de quem quiser. O presidente do Sindicato saiu aborrecido e vexado com a negativa do barbeiro que não se humilhou diante do rei dos pelegos. O sr. Valdemiro Cordeiro tem tãda razão de não querer e fugir de Lacerda como o Diabo da cruz, porque Lacerda é anti-comunista, anti-empreguismo, anti-corrupção, anti-peleguismo. Justamente o oposto dos valdemiros, (CAIÇARA, 03/1964)

A propaganda em questão é de Carlos Lacerda, político que teria ajudado a articular a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e, mais tarde, a União Democrática Nacional (UDN). O texto parte do acontecimento que sucedeu em uma barbearia, localizada próxima ao Sindicato dos Trabalhadores da região, para discutir a atitude de Valdemiro Cordeiro, então presidente do sindicato em questão que teria se irritado com a propaganda exposta. Sem ter seu pedido acatado, o presidente deixa o local “aborrecido e vexado”. Na sequência, Lacerda é significado como anticomunista, antipeleguista, anticorrupção e anti empreguismo, o que justificaria sua propaganda como uma ameaça ao presidente, caracterizado como comunista, pelego, corrupto e empreguista. Mesmo sem fazê-lo de forma explícita, o texto evoca um sentido anticomunista no momento em que afirma Lacerda como um político contrário aos “valdemiros”, o que atribui a este último toda carga negativa trazida pelos adjetivos.

Sobre a mesma formação discursiva mencionada, observa-se, na publicação a seguir, a continuidade de construção e fortalecimento do ideário anticomunista por meio de classificações e nomenclaturas enunciadas. Relacionado à ameaça, o texto noticioso, publicado em março pelo jornal *Caiçara*, busca alertar a população de Porto União sobre a formação de um grupo comunista na região:

[...] Tendo fracassado em Joaçaba em vista da autoridade das autoridades, inclusive do Exército, o Grupo das Onze, cuja cabeça é o deputado Brizola, enviou lacaios a Pôrto União, tendo muitos inocentes úteis aliados.

Alertamos por aqui, que tal movimento é autenticamente comunista e subversivo, tendo como objetivo a tomada do govêrno por forças comunistas. (CAIÇARA, 03/1964)

Intitulada “Grupo dos onze fracassou em Joaçaba e procura infiltrar-se em Porto União”, a publicação noticia o fim da constituição de um grupo de origem comunista na cidade catarinense de Joaçaba. Com seu fim, outra aliança da mesma linhagem estaria, agora, buscando instalar-se na cidade de Porto União. O grupo citado é conhecido na historiografia como Grupo de Onze Companheiros, que faz referência a um time de futebol. O movimento liderado por Leonel Brizola visou divulgar em diversas cidades brasileiras a necessidade das reformas de base como solução para a diminuição das intervenções estrangeiras e especulação de capital em todo o país⁶⁵. É interessante perceber como, não somente no texto em questão, mas em outros textos já analisados, os sujeitos significados como comunistas são, muitas vezes, seres inocentes e desprovidos de consciência sobre o que estão a fazer, manipulados por forças superiores para disseminação de um ideal maléfico e, por seguinte, a tomada do poder.

Além da temática anticomunista, as próximas análises referem-se ao mesmo acontecimento local: a prisão de moradores considerados comunistas em União da Vitória e Porto União. Ambas foram publicadas pelo jornal *Caiçara*, no mês de abril de 1964. A primeira publicação, “A crise de U. da Vitória e Pôrto União”, esteve na capa e noticiou as operações desenvolvidas pela polícia local em busca de materiais subversivos, que tinham como objetivo disseminar os ideais comunistas e contrapor a crença na qual o golpe civil militar traria liberdade e democracia ao país. Os materiais eram diversos, como livros, panfletos, pasquins, etc. O texto apresenta os acontecimentos em partes, e inicia com a nomeação dos policiais envolvidos na ação e nas consequências da apreensão: a queima de todo material encontrado.

POLICIA DE UNIÃO da VITÓRIA

Estéve à frente da organização policial o delegado dr. Paulo Grande, que colocou em ação sua polícia sob o comando do agente Otto Sobrinho. A polícia trabalhou muito, mas encontrou muito pouco material subversivo. O estudante Hermóneges Lazier foi prêso quando o delegado estava em Curitiba. Uma Kombi particular (Swgler) fêz a prisão quando o acadêmico deixava a Faculdade. O autor intelectual da prisão foi o capitão Salazar, do 5.o BE.

A espôsa do estudante Lazier comparecendo na polícia declarou que queimará todo o material subversivo. Outros elementos foram ouvidos, constantes de uma relação que havia pedido a legalização do partido comunista, Mas nada se provou. (CAIÇARA, 04/1964)

⁶⁵ <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/grupo-dos-onze-companheiros-movimento-liderado-por-brizola-para-barrar-o-golpe-e-avancar-com-as-reformas-parte-3/> acessado em 26/10/2016.

Ainda no corpo do mesmo texto, é tratado o acontecimento de outra prisão, agora do estudante Hermógenes Lazier⁶⁶:

PORTO UNIÃO

O 5.o BE, através do seu serviço Secreto comandado pelo capitão Salazar, prendeu o estudante Hermógenes Lazier, comunista confesso e ouviu diversos elementos da esquerda. Nada se provou. Também a polícia sob a orientação do Delegado Giorgio Salussóglia, trabalhou no sentido de atender os reclamos da população que queria prisões. (CAIÇARA, 04/1964)

Na terceira parte do mesmo texto, que leva o subtítulo de “Incidente”, é feita referência a René Augusto - parte do quadro funcional do jornal *Caiçara* como colunista e diretor, também colaborador da rádio *Colmeia* -, que teria se desentendido com outro veículo de comunicação da região. O texto relata que, de forma cordial, políticos e autoridades solicitaram ao jornalista que desfizesse o mal entendido por um bem maior, o combate ao comunismo:

INCIDENTE

Durante um dia a rádio Colmeia se rebelou contra outra emissora, passando uma rádio a desmentir a outra. O jornalista René Augusto foi visitado em sua residência pelos senhores, Aleides Fernandes Luiz, presidente da Câmara de Vereadores. Vice-pprefeito sr, Alfonso Urrich, e vereadores Ruy Kuenzer e Clovis Pacheco. Também um emissário do capitão Salazar e mais o delegado dr. Giorgio Salussóglia, foram solicitar do jornalista que emissoras voltassem à paz, necessária à família brasileira e houvesse um apêto de mão com o delegado dr. Paulo Grande, também envolvido no incidente. Sob certas condições, o sr. René Augusto concordou, voltando novamente a paz entre autoridades e emissoras, que uniram novamente no combate ao comunismo. (CAIÇARA, 04/1964)

Vale observar, ainda no texto acima, que a abordagem ao jornalista René Augusto sugere o necessário enquadramento ao regime e evidencia o combate a qualquer forma de oposição, aqui caracterizada como um mal entendido. Nacionalmente, o período do golpe civil militar fez com que muitos grupos sociais, temerosos de “ameaça” ou “perigo” comunista, articulassem uma “contra-ofensiva” de combate ao projeto comunista revolucionário. Para que isso fosse possível, um espírito de união patrótica passou a ser evocado, colocando-se a frente de possíveis problemas pessoais que poderiam existir, em prol de um bem maior: o enfrentamento do comunismo (SÁ MOTTA, 2000, p.5).

A segunda publicação citada do jornal *Caiçara* – “Presos fizeram carga contra o vogado: Chácara era local de reuniões subversivas!” - retoma a prisão de Hermógenes Lazier e traz novas apreensões de comunistas, que faziam parte do “Grupo dos Onze”,

⁶⁶ Hermógenes também era colaborador do jornal *O Comércio*.

bem como depoimentos e fichamentos realizados pela polícia e exército local. A ação é coroada com “êxito”, segundo o jornal, que significa o trabalho prestado como efetivo para a melhoria da região e do Brasil, combatente a qualquer tipo de subversão comunista.

O trabalho dos delegados, Salussóglia, Paulo Grande e do capitão do exército, Salazar e seus auxiliares, foi coroado de êxito. Várias pessoas foram chamadas para depôr, algumas prestar esclarecimentos apenas, e outras fichadas. Além do acadêmico Hermógenes Lazier, prêso como comunista, estiveram presos seu irmão, Claudio e seu primo Reinaldo e o telegrafista da Rêde Ferroviária, Zenóbio Karpovicz. A atenção do povo estava voltada para a prisão dia a dia anunciada do advogado e professor do Colégio Túlio de França, dr. Ciro Costa. Todos os elementos presos, confessaram participar de reuniões comunistas na chácara do advogado, na estrada que liga União da Vitória a Pôrto União. Por fim, o 5.o Batalhão de Engenharia esteve com o advogado como seu "hóspede", sendo fichado e sua ficha ficando na DOPS e Serviço Secreto do Exército.

GRUPO DOS ONZE

Dos Grupo dos Onze foram presos Clarivaldo Ramos, comerciante e Olindo Santos Waisman, funcionário Municipal, residente em General Carneiro. Em poder deles, foi encontrado um boletim do Grupo das Onze, com a dedicatória do ex-deputado comunista, Leonel Brizola. Outras detenções foram feitas, de funcionários municipais, estaduais, mas nada ficando provado [...]. (CAIÇARA, 4 /04/1964)

Para terminar a segunda parte desde capítulo, que trata de uma das formações discursivas (anticomunismo) produzidas pelos jornais *Caiçara* e *O Comércio* em 1964, será apresentada uma publicação que traz como enfoque principal o humor. Veiculada em sua capa, em outubro, pelo jornal *Caiçara*, o texto intitulado “Comédia Infinita – Alfabeto Noticiado”, constrói, a partir do alfabeto, pequenas notas relacionadas à realidade política brasileira:

[...]

ALFABETO NOTICIADO

A – Ato: terminou, Graças a Deus, dizem os subversivos.

B - Bêbado: um ébrio foi "valentemente" agredido por dois guardas.

C – Civil: não sei se meu filho vai ser militar ou subversivo.

D – Direito: cassara, o do anzol.

E – Exílio: Brizola vai fazer uma paródia da Canção do Ezílio.

F – Fuzil: um lojista foi prêso quando conduzia um fuzil para ornamentar sua vitrina.

[...] (CAIÇARA, 10/1964)

Entre as características que constituem um discurso, e que foram exploradas com maior ênfase no capítulo anterior, percebe-se que a produção de um discurso sempre estará inscrita no discurso e nas palavras de outro, ele nunca está isolado. Conforme citado, esse fenômeno pode ser reconhecido pela utilização de aspas, itálico, determinada entonação ou, ainda, remissão a outro discurso. Durante as análises, foi

possível verificar algumas destas características, que aliadas à necessária consulta histórica contextual fornecem material suficiente para compreender as intenções e ideologias contidas nos discursos. Formas mais complexas de remeter a outros discursos utilizam, ainda, o discurso indireto livre, a ironia, a antífrase, a alusão, a imitação, etc. Portanto, as ferramentas empregadas pelo enunciador na construção do seu discurso podem ser variadas e revelar a complexidade que envolve o exame e a compreensão do sentido que produz (BRANDÃO, 2002).

O nacionalismo evidente e a produção de um discurso anticomunista por grande parte da imprensa brasileira do século XX tornaram-se temas importantes para exploração discursiva, pois constroem um conjunto de ideias que promove a projeção simbólica de nação enaltecida e combativa ao comunismo. Para que essa formação negativa fosse possível, os jornais exploraram com intensidade o uso de adjetivos e objetificações para abordar o universo comunista. Na tabela abaixo, foram selecionadas algumas dessas palavras que, ao longo de 1964, ajudaram a formar e consolidar o imaginário anticomunista de uma região e de uma nação:

Quadro 6: Lista de nomes e adjetivos utilizados pelos jornais *O Comércio* e *Caiçara* para referir-se ao universo comunista:

Referência	Palavras utilizadas pelos jornais
Presidente do sindicato dos trabalhadores	Rei dos pelegos
Carlos Lacerda	Anti-comunista Anti empreguismo Anti corrupção Anti peleguismo
Comunismo	Agitação Subversão Esquerda Marxismo anêmico e desusado Janguismo Tarefa "ingerente" de colocar o Brasil nas mãos da foice e do martelo Pregação subversiva

Comunistas	Moscovitas Vermelhos Homens maus Infiltrados Brizolas boys Pelegos boys Comunas boys Ratos Vermelhos Camponeses Comunistóide Jovens agressivos Extremista Derrotados na revolução Filocomunistas Corruptos Oportunistas
Revolta de comunistas	Golpe
Golpe civil militar	Inseticida democrático Queda espetacular do “reich” de Goulart Movimento revolucionário
Reuniões comunistas	Ambiente vermelho onde só faltava um quadro do Lenine

Fonte e organização: Elaine Schmitt

Para Mariani (1998), leitores de jornais são como “aprendizes silenciosos”, conduzidos a permanecer em sua posição sócio histórica, que é a posição do seu jornal de referência, sem perceber. A partir dessa reflexão, pode-se compreender como a cristalização de uma história social em que denominações e definições textualizaram o imaginário “comunista/inimigo” tornou-se um pré-constructo, inscrito com a ajuda do discurso jornalístico. “Desse discurso sobre os comunistas nos jornais pode-se, então concluir: brasileiro que é brasileiro (e, portanto, maduro, democrata e patriota) jamais será comunista”, (MARIANI, 1998, p.155). O jornalismo, enquanto instituição, constituiu, naquele momento, um processo que propôs suposições cruciais sobre o sentido e o funcionamento da sociedade e de seus agentes. Ele foi parte de um processo ideológico de edificação social que trouxe a potência de apagar o “assujeitamento” às formações discursivas dos sujeitos e produzir, com isso, um efeito de literalidade.

E no momento em que a imprensa alia seu compromisso com a “verdade”, nega sua contribuição para a construção de “evidências”, e passa a atuar no mecanismo ideológico de produção das aparências da obviedade. Ela é, portanto, ideológica ao utilizar expressões como “inimigo” e “perigo” para construir o sentido do comunismo e contrapor com expressões como “patrióticos” e “verdadeiros democratas” para gerar sentido para anticomunismo. O poder de convencimento de um jornal, nesse sentido,

resulta da sua capacidade em manipular a língua: “o discurso jornalístico envolve o sujeito-leitor em um processo interpretativo já pronto, pois, ao relacionar um acontecimento a outros, está, de fato, filiando aqueles sentidos a sentidos já existentes” (MARIANI, 1998, p.94).

O próximo subcapítulo aborda a temática da religiosidade que, aliada ao nacionalismo e ao anticomunismo, faz parte das formações discursivas que sobressaíram na imprensa de União da Vitória e de Porto União durante o ano de 1964.

4.5 A RELIGIOSIDADE

A nova ascensão dos ideais comunistas durante a década de 1960 despertou na população brasileira, mais uma vez, sentimentos diversos e muitas vezes opostos em relação à ameaça de avanço do sistema no país. Com isso, muitos foram impelidos a refletir e avaliar o cenário político nacional que começava a sofrer alterações, para tomar uma posição. De um lado havia os defensores, que encararam as mudanças legislativas e de governo como uma revolução humana e libertadora; do outro lado estiveram os detratores, que conceberam as transformações como uma grande destruição que faria a sociedade emergir no caos e no terror político. A escolha por uma ideologia e posicionamento político foi, nesse momento, constituída socialmente, a partir da interação e influência com o cenário social.

Pelo potencial papel de formadora de opinião, a imprensa do período tornou-se peça chave para a construção social dessa realidade e do imaginário brasileiro, pautado por ideias nacionalistas e anticomunistas. Segundo Sá Motta (2000, p.14), a intensidade e a maneira utilizada pelos jornais para tratar o anticomunismo causou impactos consideráveis sobre a sociedade e seu pensamento: “[...] em algumas conjunturas os órgãos de imprensa exerceram enorme influência na propagação das representações anticomunistas, secundando e às vezes se antecipando ao Estado nas campanhas de repressão aos comunistas”. Nesse momento, os valores religiosos de corrente cristã se constituíram na base principal da mobilização anticomunista, e estiveram muito presentes no interior dos periódicos. A terceira parte desta análise se dedica a esta temática, que busca explorar formações discursivas que tinham como principal conteúdo o discurso religioso.

Dentre as questões que norteavam o desgosto de religiosos com o comunismo

estava o questionamento que este impunha aos fundamentos básicos das instituições religiosas:

O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários. (SÁ MOTTA, 2000, p.38 e 39)

É importante ressaltar, no entanto, que a Igreja Católica não tinha uma visão homogênea, em sua totalidade. Nela estavam englobadas práticas diferentes entre si e muitas vezes contraditórias.⁶⁷ Além da divergência entre os comportamentos religiosos, estiveram, também, as diferentes visões políticas. No que diz respeito ao período ditatorial, o comunismo era visto por muitos religiosos como reflexo da modernidade, que se desdobrou em erros cometidos durante a Renascença. Diante disto, a ação de comunistas significava a perpetuação de uma força que visava destruir a Reforma, movida também pelo desejo de extinguir a “verdadeira” Igreja, bem como a ordem social que era inspirada pelos seus ensinamentos (SÁ MOTTA, 2000, p.36). Além do comunismo, muitos religiosos acreditavam haver, dentro da própria esfera cristã, manifestações que poderiam ameaçar a tradição da religião, como a Teologia da Libertação, uma vertente que propôs reflexões mais abertas em relação à tradicional e era considerada subversiva aos olhos dos militares, pois visava discussões que transgrediam a fé e adentravam a realidade social e civil: “[...] seu ideal de libertação atingiu não só a liturgia e os grupos de oração, mas também abrangia propostas exteriores, sugerindo mudanças na vida material das pessoas” (SOUZA, 2007, p.03).

Assim, foram proferidas, durante o período, diversas falas sobre a imbricação entre política e religião, principalmente em materiais de divulgação específicos das Igrejas cristãs. Em uma entrevista concedida à revista *Família Cristã*, o Cardeal arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, afirmou que não poderia dissociar fé e vida, pois: “Política é vida, como economia é vida, como cultura é vida, como religião

⁶⁷ Importante considerar o papel de determinados setores da igreja Católica na organização de movimentos populares, como é possível verificar na atuação junto às Comunidades Eclesiais de Base, orientadas pela Teologia da Libertação, e no posicionamento de certos líderes religiosos que se envolveram no combate ao golpe.

é vida. Não podemos dissociar fé e economia, fé e cultura, fé e religião, fé e política”⁶⁸. Essa interligação, no entanto, fez surgir uma relação de subordinação política à moral cristã: “Analisando atentamente, percebemos que a grande tônica desse discurso político é o discurso religioso, e é a partir dos valores cristãos que essa política inseparável da vida é construída” (SOUZA, 2007, p.05).

No que diz respeito à imprensa, foi comum a acolhida de articulistas ou pensamentos religiosos que expunham em textos noticiosos e opinativos pontos de vista críticos ao comunismo, muitas vezes relacionando-o ao diabo ou à maldade.

Muitas construções discursivas com conteúdo religioso podem ser encontradas, também, nas páginas dos jornais do interior analisados nesta pesquisa. O exame dos periódicos revela que a lógica específica desses pequenos negócios, localizados em regiões fortemente influenciadas pela religião e por uma moral cristã, deixou os fundamentos e valores dogmáticos mesclarem-se às informações jornalísticas que eram produzidas. *O Comércio e Caiçara*, no ano de 1964, seguiram este comportamento. Conforme comentado no capítulo 2, que faz um levantamento histórico dos jornais, é possível perceber a influência que a religião tinha dentro das redações. Dentre ambos, o principal jornal a oferecer conteúdos com teor religioso foi *O Comércio*, que possuía forte ligação com a doutrina espírita Kardecista, que apresenta em sua base os ensinamentos cristãos.

Na publicação opinativa do jornal *O Comércio*, apresentada a seguir e escrita pela colaboradora Teodolina Bittencourt, que já teve outro trecho do mesmo texto analisado anteriormente, vê-se o título “Com a deposição de Goulart o Brasil restabelece as liberdades democráticas”. O trecho recortado para este momento dá enfoque ao discurso religioso e torna perceptível a construção discursiva sobre um Brasil que, por intervenção divina, livrou-se do comunismo e, logo, do totalitarismo e da escravidão:

Deus realmente é brasileiro – confirmou-se esta notável máxima de espiritualidade – pois sem ser disparado um tipo sequer e nem ser derramado uma gota de sangue, foi deposto um presidente, acertaram-se as divergências das classes armadas e consolidou-se um regime essencialmente democrático! Que possamos sempre contar com o trabalho valioso de homens bem intencionados, e com a proteção de Deus, para que nossos filhos não tenham que sofrer os horrores de um regime totalitário, escravocrata, o que absolutamente não merece o nosso povo simples e cristão!

⁶⁸ “Dom Aloísio Lorscheider: Não podemos dissociar fé e política”. Entrevista concedida à revista Família Cristã (transcrita, datilografada em folhas de sulfite sem numeração). Arquivo Edgard Leuenroth, JNA Pasta 340, desl. 1 mod 3B.

Deus é positivamente brasileiro! Entendamos esse significado em suma importância para servirmos de exemplo ao mundo, em suas graves decisões. (O COMÉRCIO, 5/4/1964)

No início, o texto traz a afirmativa: “Deus realmente é brasileiro”. Com isso, o discurso relaciona a deposição do Presidente João Goulart a um acontecimento positivo que, de forma pacífica, e com ajuda de um “Deus”, teria garantido a “democracia” no país. Ao lado do discurso religioso, o nacionalismo de viés conservador serviu para enfatizar a necessidade de manter uma pátria de ordem, tradicional e integrada contra forças que visavam o caos e a desordem. A nação, composta pelo povo “simples e cristão”, seria, portanto, merecedora de providência divina e objeto sagrado. Por outro lado, os comunistas representavam o rompimento de uma tradição, pois instigavam a divisão e a própria destruição do “corpo” nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes.

A próxima publicação que constitui o *corpus* de análise desta pesquisa ecoa uma ideologia semelhante ao resgatar o sentido de “tradição”. Escrita com letra maiúscula, a palavra “tradição” surge a partir de um discurso anterior, do escritor Rui Barbosa, para, em seguida, ser significada como “Alma da Pátria”, o mesmo título da publicação:

A Pátria, disse o nosso grande Rui Barbosa “É o Céu, o Solo, a Tradição, a Consciência, o Lar, o Berço dos Filhos e o Túmulo dos Antepassados, a Comunhão da Lei, da Língua e da Liberdade!” Tudo o que expressa o nosso Poliglota Brasileiro, resume-se ainda, a Tradição-Alma da Pátria por excelência. Portanto, é Ela, o ponto de apoio de um povo organizado e constituído em Nação. Logo, não poderia de maneira alguma, ser feliz um povo que, por força das idéias inconfessáveis de seus dirigentes, de um momento para outro, se visse, entregue, em regime estranho à sua Tradição à sua Constituição! É ainda do sábio brasileiro baiano, o que segue: “Os que servem a sua Pátria são os que não a infamam, os que não conspiram contra Ela, os que não sublevam, os que não desalentam, quando ameaçada, a sua Constituição, os que não emudecem, quando Ela manda reagir, e não se acobardam, quando é preciso lutar e resistir ensinamentos estranhos e subversivos, destruidores de suas sagradas Tradições. [...]”

Teodolina Bittencourt (ex professora)
(O COMÉRCIO, 6/04/1964)

Veiculado em abril pelo jornal *O Comércio*, e escrito pela colaboradora Teodolina Bittencourt, o texto acima segue a estrutura de outros textos já examinados, em que fica clara a polarização entre “comunistas” e “democratas”, entre “bem” e “mal”, entre “defensores e traidores”, e “tradição” e “subversão”. Dessa forma, palavras negativas são, ao longo do ano, associadas aos sujeitos relacionados ao comunismo. Do outro lado, palavras como luta e resistência surgem para representar o sentimento dos “verdadeiros” patriotas.

Em “Justiça sem mescla”, publicação também veiculada em abril, pelo jornal *O Comércio*, percebe-se a aparição de uma nova preocupação, que irá fundamentar o conteúdo desta e da próxima publicação a ser analisada. A inquietação que motiva as produções é a ação violenta utilizada por muitos países como forma de punição, uma atitude que foge à moral religiosa:

[...] Em nosso país, bem como nos demais países civilizados, quando as ideologias políticas chegam ao clímax das exaltações, há punições aos reconhecidamente culpados, mas em: cassação de Direitos, Confiscação de Bens, deportação, etc. Porém, nunca com fuzilamentos, esquartejamentos (salvo em tempo de guerra, aos traidores da Pátria), como em certos países, ainda retardatários, na humanização dos sentimentos. Mesmo agora, com a situação em que atravessa o país, creio nos sentimentos cristãos e democráticos, de nosso povo, de nossa gente, daqueles que estão com os poderes governamentais, que saberão como sempre souberam, agir com moderação, com nobreza de alma (predicado essencial do brasileiro), fazer justiça, sem fuzilamentos, sem derramamento (como foi no passado), mas com moderação e justiça impessoal, sem a mescla de parcialismo...

Então o nosso Brasil querido será sempre: - “O Coração do Mundo, a Pátria do Evangelho”.

Brasil, terra de heróis e heroínas,
De um passado de glória e de valor,
Vencer com maneiras, foi tua sina
O agravo, apaina com bondade e amor!
(O COMÉRCIO, 04/1964)

O texto opinativo, sem assinatura, aborda a necessidade real em punir “traidores” e “culpados”, do mundo e do Brasil, sem o uso da violência. A afirmação aparece embasada por “valores cristãos”, “naturais” do povo brasileiro que deve reconhecer nos fundamentos religiosos os sentimentos de bondade e de amor como ferramentas para lutar por justiça. Com isso, qualidades humanas e projeções de uma vida digna são relacionadas à adoração religiosa, considerada como caminho de salvação e liberdade, condições que seriam extintas com o avanço comunista:

[...] Lembremos que nós também temos um compromisso, o de defender a nossa liberdade!... Devemos lutar, mas não empunhando armas para defendermos o direito de ser livres. Lutaremos pedindo ao Alto, porque sómente o Pai celestial pode-nos dar uma liberdade verdadeira. Muitos perguntarão: “A liberdade se consegue à força?” Responderemos de imediato – não, absolutamente, não! A liberdade não pode se firmar por intermédio da violência, pois a sua base está justamente no bem estar do povo, inferindo-se daí que este mesmo povo deve sujeitar-se às leis emanadas dos poderes constituídos. A concepção de que só a lei há de mandar nos homens, o respeito (mais do que o amor) da liberdade, a convicção, de que todos são iguais e precisam edificar maior igualdade. É isso o que falta aos povos.

A liberdade além de tudo, enfeixa aos povos o direito de viver independentemente e governar-se a si mesmo, servindo de exemplo, ao mundo inteiro, daquilo que uma democracia pode ser e levar a efeito. Sim,

dizemos de uma democracia, porque em regime como o da estrutura político-social da Rússia e países onde imperam a violência e o chicote, não há liberdade nem sequer de pensamento e o povo sofredor e oprimido, ali escravidão, tem que se submeter aos “chefões”, que não se importam com o bem estar dos outros.

[...]

Sérgio Roberto Milis
(O COMÉRCIO, 05/1964)

A ideia de liberdade, explorada acima, pela publicação do jornal *O Comércio*, em maio de 1964, pelo colaborador e herdeiro da folha, Sérgio Milis, é outra condição humana explorada discursivamente pela imprensa e pelos discursos anticomunistas brasileiros para desvalorizar os ideais do regime comunista. A palavra que também foi utilizada para nomear a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” serviu para construir uma realidade onde só haveria liberdade se não houvesse comunismo. Assim, ela ganha, também, sentido de “democracia”, outra palavra associada ao anticomunismo e aos valores cristãos do “real” povo brasileiro.

Ao lado de agradecimentos à divindade pelo retorno da “democracia” e afirmações que salientavam a existência da fé para a transposição de obstáculos, muitos pedidos foram feitos para que “dirigentes” tomassem boas decisões em relação ao seu povo. É possível perceber no texto abaixo, escrito pela colaboradora Teodolina Bittencourt no mês de maio para *O Comércio*, alguns conceitos derivados da doutrina espírita, como a compreensão de diversos planos de existência, “importante de nossa vida, na face dêste planeta”; e do amor universal, “Amor Cristão”. Tais sentidos ajudam a elucidar o pensamento daqueles que tiveram voz ativa no periódico durante o período. “Clarividência aos Dirigente dos Países!” revela, também, a influência que a doutrina espírita tinha nas produções do jornal, uma vez que seus colaboradores e diretores seguiam-na em suas vidas privadas:

Que o Supremo Poder do Alto, conceda cada vez mais, aos homens do poder, mais clarividência, mais cristianização, que quer dizer: mais espiritualidade e desprendimento, do aferrado egoísmo secular, para que, a atual humanidade, se compenetre pouco a pouco, que seus direitos a usufruir, e que êstes direitos criam também, deveres a cumprir.

Que o choque das paixões exaltadas e violentas, a tempo, sejam iluminados, pela Luz da Razão e do Amor Cristão, para que não tragam soluções desastrosas, por erros irreparáveis! Percebe-se muito bem, que os atuais dirigentes de povos, alguns, têm mais clareza em seus propósitos, procurando vencer as barreiras, para chegar a solução de seus problemas, nos diversos setores de sua ação. Tudo isso é obra da evolução constante dos costumes. Pois nada estaciona definitivamente.

[...]

Mas graças a Deus, já se vislumbra certo desprendimento nêsse setor importante de nossa vida, na face dêste planêta. Parece, que já se percebe,

direita e esquerda, procuram entender-se. Se assim for, teremos melhores dias, por conseguintes melhores dirigentes de países. Creio que a Divina Providência está concedendo, mais clarividência, aos dirigentes dos países. Em nosso Brasil, já estamos sentindo melhora em todo o setor, Apesar das aparências ao contrário, aos ainda insatisfeitos. O desejo de Justiça, sem mágoa da perda de prestígio. Graças a Deus um pouco de desprendimento...
Teodolina Bittencourt
(O COMÉRCIO, 05/1964)

Assim como os diversos movimentos anticomunistas que buscaram reunir a base religiosa e liberal da época, observa-se, nesse momento, o aparecimento de um caráter ecumênico nos discursos produzidos, que objetivou fortalecer o imaginário de que comunistas eram sujeitos maldosos. A ação dos comunistas seria responsável pelo possível desenvolvimento de diversos sofrimentos como fome, miséria e escravidão. Dessa forma, a *comunização* do Brasil levaria ao aumento de número de pecadores. O fato de questionar a moral cristã tradicional, com a defesa do divórcio, do amor livre e do aborto, também ajudou a conferir uma imagem negativa aos comunistas, muito explorada pelo discurso religioso (SÁ MOTTA, 2000).

Na publicação a seguir, produzida em julho e destacada na capa do jornal *Caiçara* com o título “Há muitos culpados e há muitos remédios!”, tais construções negativas continuam a ser cometidas, agora no formato de uma lista feita pelo bispo do Estado do Amapá, bispo Dom Aristides Pirávano, que sugere hipóteses para os problemas que teriam culminado na propagação do comunismo no Brasil e as soluções para sua extinção:

Como razões de infiltração do comunismo no Brasil, assinalou Dom Aristides Pirávano, bispo de Amapá, por ocasião da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", realizada em Macapá:

- 1) - A culpa de políticos interesseiros e carreiristas;
- 2) - A culpa dos mais abastados egoistas, sonegadores de salários;
- 3) - A culpa dos pais que negligenciaram a educação dos filhos;
- 4) - A culpa do próprio povo que não sabe escolher seus representantes, votando mal ou porque deixa levar por conversas, ou mesmo porque com o voto visa a proteção, a privilégios ou a manifestações de gratidão.

Propôs, finalmente, estes remédios:

- a) - Reforma individual: o Evangelho vivido é a primeira solução;
 - b) - Amor aos homens: somos todos filhos de Deus;
 - c) - Justiça social: a função social das riquezas;
 - d) - Trabalho e produção: povo que trabalha é ordeiro e próspero;
 - e) - Economia e previdência: fazer como a formiga que se prepara para o futuro;
 - f) - Viver conforme as posses: quem ganha 2 não pode gastar 4.
- (CAIÇARA, 07/1964)

Mesmo que não trate de uma produção própria, a reprodução de determinados discursos, escolhidos entre diversos outros, revela o posicionamento político e a corrente ideológica à qual o periódico se interliga, uma vez que é constituído por sujeitos históricos e sociais, com pensamentos e ideologias que influenciam e são influenciadas. Percebe-se ainda, e mais uma vez, a utilização do discurso (o de um religioso) para dar significado a uma realidade. A figura de Dom Aristides Piróvano ganha sentido de autoridade ao ter seu discurso eleito como “solução” para os rumos da política e moralidade brasileira.

Em uma prática jornalística influenciada primeiramente pela imprensa opinativa europeia e, em seguida, pela norte-americana, em que a busca pela neutralidade tornou-se componente indissociável de uma conduta ética da profissão que visa oferecer informações de forma objetiva, o uso de diversas vozes como fontes tornam o veículo plural e supõem variedade de visões de um acontecimento figura como prática recorrente.

Entretanto, o papel de selecionador exercido por jornalistas, e debatido teoricamente nos estudos de *newsmaking* (SCHUDSON, 1995; TUCHMAN, 1978) e *gatekeeper* (WHITE, 1950; LIPPMAN, 1963; KOVACH e ROSENSTIEL, 2003) e *agenda setting* (MCCOMBS, 2009), mostram as dificuldades encontradas nas produções jornalísticas. Essas dificuldades se apresentam como filtros, portões, critérios e escolhas que irão, inevitavelmente, determinar o conteúdo e o viés de uma notícia. Ou seja, a escolha de uma figura religiosa para sintetizar os problemas de uma nação, bem como ações que devem ser adotadas como medidas de solução, foi tomada entre muitas outras figuras que também poderiam expor ideias sobre o tema, contrariando qualquer pretensão objetiva.

Somada à relevância dada a determinadas figuras nacionalmente públicas, como o bispo Dom Aristides Piróvano, que foi considerado importante para o jornal analisado neste estudo, poucas pessoas tiveram espaço para se pronunciar em ambos os jornais analisados. Sem espaço destinado aos leitores, a abertura era dada, no caso do jornal *O Comércio*, apenas aos colaboradores. A escolha destes colaboradores vinculados, por exemplo, à doutrina espírita, demonstra a credibilidade concedida a estes sujeitos, bem como a aposta em suas capacidades intelectuais e morais para discutir os assuntos políticos que estavam em questão no período. No trecho do texto a seguir, de setembro de 1964 do jornal *O Comércio*, o colaborador Jacondino Godinho explora a condição do

trabalhador rural em tempos de crise nacional. Partindo da data comemorativa de Independência, 7 de Setembro, Godinho significa a “bondade divina” como caminho para uma civilização mais integrada, pacífica e organizada. A partir de então, esse trabalhador rural, que é também “chefe de família”, é exposto como um sujeito que ostenta ordem e paz para poder seguir com seu trabalho:

Esta gloriosa data de 7 de setembro de 1964, o Bom Deus, iluminando e amparando os nossos homens, para escalarmos pacificamente os degraus da civilização, com um Presidente respeitável e digno, depois de grande entusiasmo, vamos querer mais o Brasil e esquecermos o passado de lutas, para o bem geral, nesta hora de dificuldades, para termos Ordem e Paz e maior admiração, da nossa sociedade, o Brasil de amanhã, pelos nossos homens. O trabalhador rural, e dependemos da lavoura, quer ordem e paz para trabalhar, ao contrário das concentrações das populações nas grandes cidades, provocando crises tremendas, alimentares, políticas e sociais. E os trabalhos variados e atraentes da vida da campanha superlotando as inclemências da natureza, conserva o vigor e a saúde de espírito, formando populações resistentes à fadiga, com o Chefe da família presidindo o trabalho, dirigindo ocupações que executamos em comum e reforçando as afeições familiares pela comunidade dos cuidados coletivos.
[...] Pôrto União, 1º de setembro de 1964. *Jocondino Godinho* (O COMÉRCIO, 13/9/1964)

É importante salientar que muitos jornais, tanto da grande imprensa quanto do interior, modificaram seu modo de ver e falar sobre o golpe durante o período em que ela esteve em rigor. Os Atos Institucionais, as crises econômicas e o endurecimento no tratamento contra aqueles que resistiam ao ideal “revolucionário” dos militares, também serviu para trazer desconfiança e certa rejeição às novas lideranças. Muitas mudanças na construção discursiva e no modo de pensar dos periódicos podem ser observadas já no primeiro ano, quando grande parte da população passa a perceber que o novo regime não conseguiu corrigir velhos problemas conforme havia prometido, e passou a oferecer outros novos.

O editorial escrito pelo diretor do jornal *O Comércio*, Arí Milis, na última edição de 1964, que foi publicada em 25 de dezembro, apresentou pela primeira vez uma outra compreensão sobre os rumos da política brasileira. Ao trazer na capa um discurso de desabafo sobre o aumento da violência e da injustiça social, Milis figura uma esperança, embasada na moral cristã, de que o próximo ano, de 1965, seria melhor:

Nesta era atomizada, quando tudo caminha "balisticamente", ainda existe um vácuo tremendo sobre a civilização hodierna, no que respeita a compreensão e a fraternidade, que se desenrolam triste e vagarosamente.
Governantes assumem os poderes; governados esperam sempre boas novas; o Povo continua à cata de bálsamos para as suas dores, seus desesperos e desilusões e fica aguardando por dias melhores que, infelizmente, só chegam

para os portentosos, para os que se põem nos cargos comandos, usufruindo de tôdas as regalias, em flagrante detrimento do bem estar comum.

Não existe, por parte dos governantes, aquela solenidade pregada e exemplificada pelo MEIGO JESUS; não existem infelizmente, aquela compreensão fraterna exteriorizada pelo CORDEIRO DIVINO que teve, para tristeza nossa, a sua dolorosa crucificação entre os bárbaros daquela época, os quais ainda existem em dose acentuada, nos dias presentes.

[...] E o que vemos então é uma humanidade inteira a se arrastar penosamente, no anseio de um reencontro com JESUS, porque, salvo raríssimas exceções, o mundo está governado por dirigentes que, egoisticamente, lançaram mão no poder de detrimento da liberdade e felicidade da plebe.

Ante esta dura realidade, preza aos céus que, na imensa Pátria do "Cruzeiro do Sul" os nossos governantes despertem mais cedo, combatendo a corrupção e alijando da pública administração os vícios e os erros, para que possamos afirmar que DEUS é brasileiro, e que o Brasil ainda será, em futuro não muito distante, o "Coração do Mundo, e a Pátria do Evangelho", como tributo legítimo para um povo essencialmente cristão.

Seja 1965 – são os nossos votos ardentes – um ano mais feliz para a grande família brasileira! Ari Milis (O COMÉRCIO, 25/12/1964)

Em um contexto de corrupção e ganância, o autor do editorial recorda a passagem de crucificação sofrida por Jesus Cristo como exemplo de doação por um “bem maior” e pelo “amor universal”. Com isso, Milis evoca o desejo de que os governantes do Brasil “despertem” para o combate de “vícios de erros” que são cometidos atualmente. O pedido, escrito no final do ano de 1964, momento em que o golpe civil brasileiro já havia sido instaurada, revela descontentamento dentro do novo sistema, ao clamar por intervenção divina para tornar o país, futuramente, a “Pátria do Evangelho”.

Importante pontuar um viés religioso que não foi explorado nesta pesquisa, mas que teve reconhecimento durante o período do golpe civil militar. Se de um lado a alta hierarquia da Igreja Católica apoiou o golpe de 1964, houve, por outro lado, a resistência de muitos religiosos, bem como uma forte relação com as lutas das esquerdas brasileiras, como é o caso de padres dominicanos como Betto, que deu origem à obra *Batismo de Sangue* (RIDENTI, 1993). Entretanto, a discussão na grande imprensa ou na imprensa conservadora foi pouco perene e, quando citados, eram tomados de forma negativa, como subversivos e antipatriotas.

A ala conservadora e tradicional da Igreja, entretanto, buscou associar o conflito social que o país vivia no período, de crise econômica e início do golpe civil militar, à falta de participação religiosa e conduta cristã de grande parte dos brasileiros e brasileiras. Momento em que os valores de tradição, família e amor deveriam transcender aspirações e prazeres pessoais. Dessa forma, foi construído, ao longo de 1964, com maior participação do jornal *O Comércio*, um mundo ideal onde a crença

religiosa era a salvação necessária para o país e para o mundo. Seria por meio dela que políticos brasileiros, bem como toda a sociedade civil, encontrariam os valores necessários para combater o mal, expresso nos discursos apresentados.

Diante das análises realizadas, considera-se que as representações discursivas edificadas sobre política pela imprensa de Porto União e União da Vitória, em 1964, provêm de determinadas matrizes e formações discursivas que foram cristalizadas ao longo da história social do Brasil, com a utilização de palavras nucleares que reativaram memórias repletas de significados, como é o caso do nacionalismo, do anticomunismo e da religiosidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho trouxe a possibilidade de discutir temas pertinentes ao jornalismo, enquanto campo de prática e construção social, e também explorar e problematizar o discurso construído sobre o golpe civil militar brasileiro, no ano de 1964, na lógica produtiva da imprensa do interior de União da Vitória e Porto União, pelos jornais *O Comércio* e *Caiçara*.

Dentre os debates que foram abordados ao longo do estudo, como o surgimento e as transformações sofridas pela imprensa brasileira do século XX, bem como a sua participação na sublevação militar que teve início em 31 de março de 1964, a presença da história, enquanto dispositivo que permite compreender o passado, serviu como elemento importante para localizar, no tempo e no espaço, uma produção jornalística específica que é cheia de nuances a serem exploradas. Com isso, foram lembrados acontecimentos que ajudam a remontar uma trajetória intensa da história política do Brasil, como o fim da velha república, o getulismo e o momento da deposição de João Goulart da presidência do país. A explanação serviu, ainda, para compreender os sentidos construídos pelos jornalistas, da grande imprensa e da imprensa do interior, em atividade naquele período.

Os jornais estudados foram observados sob vários aspectos, em uma caracterização dos seus modos de produção que buscou traçar elementos singulares da imprensa do interior. Para tanto, abriu-se espaço para a exposição de dados a respeito da estrutura jornalística, equipe profissional e de colaboradores, orientação editorial, formatos discursivos (*press releases*, notícias e textos opinativos), entre outros pertinentes ao estudo. Desse modo, o conceito de jornalismo do interior foi mobilizado para refletir sobre as especificidades dos jornais de União da Vitória e Porto União.

Entender a influência que estas produções tiveram na consolidação do imaginário social brasileiro também fez parte dos objetivos desta pesquisa, que trabalhou três temáticas no momento de análise (Capítulo 4) - o *nacionalismo*, o *anticomunismo* e a *religiosidade* - como fios condutores que foram utilizados pelos jornais em questão, para pautar as mudanças de administração e legislação do país. Tais categorias de análise, concernentes ao aparato metodológico usado, referenciado no terceiro capítulo, serviram como pilares essenciais na sistematização do material coletado, que compreende notícias e colunas e representa as “famílias discursivas” mais recorrentes nas folhas. Com eles, foi possível perceber como ambos os jornais

analisados reforçaram um discurso que já vinha sendo explorado pela grande imprensa do país – e pela imprensa de outros países da América Latina –, de fortalecer o sentido de *nacionalismo* e patriotismo como argumentos que justificaram o golpe de 31 de março.

Dessa forma, a noção de “democracia”, “revolução” e “pátria”, entre outras palavras, tornaram-se corriqueiras no discurso daqueles que estavam a favor da deposição do Presidente da República e da tomada do poder pelas Forças Armadas.

A produção frequente de material categorizado como *anticomunista* também desperta interesse, pois revelou mais um episódio da história do Brasil em que este sentimento foi acionado e fomentado pela imprensa, na forma de publicação de campanhas anticomunistas e da construção de um discurso que estabelece a relação do comunismo com algo que é negativo. Este movimento teve o respaldo de muitas Igrejas e ganhou força com a ajuda dos jornais instalados nos grandes centros e no interior do país, como foi possível verificar neste estudo. Afinal, ao noticiar os acontecimentos políticos, principalmente pela publicação de *press releases*, os jornais deram suporte para que determinados discursos tivessem voz, e não outros.

Além disso, a contribuição de colaboradores, com ênfase no jornal *O Comércio*, mostrou quais eram as vozes autorizadas a fazer comentários e produzir opiniões na imprensa de União da Vitória e Porto União, uma vez que estas eram pessoas autorizadas, pela direção de um jornal, a se expressar. Ficou clara a preferência pela cessão de espaço àqueles que possuíam um pensamento ideológico próximo ao da administração e que reiteravam a disseminação de um discurso *anticomunista*, principalmente após a eclosão do golpe civil militar. Neste mesmo âmbito, foi possível perceber a grande produção de colaboradores ligados ao meio religioso, principalmente de vertente espírita kardecista, que compreende a terceira categoria de análise da pesquisa (*religiosidade*), e a presença de pessoas relacionadas à religião como vozes autorizadas a comentar e opinar sobre os acontecimentos políticos do país.

A exploração teórica, realizada para o embasamento do estudo, demonstrou-se adequada ao responder questões e preencher lacunas que dizem respeito ao papel social que o jornalismo detém na esfera pública, e também da sua potencialidade como construtor de discursos e, conseqüentemente, da realidade social. A análise discursiva tornou visível a constituição de sentidos que, relacionados aos sujeitos que os produziram, e a um processo histórico marcado pelo anticomunismo e pela crença em

valores morais e religiosos cristãos, amplia e complexifica as relações de poder e interesses que foram mantidos pelo jornalismo do interior de União da Vitória e Porto União em 1964.

É reconhecida a existência de limites para a utilização de um amplo referencial teórico para a análise dos jornais selecionados, principalmente no campo jornalístico e que tratam de grandes empresas que, por consequência, operam em lógicas diferentes das do jornalismo do interior. Contudo, ainda assim remetem a certos parâmetros da produção jornalística, como a defesa da verdade, a regularidade da circulação dos discursos e uma estrutura de redação com funções definidas, mesmo que com baixo nível de profissionalismo.

O recorte temporal, realizado no momento de coleta da análise, que compreendeu os materiais produzidos pelos jornais *O Comércio* e *Caiçara* desde janeiro a dezembro do ano de 1964, também mostrou-se satisfatório para a conquista dos objetivos da pesquisa. A quantidade encontrada foi suficiente para elucidar as tendências discursivas e expor quais sentidos foram criados e cristalizados pela imprensa local.

A importância desta pesquisa, acredita-se, está na identificação de problemas localizados em uma pequena região, mas que revelam especificidades e mostram-se parte de um macrossocial. Ao passo que reproduz e cria seu produto, a notícia, e também a partir de outras produções que influenciam o processo de produção jornalística, esta imprensa alimenta e é alimentada pela história social que foi e que está sendo feita. Ela não é isolada, nem desinteressada, mas publica seus registros a partir de uma gama de fatores, como a ideologia, e vale-se de produtora da “verdade” em uma comunidade que legitima seu ponto de vista.

Discutir as formas de atuação do jornalismo no episódio histórico que dá início ao golpe civil militar brasileiro revela não somente o processo de produção desenvolvido por dois jornais locais, mas expõe o tipo de informação oferecida e consumida ao longo de um ano pelos moradores da região, o que permite refletir sobre possíveis desdobramentos na forma como que muitos destes sujeitos enxergaram e compreenderam o mundo naquele momento.

É possível afirmar, então, que os resultados proporcionados ultrapassaram a classificação de produções jornalísticas em categorias temáticas. Aliada a um referencial teórico e aos procedimentos metodológicos oriundos da Análise de Discurso,

a coleta realizada e a análise permitiram perceber o jornalismo como uma prática social que destaca e cria determinadas realidades.

Finalmente, conclui-se que o aporte desta pesquisa contribui para o debate sobre o processo de produção jornalística no interior brasileiro no período histórico do início do golpe civil militar, que ainda é pouco discutido nos estudos acadêmicos quando comparado àqueles voltados à grande imprensa. A problematização da história da imprensa de União da Vitória e Porto União, realizada por meio da análise discursiva dos jornais *O Comércio* e *Caiçara*, revelou sentidos implícitos e explícitos que conferem singularidade às narrativas sobre o golpe e revelam o papel do jornalismo na construção da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ADONI, Hanna. & MANE, Sherrill. Media and the social construction of reality: Toward an integration of theory and research, *Communication Research* 11(3): 1984. p.323-340.

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. **As redefinições do nacionalismo populista no Brasil (1930-1964)**. Campinas: UNICAMP-IFCH. Dissertação (Mestrado em Política). Mimeo: 1984.

ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

ALTHEIDE, David. **Creating reality: How TV news distorts events**. London: Sage Publications, 1976.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

ALVES-MAZZOTTI, Alda J. "O método nas ciências sociais". In: ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira; Thomson, 2002. p.107-146.

ALVI, Hermínio Milis. *Revista da Academia de Letras do Vale do Iguaçu*, n. 01, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: Edusc, 1999.

ASSIS, Francisco. "Por uma geografia da produção jornalística: a imprensa do interior". Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, durante o 13º Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0810-2.pdf>

_____. (Org). **Imprensa do interior: Conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: As técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. "Cenários de transformação: A imprensa brasileira na primeira metade do século 20". In: LOSNAK, José: **Imprensa e sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 17-30

_____. **História cultural da imprensa** – Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **Jornalismo interpretativo: Filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Marcia. "A análise de discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos". In: **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p.107-122.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOITO JR., Armando (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BONSANTO, André. **O presente da memória: Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo**. São Paulo: Paco, 2014.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 14-42.

BRANDÃO, Helena H. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 2002.

BUENO, Wilson. da C. "Jornal do interior: Conceitos e preconceitos". In: ASSIS, Francisco. (Org) **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 45-65.

BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma história**. Rio de Janeiro: Leya: 2012.

BUSTOS, Bernardo Vascos. **Periodismo político: La prensa bogotana en el siglo XIX**. Bogotá: Imprenta Distrital, 2011.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CARNEIRO, Delci Maria Klieman. ZANETE, Dilce Maria. ZONTA, Solange. **Conhecendo Porto União**. Porto União: Prefeitura, 1991.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980

DE LUCA, Tânia Regina. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. In: MARTINS, Ana Luiza e DE LUCCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 149-175.

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: SENAC, 2002.

ESPINOSA, José Manuel J. **História del periodismo político em Colombia**. Bogotá: Italgraf, 1989.

EPSTEIN, Edward. **News from nowhere**: Television and the News. Austin: University of Tezas Press, 1973.

ERICSON, Richard V., BARANEK, Patricia M., e JANET B. L. Chan. **Visualizing deviance**: A study of news organization. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FAGUNDES, José; RIBAS, Joaquim Osório (orgs.). **Monografia de Porto União**: Hermínio Milis. Palmas: Kaygangue, 2002.

FAUSTO NETO, Antônio. “*Contratos de leitura entre regulações e deslocamentos*”. Revista Diálogos Possíveis, Ano 6, n.2. Salvador: FSBA, 2007. p. 09-27.

FERNANDES, Claudemir A. **Análise do discurso**: Reflexões introdutórias. São Paulo: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Mario Luiz. “A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior”. In: ASSIS, Francisco. (Org) **Imprensa do interior**: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 103-136.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios do Paraná**: Origens e significados de seus nomes. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FICO, Carlos. "Censura, ditadura e "utopia autoritária"". In: COSTA, Cristina (org). **Seminários sobre Censura**. São Paulo: Balão Fapesp, 2012. p. 65-75.

FILIPAK, Francisco; SICURO, Nelson Antonio. **Antologia do Vale do Iguaçu**. União da Vitória: Coleção Vale do Iguaçu, n. 24, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: A história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCISCATO, C. E. **A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica**. 2003. 336 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GASKELL, George. "Entrevistas individuais e grupais". In: BAUER, Martin e GASKELL, Geroge. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 64-89.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRINBERG, Máximo Simpson. **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUILHAUMOU, Jacques. "*Le corpus em analyse de discours: Perspective historique*". Revista *Corpus*, Número 1. Corpus et recherche linguistiques, nov. 2002. p.1-19

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart; CHRISTOFHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Bryan. "A produção social das notícias: O mugging nos media". In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-250.

_____. “*The narrative construction of reality: An interview with Stuart Hall*”. Southern Review, v.17. n.1, 1984. p.3-17

HOHLFELDT, A. C. "Perspectivas e desafios para compor uma história da imprensa: O que o pesquisador precisa saber e a que se deve dispor". In: LOSNAK, Célio José; VICENTE, Maximiliano Martin. (Org.). **Imprensa & sociedade brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p.31-44.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LARANJEIRA, Álvaro N. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

LEAL, Ranielle; HOHLFELDT, Antonio. "*Veja* e a formação de uma opinião favorável ao regime militar". In: RÊGO. **Narrativas do jornalismo e narrativas da história**. Porto: Media XXI, 2014. p.385-409.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus/Unicamp, 1986.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

McCOMBS,. Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MAINGUENEAU. D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1993.

MARIANI, Bethania **O PDB e a Imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. São Paulo: Revan, 1998.

MATTELART, Armand. “*A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos*”. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, v. 32, n.1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/236/229> p.33-50

MATULLE, Zuleide Maria. “Jornal *O Comércio* em União da Vitória (PR) e Porto União (SC): Fonte e objeto de pesquisa”. Encontro Regional de História da Mídia, Ponta Grossa: 2016.

MAYA, Rousiley. "*Mídia e vida pública: Modos de abordagem*". In: MAYA, Rousiley. Céres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.11-46.

MELO, Dermian Bezerra. "*Ditadura "Civil-Militar"?: Controvérsias Historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*". Espaço Plural. Ano XIII, nº 27: 2012. p.39-56.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. "*As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*". In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.

MORETTI, Serenito A. **Movimento estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1984.

MOTTA, Luiz Gonzaga. "A análise pragmática da narrativa jornalística". In: **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNÓZ, Gustavo Otero. **História del periodismo en Colombia**. Santa Fé de Bogotá: Universidad Sergio Arboleda, 1998.

MUNTEAL, Oswaldo, GRANDI, Larissa. **A imprensa na história do Brasil: Fotorjornalismo no século XX**. Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio; Desiderata, 2005.

OLIVEIRA, Roberto R. "Jornalismo regional e a agenda midiática: contribuições para um debate". In: ARRUETA, César; BRUNET, Marcelo. **Fuentes Confiables: Miradas latino-americanas sobre Periodismo**. San Salvador de Jujuy: Ediciones DASS UCSE, 2012. p. 51-66.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. São Paulo: Pontes, 2010.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2008

PRIORI, Angelo, et al. “História do Paraná: Séculos XIX e XX” [online]. In: **A ditadura militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213.

RAMOS, Roberto. “*Análise de discurso: Uma abordagem dialética*”. Revista Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/224/215>
Acessado em 14/09/2015. p.216-233

RIBEIRO E. D. **Cinquentenário de Porto União**. Porto União: Uniporto, 1967.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Os Anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro”. In: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Letícia C. **História da Comunicação: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p.163-195.

_____. “*A mídia e o lugar da história*”. Revista Lugar Comum. Estudos de Mídia, Cultura e Democracia. Rio de Janeiro: CNPq/NEPCOM-ECO/UFRJ, nº11, 2000. p.25-44.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1977.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

ROMANCINI, Richard. **História e jornalismo: Reflexões sobre o campo de pesquisa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ROSZAC, Theodore. **A contracultura**. Petrópolis: Vozes, 1972.

SAID, Gustavo. As narrativas da história e do jornalismo na construção do tempo. In: RÊGO, Ana Regina. **Narrativas do jornalismo e narrativas da história**. Porto: Media XXI, 2014. p. 81-95.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 315 p. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 2000.

SANCHES, Eros José. **5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado -100 Anos de História**. TOMO I. União da Vitória: Uniuv, 2014.

_____. **5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado -100 Anos de História.** TOMO II. União da Vitória: Uniuuv, 2014.

SANTANA, Adriana. “Jornalismo de release na imprensa do interior: flertes com o ‘homem cordial’”. In: ASSIS, Francisco de (Org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos.** Chapecó: Argos, 2013. p. 137-162.

SANTOS, Arbus. **Guia informativo de Porto União 1968/69.** Publicações IBGE. Porto União: Uniporto, s/ data.

SANTOS, João Bôsco Cabral. “Uma reflexão metodológica sobre análise de discurso”. In: FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise de discurso: unidade e dispersão.** Uberlândia: Entre Meios, 2004. p. 109-118.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Conhecendo Porto União: Cidade Amiga.** Porto União: Angelus Gráfica Ltda., 2004.

SILVA, Cleto. **Apontamentos históricos de União da Vitória, 1768-1933.** União da Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **The power of news.** London: Harvard University Press, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora.** A influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, Juremir Machado da. **Golpe midiático-civil-militar.** Porto Alegre: Sulinas, 2014.

SOUSA, Jorge Pedro. "*Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo*". Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Vol. 1, n. 2. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>. p.31-46.

SOUZA, Sara Cristina de. "*Igreja Católica, política e moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*". Revista Aulas, nº4, Dossiê Religião, 2007. p.1-17.

SOUZA, Rogério M. de. **Dos canapés à política: A reinvenção permanente do colonismo como gênero jornalístico.** Tese (doutorado) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: Porque as notícias são como são. Vol 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: A study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1976.

_____. “*Telling stories*”. **Journal of Communication**, 26, n. 4, 1976. p.93-97.

VIEIRA, Toni André Scharlau. “Jornalismo no interior: potencialidades éticas e técnicas”. In: HOHLFELDT, A.; BARBORA, M (Org). **Jornalismo no século XXI**: A Cidadania. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002. p.121-133.

WOITOWICZ, Karina J. **Imagem contestada**: A Guerra do Contestado pela escrita do *Diário da Tarde* (1912-1916). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

APÊNDICE 1

5 O GOLPE VISTO DE FORA: UM OLHAR SOBRE A IMPRENSA COLOMBIANA

O curioso é que os homens das letras empunhavam também espadas e se convertiam em chefes de facção, ao mesmo tempo que os caudillos militares empunhavam a pena e aprendiam a fuzilar seus adversários também com a palavra escrita (Bustos, 2011, p. 100).

Como resultado de uma experiência de intercâmbio investigativo⁶⁹, este subcapítulo tem o objetivo de apresentar um olhar sobre o golpe civil militar brasileiro, contexto histórico que é desenvolvido neste trabalho, do ponto de vista colombiano. Partindo de um cenário histórico com especificidades culturais e políticas, são abordadas as primeiras experiências jornalísticas do país encontradas na historiografia. A segunda parte explora as divergências e as similitudes entre o discurso produzido pela imprensa colombiana e pela brasileira sobre o golpe civil militar. Para isso, foi feita uma coleta de publicações produzidas no ano de 1964, em dois periódicos de ampla circulação no país: *El Espectador* e *El Tiempo*. A breve análise demonstra algumas construções sociais sobre um tema que tinha como acontecimento o Brasil, mas fazia referência a uma situação que ameaçava toda a América Latina, na década de 1960: o avanço comunista. A partir de uma criação discursiva pautada no conservadorismo, observa-se uma imprensa ideologicamente posicionada e marcada pela promoção do novo sistema ditatorial, ao mesmo tempo que produz a degradação da figura do então Presidente brasileiro, João Goulart.

Diferente do capítulo designado à análise discursiva da pesquisa (capítulo 4), este tópico não busca desenvolver o mesmo percurso de uma longa pesquisa, mas sim, trazer uma visão histórica amplificada sobre a produção de outra grande imprensa.

5.1 INÍCIO E DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA E NA COLÔMBIA

A chegada do jornalismo no continente sul americano teve início em 1533, sendo o México o primeiro país a contar com a imprensa. A Colômbia foi o oitavo a comportar o novo instrumento, trazido até o Colégio San Bartolomé pelos jesuítas (ESPINOSA, 1989). É nesse período que nasce o jornalismo colombiano, com a

⁶⁹ O intercâmbio estudantil aconteceu entre outubro e novembro de 2015, por meio de um convênio de cooperação entre a Universidad de Rosário (Colômbia) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

publicação do aviso sobre um terremoto ocorrido na cidade de Santafé de Bogotá, no jornal chamado *La Gazeta de Santafé*. A experiência teve início em 1785, na capital do Novo Reino de Granada, e foi considerada a primeira com a devida estrutura, bem como o domínio da técnica demonstrada por seu produtor, considerado também pai do jornalismo colombiano, Manuel del Socorro Rodríguez⁷⁰.

Em 1791, Rodríguez fundou outro periódico, *Papel periódico de la ciudad de Santafé*, que ultrapassou a primeira publicação e tornou-se um dos mais importantes da época, na América Latina, como periódico oficial da capital. A folha em questão, entretanto, não chegou a completar seis anos de existência e encerrou sua atividade na edição 265. O terceiro a surgir foi o *Correo*, fundado em 1801 por Jorge Tadeo Lozano e José Luiz Azuela e Lozalo. Tinha caráter erudito, económico e mercantil, e teve duração de apenas um ano (MUÑOZ, 1998).

Em 1848, por intermédio do federalista Manuel Ancízar, foram introduzidas no país máquinas modernas de impressão, assim como uma equipe para operar o maquinário e para desenvolver outras atividades como cartunistas, pintores e litógrafos, que agruparam-se com o intuito de gestar uma grande transformação no jornalismo e na literatura colombiana. Com isso, foi possível publicar milhões de exemplares de uma mesma edição de jornal, o que proporcionou difusão ampla e generalizada de notícias.

Com a chegada do rádio durante os anos 40 e 50, a imprensa perdeu seu posto como única ferramenta de informação para o novo formato, que logo se tornou o meio de informação preferido das classes média e populares do país. A partir desse momento, o jornal impresso passou a ocupar um espaço dedicado às análises, em que políticos e intelectuais opinavam e debatiam os acontecimentos. Junto à rádio, apareceram neste período as primeiras leis e decretos que buscavam impor limites à liberdade de expressão. De acordo com a Constituição Nacional, sempre haveria liberdade de expressão enquanto a imprensa atuasse sob determinados parâmetros de responsabilidade social e ética (BUSTOS, 2011).

Dentre uma variedade de folhas que surgiram e desapareceram muito rapidamente, entre 1899 e 1902, dois perduram até hoje e são considerados, por alcance e distribuição, os mais importantes do país. Fundado, em 1911, por Afonso Villegas Restrepo, está o tablóide *El Tiempo*. Muñoz (1998, p.86), contudo, menciona que sua criação é mais antiga, de janeiro de 1855. De acordo com o autor, este foi o primeiro

⁷⁰ Informação disponível no portal do Banco da República Colombiana. Link para acesso: <http://www.banrep.gov.co/es/billetes-y-monedas/historia-imprenta>

jornal de grande formato do país: “Aqueles editores se propuseram a fundar um jornal que não fosse simplesmente político, essencialmente doutrinário e independente, que servisse de ferramenta ao radicalismo, mas também um órgão literário e noticioso, ao mesmo estilo dos grandes diários europeus” (MUNÕZ, 1998). Pertencente ao Grupo *Diários América*, a folha sofreu interrupções breves nos seus primeiros anos, sendo uma delas motivada por um incêndio da redação e outra a mando do general Rojas Pinilla⁷¹.

Outro jornal da grande imprensa colombiana, fundado em 1887, por Fidel Cano, na cidade de Medellín, é o diário *El Espectador*. Nos primeiros anos, ainda sob administração familiar, circulou como quinzenário e sofreu diversas interrupções prolongadas até ser, em 1915, trasladado a Bogotá. Em 1955, o jornal passou a circular semanalmente, consolidando um estilo mais profissional, que começou a ser adotado por todo o país, (BUSTOS, 2011, p.74).

Durante todo o século XIX, o jornalismo colombiano se caracterizou por ser politizado, de caráter doutrinário ou de revolta. Houve mais de 800 “diários” ou folhas jornalísticas que circularam em maior ou menor escala durante o século. É possível perceber, por meio da historiografia, que a história do jornalismo colombiano é atrelada à dos grandes partidos tradicionais do país. Esta forma de desenvolvimento fez com que a imprensa não tivesse, no século XIX, um molde jornalístico mais industrializado tal qual é registrado nos Estados Unidos ou em países da Europa. Desse modo, a opinião pública abarcou somente o que os meios de comunicação estabeleceram. Uma realidade percebida pelos cidadãos que foi, em grande medida, construída pelo trabalho discursivo dos meios, (BUSTOS, 2011).

5.2 O GOLPE CIVIL MILITAR BRASILEIRO NA GRANDE IMPRENSA COLOMBIANA

Para o desenvolvimento da análise, foi necessário tomar conhecimento dos jornais que existiram na Colômbia durante a década de 1960 e, mais especificamente, que estavam em plena atividade no ano de 1964. Após entrar em contato com diversos títulos⁷², foi feita a eleição de duas folhas consideradas parte representativa da grande

⁷¹ Do original: “Aquellos editores se propusieron fundar no sólo un periódico político esencialmente doctrinario e independiente, que sirviese de órgano al radicalismo, sino también un órgano literario y noticioso al estilo de los grandes diarios europeos”.

⁷² Entre os jornais encontrados estão: *La Nueva Prensa* (fundado por Alberto Zalamea); *Sistema* (Manuel Jaimes Espinosa); *La Calle* (Alfonso López Michelsen); *Diario de la Costa* (Eduardo O’Byrne); *El Deber* (Manuel Serrano Blanco y Juan Cristóbal Martínez); e *El Heraldo* (Enrique de la Rosa).

imprensa colombiana devido à ampla tiragem e circulação de edições. São os jornais *El Tiempo* e *El Espectador*.

Todo o acervo dos jornais colombianos escolhidos foi encontrado na Biblioteca localizada no centro de Bogotá, chamada Luiz Ángel Arango⁷³. A busca⁷⁴, feita por meio da consulta a microfimes, revelou um total de 279 artigos que fizeram referência ao golpe civil militar brasileiro, iniciado em 31 de março de 1964. Para avaliar, não somente o momento em que o golpe havia sido declarado, foi feita a coleta anterior ao mês de março. A verificação possibilitou o conhecimento sobre as produções referentes ao “clima de tensão brasileiro”, declarado momentos antes de 31 de março de 1964. Com isso, foram examinadas edições de março, que antecede o golpe; abril, quando o golpe tem seu início oficial; e maio, momento em que são noticiados os desdobramentos da mudança governamental.

Posterior à coleta de material encontrado nos três meses citados, foi feita uma seleção de todo o universo de notícias, colunas, *press releases*, etc. A grande quantia de produções encontradas foi determinante para que um recorte mais específico fosse realizado, levando à apresentação, apenas, das menções ao acontecimento brasileiro que foram publicadas nas capas.

O primeiro jornal analisado, *El Espectador*, possui uma organização interna distribuída, normalmente, em 22 páginas, e dividida nas seguintes sessões: a) *diário de la mañana*, em que faziam parte os colunistas, as notícias nacionais em destaque, seguidas de notícias internacionais enviadas por agências, e de outras notícias regionais do país; b) *hogar-moda-social*, onde estavam os informes de casamentos, mortes e outros eventos sociais; c) *industrial y comercial*, com notícias nacionais e internacionais relacionadas à economia, comércio e indústria; e por fim *avisos clasificados*, com a agenda de filmes e também ofertas de emprego, compras e vendas. A sessão dominical, impressa uma vez por semana, apresentava um número maior de páginas, pois oferecia maior conteúdo cultural e literário aos leitores. Seu custo era de 40 centavos e trazia na capa o seguinte *slogan*, escrito pelo fundador Fidel Cano: “*El Espectador* trabalhará em bem da Pátria com critério liberal, e em bem dos princípios liberais com critério patriótico”.

⁷³De acordo com o site do Banco da República Colombiana: “La Biblioteca Luis Ángel Arango, situada en La Candelaria en el centro histórico de Bogotá (barrio La Catedral), es la biblioteca pública más importante del país y una de las más visitadas del mundo”. <http://www.banrepcultural.org/blaa/informacion-general> Acessado em 26 de abril de 2017.

⁷⁴A coleta do material foi realizada durante o mês de novembro de 2016.

A edição nº 20.261, de 1º de abril, foi a que concedeu maior destaque à situação brasileira, que trouxe desde a capa diversas informações sobre as mudanças trazidas pela deposição de João Goulart, que o país começou a sofrer.

Figura 1: Capa do jornal *El Espectador* no dia 1º de abril, edição nº 20.261, que trouxe em destaque o início do golpe civil militar brasileiro⁷⁵



O jornal mostrou um total de 176 artigos nos três meses analisados, compostos por notícias de agência, colunas opinativas e notícias produzidas pela própria redação. Deste total, vê-se uma disparidade na quantidade de publicações divididas por mês. Em março, foram publicados 19 artigos; em abril, momento seguinte à eclosão o golpe civil militar no Brasil, foram publicados 126 artigos; e no mês de maio, 24. Quando selecionadas as capas da folha, encontra-se a seguinte divisão: uma em março; 13 em abril (considerando que duas edições trazem mais de uma menção na capa); e uma em maio⁷⁶. A maior parte derivou de material trazido pela agência United Press Internacional (UPI), por telégrafo. A prática fica perceptível pela referência trazida no início de algumas matérias, que mencionam o jornal brasileiro do qual foram retiradas as informações, como, por exemplo, o *Jornal do Brasil*, bem como a cidade brasileira acompanhada pelas siglas UPI.

A avaliação das capas torna-se interessante nesse momento, pois revela a importância que o golpe civil militar brasileiro tomou em âmbito internacional, ao ganhar destaque no espaço de maior visibilidade de um jornal: a capa. Dessa forma, foi construída uma tabela (Tabela nº 1) onde podem ser visualizados os títulos dessas publicações.

⁷⁵ A imagem disponibilizada no acervo oficial da Biblioteca apresentou rasuras e vestígios de restauração.

⁷⁶ Todos os recortes de capas utilizados pela autora podem ser consultados nos Anexos da pesquisa, localizados no final do material.

A tabela abaixo buscou reunir de forma sistemática todos os títulos encontrados no jornal em questão, juntamente à data de publicação e o fornecimento da notícia. Entre elas, apenas duas são próprias do jornal, pois discutem a situação brasileira relacionada à Colômbia:

Quadro nº 1: Listagem de títulos de matérias publicadas na capa do jornal *El Espectador* sobre o golpe civil militar brasileiro

Data	Título	Fonte
31 de março	La Explosiva Crisis en Brasil: Paro Total Anuncia la C.G.T	UPI
1 de abril	Rebelion contra Goulart en Brasil: ejércitos y gobernadores se alzaron en São Paulo y Minas Gerais (contém foto de João Goulart e de uma manifestação contra o presidente em São Paulo)	UPI
2 de abril	Goulart abandonó a noche a Brasília: organiza 161esistência en Porto Alegre	UPI
3 de abril	Huyó Goulart. Mazzilli, Presidente: Uso de los Generales Rebeldes Será el Presidente por el Resto del Período (contém foto de João Goulart)	UPI
4 de abril	En Suspense el Reconocimiento del Gobierno Brasileño por Colombia	El Espectador
	Goulart Va al Uruguay	UPI
	Nuevos Ministros de Hacienda y Relaciones Nombrados en el Brasil	UPI
5 de abril	Arrestos en Masa, de Comunistas en el Brasil (contém foto de Tereza Goulart)	UPI
6 de abril	Joao Goulart Dice que Fué Derrocado para Impedir sus Reformas Sociales (contém foto de Goulart, Tereza e Denise, sua filha)	UPI
7 de abril	División entre Militares y Civiles Hay en el Brasil	UPI
8 de abril	Sangrienta Revolución Comunista Debía Estallar el Dos [2] en el Brasil	UPI
9 de abril	Expulsión de Extremistas Aprobó Congreso del Brasil	UPI
10 de abril	El Golpe Militar en el Brasil: Proclamado “Estado Revolucionario”	UPI
	Colombia Reconoció al Gobierno del Brasil	El Espectador
11 de abril	El General Kruehl Retiró su Candidatura, en Brasil	UPI
12 de abril	Gobierno Militar en el Brasil: Castello Branco, Presidente: continua la Purga de Izquierdistas (contém foto de general Humberto de A. Castello Branco)	UPI
14 de abril	Castello Branco Assume Formalmente la Presidencia del Brasil, Mañana	UPI
14 de maio	Brasil Rompió con Cuba	UPI

Fonte e organização: Elaine Schmitt

O personagem em destaque nas publicações é o presidente João Goulart, considerado simpatizante comunista que, por meio de seus aliados e estratégias de

implementação de uma reforma social, colocou em risco a democracia brasileira e deu início à possibilidade de avanço do sistema comunista. Tal motivo tornou sua figura uma ameaça ao país e levou, entre outros motivos, à eclosão do golpe civil militar, citada pelo jornal colombiano como “Golpe Militar”. A utilização da palavra, no entanto, não soa negativa como foi muitas vezes significada na imprensa brasileira. Seu uso está relacionado a palavras como “revolução” e “limpeza” de sujeitos ligados ao comunismo, seja na esfera parlamentar ou civil.

Apesar de trazer reinterpretações, oriundas inclusive da tradução do idioma português para o espanhol, a reprodução de notícias vindas da grande imprensa brasileira torna o discurso do jornal semelhante ao encontrado em jornais brasileiros, que deu visibilidade aos argumentos estratégicos de militares preocupados com a influência de países socialistas e comunistas na política do país.

Além do acompanhamento de percurso feito pelo presidente deposto até o Uruguai, o jornal explora os motivos de seu afastamento forçado ao dar espaço para falas do próprio João Goulart, bem como de autoridades militares. Em seguida, surgem os efeitos da deposição como a intensificação da caça comunista, congelamento da Constituição e a nomeação do general Castello Branco como presidente temporário.

Outra característica interessante do ponto de vista produtivo do jornal, encontrada no seu interior, é a utilização da voz da imprensa brasileira como testemunha dos acontecimentos políticos. O texto a seguir, veiculado em 30 de março na página designada às notícias internacionais, revela uma prática de reprodução discursiva advinda diretamente de diretores da imprensa brasileira, como foi Assis Chateaubriand. Um discurso construído e disseminado pela grande imprensa e que representa o pensamento dominante do setor no período:

[...] A imprensa se uniu hoje aos oficiais navais para qualificar a liberdade de restituição de cargos dos marinheiros amotinados como uma clara tentativa comunista de assumir o poder, enquanto a nação aguarda a decisão do exército sobre o problema⁷⁷.

“A impressão geral é que (o Presidente) João Goulart já não controla nada”, declara “Diário de Notícias”, para agregar:

“As decisões verdadeiramente importantes estão a cargo dos Soviéticos do Palácio (formado) pelo assistente pessoal militar do Presidente, general Assis do Brasil, o ajudante civil, Darcy Ribeiro, e o assessor jurídico Valdir Pires, e os chefes obreiros comunistas encabeçados por Oswald Pacheco”.

⁷⁷ O texto faz referência à revolta marinheira, que ocorreu na sede do Sindicato dos Metalúrgicos (RJ) em 25 de março de 1964, durante a comemoração do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (GASPARI, 2002).

Assis Chateaubriand, diretor da cadeia dos Diários Associados comenta: “Estamos frente a um plano de destruir a Constituição. O que ocorreu no local do sindicato dos metalúrgicos (onde permaneceram por mais de 40 horas os marinheiros e fuzileiros navais amotinados) é só o começo de um plano tramado por Assis de Brasil e Darcy Ribeiro”.

“Jornal do Brasil” compara a situação “a da ilegalidade que procedeu a revolução de 1917 na Rússia, e completa: “O princípio de autoridade foi minado pelas Forças Armadas. Sem esse princípio fundamental, a cadeia de mando se dissolve e em seu lugar aparecem milícias políticas e os Fidel Castro. Que o presidente seja prisioneiro ou não de uma minoria audaz não é o mais importante agora. Não voltaremos a legalidade até que seja restabelecido o princípio de disciplina das Forças Armadas”.

“O Estado” de São Paulo, expressa:

“Debilitada e a mercê do mais ligeiro golpe de Estado, à nação só fica sua confiança nos soldados do exército, mas as mudanças no alto mando seguem o ritmo alarmante, assumindo o controle homens de confiança e de extrema esquerda. Assim o plano de Luis Carlos Prestes (chefe do partido comunista brasileiro) segue sua marcha”. (Capa de 30 de março, *El Espectador*⁷⁸).

Com isso, percebe-se a disseminação e o consumo de notícias de agências internacionais e brasileiras, semelhante à que estava sendo difundida dentro do Brasil, por uma mídia influenciada e dominada pelo Estado autoritário.

Partindo para a análise do segundo jornal selecionado, *El Tiempo*, foi encontrado um total de 110 artigos referentes ao golpe civil militar brasileiro nos meses pesquisados. A folha apresentou também uma grande variação entre os meses. Foram 21 artigos publicados em março; 68 artigos publicados em abril; e 21 em maio.

A observação da organização interna do período revelou-se da seguinte forma, distribuída em 30 páginas: 1) *nacionales*, onde eram publicadas as notícias nacionais em destaque; 2) *columnas e correo de El Tiempo*; 3) *cosas del dia e noticiero cultural*; 4) *servicios internacionales*; 5) *nacionales*; 6) *informacion departamental*; 7) *notas y comentarios de sociedad*; 8) *informacion deportiva*; 9) *comercio y finanzas*,

⁷⁸ Do original: “La prensa se unió hoy a los oficiales navales en calificar la libertad y restitución a sus cargos de los marineros amotinados como una clara tentativa comunista, de asumir el poder, mientras la nación aguarda la decisión de ejército en el problema. “La impresión general es que (el Presidente) Joao Goulart ya no controla nada”, declara “Diario de Noticias”, para agregar: “Las decisiones verdaderamente importantes están a cargo del Soviet del Palacio (formado por el edecán militar del Presidente, general Assis de Brasil, el ayudante civil, Darcy Ribeiro, y el asesor jurídico, Valdir Pires, y los jefes obreiros comunistas encabezados por Oswaldo Pacheco”. Assis Chateaubriand, director de la cadena de diarios asociados, comenta: “Estamos frente a un plan para destruir la Constitución. Lo que ocurrió en el local del sindicato de metalúrgicos (en donde permanecieron más de 40 horas los marineros y fusileros navales amotinados) es solo el comienzo del plan tramado por Assis de Brasil y Darcy Ribeiro”. “Jornal do Brasil” compara la situación a “la ilegalidad que precedió a la revolución de 1917 en Rusia”, y agrega: “El principio de autoridad ha sido socavado en las Fuerzas Armadas. Sin este principio fundamental, la cadena de mando se disuelve y en su lugar aparecen las milicias políticas y los Fidel Castro. Que el Presidente sea prisionero o no es lo importante ahora. No volveremos a la legalidad hasta que se restablezca el principio de la disciplina en las Fuerzas Armadas”. “O Estado”, de Sao Paulo, expresa: “Debilitada y a merced del mas ligero golpe de Estado, a la nación solamente se queda su confianza en los soldados del ejército; pero los cambios en el alto mando siguen a ritmo alarmante, asumiendo el control hombres de confianza de la extrema izquierda. Así el plan de Luis Carlos Prestes (jefe del partido comunista brasileño) sigue s marcha”.

entretenimento; 10) sección de avisos limitados; e 11) películas. Sob o comando do diretor Roberto Garcia Peña, o jornal também possuía sessão dominical com material extra aos leitores, dedicado à literatura e às artes. Seu custo era de 40 centavos e trazia na capa o seguinte *slogan*: “Se o liberalismo não tem nenhum candidato, como é o caso atual, o partido conservador não pode fazer outro à sua imagem e semelhança para lhe impor o liberalismo” (Editorial de ‘La República’ sobre ‘La Candidatura de Lleros Restrepo’).

Quando selecionadas as capas da folha, encontra-se a seguinte divisão: três em março; 11 em abril (considerando que duas edições trazem mais de uma menção na capa); e nenhuma em maio⁷⁹. Semelhante ao jornal citado anteriormente, a maior parte das publicações era derivada de material trazido por agências internacionais, conforme citado no início das matérias, por meio das siglas.

Figura 2: Capa do jornal *El Tiempo* (dia 1º de abril de 1964 - edição nº 18.229)



Em seguida, outra tabela foi construída (Tabela nº 2), em que podem ser visualizados os títulos das publicações em capas dos três meses em questão, que fazem referência à situação de mudança no regime governamental brasileiro:

⁷⁹ Todos os recortes de capas utilizados pela autora podem ser consultados nos Anexos da pesquisa, localizados no final do material.

Quadro nº 2: Listagem de títulos de matérias publicadas na capa do jornal *El Tiempo* sobre o golpe civil militar brasileiro

Data	Título	Fonte
31 de março	Crítica Situación en Brasil: Dominada una Rebelión de 1.425 Marineros e Infantes de Marina	A.P.
31 de março	La Marina Brasileña Da Ultimátum al Gobierno	A.P.
31 de março	Goulart Parece Ceder a la Presión de la Marina	A.P.
1 de abril	Sublevación Militar en el Brasil	UPI, A.P. e AFP
	Goulart Envía Tropas contra los Rebeldes (contém foto de João Goulart e Adhemar de Barros)	UPI
2 de abril	Los Rebeldes Anuncian la Caída de Goulart (contém foto de Ranieri Mazzilli)	A.P.
	El Presidente Dice que Hará Resistencia (contém foto de tropas militares)	UPI
6 de abril	“No Renuncié y Tampoco he Pedido Asilo Político” (contém foto de João Goulart)	UPI
7 de abril	Discrepancias por la Sucesión de Goulart	UPI
8 de abril	Golpe Comunista Debía Estallar el 2 de Abril	UPI
9 de abril	Colombia no Rompe con el Brasil	El Tiempo
11 de abril	Fueron Suspendidos 40 Congresistas en el Brasil	UPI
12 de abril	Castello Branco, Nuevo Presidente del Brasil (contém foto de general Humberto de A. Castello Branco)	UPI
13 de abril	Brasil Romperá con Cuba	X

Fonte e organização: Elaine Schmitt

Em uma comparação entre as manchetes do jornal *El Tiempo* e as do jornal *El Espectador*, é possível perceber semelhança nos assuntos tratados, bem como na construção dos títulos, uma vez que as agências fornecedoras das notícias são as mesmas. E, apesar de os jornais possuírem direcionamentos políticos divergentes, pois um defendia ideais liberais e o outro era conservador, o tratamento dado ao acontecimento traz sentidos que se aproximam, como a exploração da imagem de João Goulart, a significação de militares como “rebeldes” que livraram o Brasil de um avanço comunista e a nomeação de Castello Branco como novo presidente brasileiro.

A figura de Goulart, entretanto, ganha abordagem ampliada em *El Espectador*, pois discute o acontecimento a partir de pronunciamentos do ex Presidente, como é o caso do título publicado no dia 6 de abril que reproduz seu discurso de forma direta. Outra construção discursiva que diverge em relação ao primeiro jornal analisado

envolve o emprego da palavra “golpe”, utilizada pela folha em questão para significar as ações que estavam sendo organizadas por comunistas para tomada de poder do país, e não de ações militares, conforme foi verificado no *El Espectador*. Tais apropriações são reflexo de situações inerentes ao jornalismo, de enquadramento de notícias, de um processo de produção delegado a sujeitos históricos e politizados, bem como de jornais abertamente vinculados a determinadas políticas e questões ideológicas.

Imersa nas construções de sentido que já haviam sido elaboradas por grande parte da imprensa brasileira - da constituição de pátria democrática ameaçada que lutou pela soberania da ordem, da segurança e de valores tradicionais -, a grande imprensa colombiana de 1964 reiterou aspectos nacionalistas e anticomunistas, muitas vezes fazendo uso de argumentos que justificassem a deposição de João Goulart e a ascensão do poder militar brasileiro. Com isso, é possível perceber uma construção histórica brasileira cristalizada nas páginas de ambos os periódicos, que é guiada pelas especificidades de cada jornal, mas que também remonta formações de sentido semelhantes às aquelas desenvolvidas pelos jornalistas brasileiros.

Estas formações discursivas, baseadas no nacionalismo e no anticomunismo, repercutem sentidos nos jornais que constituem o objeto desta pesquisa, revelando que o golpe civil militar foi também construído pela narrativa da imprensa do interior, conforme será discutido nos capítulos seguintes.

APÊNDICE 2
(arquivo digital)

- 6 Todos os recortes sobre o golpe civil militar do jornal *Caiçara* do ano de 1964
 - 6.1 Classificação temática do jornal *Caiçara* durante 1964
 - 6.2 Classificação por gênero do jornal *Caiçara* durante 1964
 - 6.3 Recorte das capas do jornal *Caiçara* durante 1964
- 6.4 Todos os recortes sobre o golpe civil militar do jornal *O Comércio* do ano de 1964
 - 6.5 Classificação temática do jornal *O Comércio* durante 1964
 - 6.6 Classificação por gênero do jornal *O Comércio* durante 1964
 - 6.7 Recorte das capas do jornal *O Comércio* durante 1964
- 6.8 Recortes das capas do jornal *El Tiempo* durante abril de 1964
- 6.9 Recortes das capas do jornal *El Espectador* durante abril de 1964